

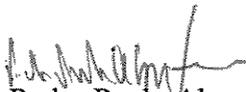
LÚCIO MENEZES FERREIRA

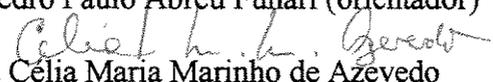
**Vestígios de Civilização:
A Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)**

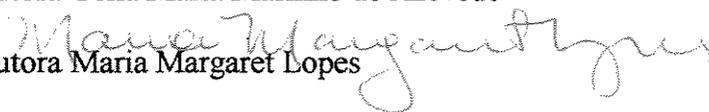
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/06/02/

BANCA


Professor Doutor Pedro Paulo Abreu Funari (orientador)


Professora Doutora Célia Maria Marinho de Azevedo


Professora Doutora Maria Margaret Lopes

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE B0
 Nº CHAMADA UNICAMP
F413v
 V _____ EX _____
 TOMBO BCI 49852
 PROC 16.837/02
 C _____ DX _____
 PREÇO R\$ 11,00
 DATA _____
 Nº CPD _____

CM00170454-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
 BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

518 ID 246918

F413v **Ferreira, Lúcio Menezes**
Vestígios de civilização: a arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877) / Lúcio Menezes Ferreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Arqueologia. 3. Brasil - História - Império, 1822-1889. I. Funari, Pedro Paulo Abreu. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO:

Esta pesquisa analisa a articulação entre a prática arqueológica e o projeto político Imperial como parte de um processo mais amplo de construção da identidade nacional brasileira. A partir desta articulação, a pesquisa explora a emergência de uma geoestratégia, que toma conta de boa parte do campo discursivo da Arqueologia Imperial.

Palavras Chave: Arqueologia, Projeto Político Imperial, Geoestratégia.

ABSTRACT:

This study aims at analysing the relationship between the archaeological practice and the imperial political framework as a constitutive element of the nation-building process. From this standpoint, it explores the establishment of a “geostrategy” which shapes the entire discursive field of the Imperial Archaeology.

Keywords: Archaeology, Imperial political framework, “geostrategy”.

AGRADECIMENTOS:

Há, em qualquer livro ou pesquisa, um gesto infinitamente protelado. O gesto minúsculo do ponto final. Livros e pesquisas, bem o sabemos, nunca têm um fim. Entre a abertura da escrita para o inacabado e a nossa capacidade de interpretação, há sempre reticências, vazios, liames, determinações e indeterminações, há, enfim, toda uma História da ambigüidade que permeia as relações entre o texto e suas polissemias possíveis.

Daí que escrever é sempre tomar decisões.

Aos que me ajudaram a tomá-las, vão aqui meus sinceros agradecimentos:

À FAPESP, pelo financiamento da pesquisa.

Ao Doutor Pedro Paulo Abreu Funari, pela orientação cuidadosa e paciente.

À Doutora Maria Margaret Lopes, pelas rigorosas e valiosas críticas feitas durante o Exame de Qualificação, sem as quais, sem dúvida, eu me veria furtado da oportunidade de aprimorar este trabalho.

À Doutora Célia Maria Marinho de Azevedo, leitora arguta, que acompanhou-me não só no Exame de Qualificação, mas também ao longo do Mestrado, apontando-me as sutilezas dos problemas teóricos da História do Racismo e da História Intelectual.

E, por fim, aos seguintes amigos e colegas: Margarita Díaz-Andreu, Marili Bassini, Janaina Camilo, Francisco Silva Noelli, Ana Piñón, José Alberione dos Reis e Gustavo Tuna.

“... Notareis n’essa collecção que nos temos particularmente occupado do que diz respeito aos indigenas; porque sendo muito obscura a historia da Terra de Santa Cruz em sua descoberta, e convindo investigar o gráo de civilização a que haviam chegado os povos do Novo Mundo antes de apparecerem ás vistas de seus descobridores, força era que nos costumes dos Indios procurassemos o fio que nos deve conduzir a tempos muito mais anteriores ...”
(Januário da Cunha Barbosa. **RIHGB**, (4): 522, 1841)

“... Rastejar vestigios de povos civilizados, que porventura hajam habitado esta bella região; salvar da voracidade dos tempos monumentos e escriptos fidedignos para a historia e a geographia do paiz ...”
(Visconde de São Leopoldo. Discurso do Presidente. **RIHGB**, (4):2, 1842)

“... No futuro nenhum assunto talvez se entrelaçará tão geralmente com o desenvolvimento da riqueza e engrandecimento do Brasil como o do amansamento de nossos selvagens ...”
(José Vieira Couto de Magalhães. **O Selvagem**, 1935 [1876], 24).

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução: Nem Ciência, Nem Pré-Ciência | 3 |
| 1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um Saber sobre o Estado | 17 |
| 2. Arqueologia Nobiliárquica | 43 |
| 3. Arqueologia do Primitivo | 93 |
| Conclusão: Arqueologia e Geoestratégia | 143 |
| Acervos Consultados | 159 |
| Fontes | 159 |
| Bibliografia | 165 |

Introdução **Nem Ciência, Nem Pré-Ciência**

“... A História é objeto de uma construção, que tem lugar não no tempo vazio e homogêneo, mas no repleto de atualidade.
(Walter Benjamin: 1990 [1940], 161).

Em 1839, ano de publicação do primeiro tomo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) escreveu, para os recentes associados da instituição, uma *Lembrança* (1839a) – um roteiro pormenorizado sobre os documentos e informações que eles deveriam angariar nas Províncias Imperiais. O Secretário Perpétuo e sócio fundador do Instituto solicitou, além de fontes primárias e biográficas, registros sobre os “usos e costumes” dos indígenas, a servirem, no futuro, para um plano de civilização destas populações; a feitura de um quadro demográfico e estatístico que contabilizasse os grupos indígenas e suas indústrias, acompanhado, se possível, de apontamentos sobre as vantagens econômicas que deles porventura pudessem ser amealhadas. O cônego Januário da Cunha Barbosa advertiu, também, para a necessidade de se realizar um esquadrinhamento geográfico das províncias, uma cartografia de seus vícios e virtudes administrativas, um mapeamento da extensão, defeitos e qualidades de seus terrenos, de suas riquezas naturais e produtos agrícolas.

Como que para estampar a *Lembrança* de Januário da Cunha Barbosa, imprimiu-se, neste mesmo tomo inaugural da Revista, uma memória sobre os Guaicurus, escrita, em 1795, por Francisco Rodrigues do Prado (1839), comandante do Presídio de Nova Coimbra. Olhar e escrita, neste documento primário, se fundem num local estratégico: o Presídio situava-se em zona de fronteira, próximo ao Rio Paraguai, na então Capitania de Mato-Grosso. Enxergando ao longe o lado oriental, a fronteira espanhola, o comandante anotou

as riquezas do “Pantanal” – a exuberância das aves e dos animais, a variedade das espécies, os recursos ofertados pela rede hidrográfica, os possíveis minérios a serem escarafunchados. Lamentou, contudo, o território vazio e despovoado, sua insuficiência para a agricultura e a criação de animais, porquanto, sazonalidade implacável, alagava-se sete meses por ano (1839: 44).

Território vazio, território das perdas. Os Guaicurus, imbatíveis na guerra devido a destreza com que usavam seus cavalos e armas, já haviam aniquilado, desde o início do século XVIII, mais de quatro mil portugueses, causando, além disso, prejuízos materiais orçados em três milhões (1839: 45). Deve-se, pois, conhecê-los melhor, localizá-los no espaço, registrar seus “usos e costumes”. Antes de mais nada, as coordenadas geográficas (precisadas por bússola) e os padrões econômicos: os índios cavaleiros ocupam as margens dos rios Paraguai e Prata, são errantes, não cultivam a terra, vivem dos despojos da guerra e do trabalho escravo, da coleta e da permuta com outros povos. Depois, as minudências físicas: graça estética e adornos, roupas e cortes de cabelo, altura e compleição, saúde e longevidade, graus de disposição para o trabalho. À descrição dos corpos seguem-se o levantamento vocabular, a organização social e militar, o rol das cenosidades: os índios cavaleiros são ferozes, bárbaros, pagãos, praticantes do homossexualismo e do curandeirismo (1839: 30-38). Por fim, explicações para alguns costumes – e não há que estranhá-los, pois os Guaicurus descendem dos antigos germanos e dos tártaros, deles herdaram o barbarismo e militarismo, a inclinação para o saque e para as invasões, o hábito de montar em pêlo os cavalos (1839: 37).

O território vazio, contudo, ainda pode ser povoado e civilizado. Afinal, após a fundação do Presídio, cessaram-se as pilhagens e as mortandades perpetradas pelos Guaicurus, pôs-se termo às guerras, cuja História Francisco Rodrigues do Prado vasculhou

no cartório da Vila de Cuiabá. Se o Presídio de Nova Coimbra não inibiu a passagem dos espanhóis, as fugas dos presidiários e dos escravos, ao menos findou com os insultos e a belicosidade acerba dos Guaicurus. No Presídio de Nova Coimbra, os temíveis Guaicurus são sempre bem recebidos e tratados, costumam acorrer a ele aos magotes, seja em suas canoas, no tempo das águas, seja em seus cavalos, nos meses de seca. Por meio do comércio generoso, deu-se início a uma “sincera amizade” entre os índios cavaleiros e o destacamento do Presídio (1839: 57). Em contrapartida, os que habitam o lado oriental da fronteira, causam aos espanhóis todos os danos que podem, prosseguem com os saques e mortandades (1839: 57). Francisco Rodrigues do Prado, pois, em seu breve panegírico do contato cordial, enfatiza as funções estratégicas do Presídio de Nova Coimbra: conter o recuo das fronteiras ante o ímpeto espanhol, assegurá-las com o futuro povoamento e colonização, ocupá-las, enfim, com o concurso dos novos vassalos da Coroa Portuguesa, os índios cavaleiros, agora pacificados e domesticados pelas técnicas do comércio munificente.

Em suma, *Lembrança* e memória, já no primeiro tomo da Revista, compuseram uma espécie de *ouverture*, pautando os dois temas em torno das quais se constituirá o pensamento arqueológico e etnográfico do IHGB: *interiorizar a civilização, civilizar as populações indígenas*. Como um compasso, tais temas, tão caros ao projeto político centralizador promulgado pela Monarquia, ritmaram os movimentos conferidos à Arqueologia praticada pelo Instituto, deram-lhe as tônicas propícias para a articulação de um certo discurso, cujos motivos predominantes foram a montagem de uma identidade nacional e de uma política indigenista (Ferreira: 1999; Piñón: 2000).

Acompanhar os movimentos e as tônicas da Arqueologia Imperial, remontar-lhe o passado tomando como *locus* privilegiado as fontes seriais fornecidas pelo IHGB, implica

no projeto deliberado de suspender a separação clássica entre análise epistêmica e histórica¹. Corte por meio do qual se faz a partilha entre o imaginário e o racional, entre os mitos milenares, as crenças imemoriais ressignificadas pela memória e as proposições teóricas, o inconsciente e a consciência, o ideológico e o verdadeiro, o pré-científico e o científico – em suma, faz da História de uma Ciência ou de um saber uma operação em que se destrinçam as teratologias e se purificam os obstáculos para a instauração de novas racionalidades (Bachelard: 1996). Não se trata, portanto, de conceber a História da Arqueologia Imperial pelo crivo de uma representação geométrica do mundo social, um sistema dedutivo e indutivo marcado por uma razão arquitetônica (Koyré: 1973), distinguindo-lhe os resíduos metafísicos e cumplicidades imaginárias, especificando-lhe os critérios de cientificidade e graus de pureza metodológica (Popper: 1968). Nem, tampouco, de examiná-la conforme os paradigmas que orientam as regras das definições válidas e tradicionais, as redes de compromissos ou pressupostos conceituais, ontológicos, técnicos e instrumentais partilhados pelos membros de uma comunidade científica e que estruturam as mutações e o progresso científicos (Kuhn: 1992).

Ora, os estudos de formações discursivas, de positivities em suas relações com figuras epistemológicas têm sido conceituados, para distingui-los das formas clássicas em História das Ciências, como análise da epistême (Kalpagam: 2000, 39). Por outra, neste recorte, trata-se de pensar a História de um saber em sua articulação a uma rede de interpositividades (Foucault: 1986; 1992). Escandi-lo em suas regras e mecanismos de funcionamento, e não proceder a um inventário de seus temas e de suas vias de difusão no tempo (escolas, gêneses, influências) em consonância com o espírito de uma época

¹ - Um exemplo de tal separação encontra-se em Hegel (1996), para quem a História da Filosofia não pode ser pensada numa perspectiva puramente histórica: toda volta ao passado da Filosofia, e por extensão ao passado

(*Weltanschauung*) e as determinações do mundo sócio-cultural. Examiná-lo, portanto, conforme os jogos que nortearam a formação de seus objetos, dos dispositivos político-institucionais que lhe deram suporte. Analisá-lo não em suas origens e na linha recuada de seus precursores, mas sim no ponto de inflexão onde se entrelaçam, se entrecruzam e se formam saberes em configurações e disposições de conjunto. Numa palavra, trata-se da tentativa de instituir uma forma de análise marcada pelas relações entre fatos de intertextualidade e contextos históricos (LaCapra: 1985a; 1985b), entre as posições institucionais ocupadas por sujeitos do discurso e acontecimentos não discursivos que tornaram possível o aparecimento de um pensamento arqueológico durante o Império.

Dito de outro modo, combinando as proposições de Michel Foucault e Dominick LaCapra, procuro realizar uma abordagem nem simplesmente reconstrutivista ou meramente desconstrutivista, uma abordagem que destaca as posições institucionais ocupadas pelos autores em diferentes contextos históricos e relaciona, assim, processos textuais e sociais; uma abordagem que descreve as convenções e regularidades discursivas que perpassam os textos arqueológicos e etnográficos e informam sobre os debates políticos, sociais e econômicos travados numa quadra histórica; uma abordagem que procura revelar a positividade dos discursos arqueológicos, isto é, o campo epistemológico onde se organizam os enunciados e se desenvolvem as identidades temáticas, as translações de conceitos e os jogos polêmicos em suas relações com os lugares institucionais de onde falam os autores, com os modos de existência e funcionamento dos discursos arqueológicos na sociedade Imperial. Numa palavra, trata-se de uma abordagem que é menos um resumo de doutrinas, e mais uma reconstituição dos processos por que os pensamentos, dialogando

entre si e com o seu mundo, se formulam; menos uma pura reconstrução documental da Arqueologia Imperial, e mais um diálogo com o passado.

Tal abordagem dialógica do passado demanda o fazer-se a História de um saber nos termos dos problemas teóricos e políticos que se nos apresentam em nosso presente, visualizar-se historicamente os momentos distintos da produção de um saber e suas diferentes conotações epistemológicas e de poder. A atualidade de um saber ordena necessariamente a descrição histórica de seu passado (Canguilhem: 1979, 4-5). Ora, nos dias que correm há um fenômeno epistemológico que, longe de ser regionalizado, centraliza os debates da Arqueologia contemporânea, organiza seus planos de objetos e suas áreas de especialização. Trata-se da teorização sobre identidades sociais de sociedades do passado e do presente, das formas pelas quais a cultura material, como objeto de discurso, materializa experiências de gênero, étnicas e de classe.

Ora, seguindo-se os postulados da Arqueologia contemporânea, sobretudo em sua vertente pós-processual², pode concluir-se que qualquer interpretação sobre identidades e a expressão museológica de seu conteúdo resultam das posturas epistemológicas e políticas dos arqueólogos e das instituições em que se praticam as pesquisas. A Arqueologia, como as demais Ciências Humanas, não está desentranhada de liames sociais e políticos (Champion: 1991, 144); suas interpretações sobre a cultura material são premidas pelas historicidades e conflitos contemporâneos (Wood e Powell: 1993, 407). Isto porque a cultura material, objeto de estudo da Arqueologia, apresenta múltiplas funções na criação e manipulação de

² - As proposições pós-modernas em Arqueologia – Arqueologia Simbólica, Arqueologia Estrutural e Arqueologia Crítica – surgiram, no início dos anos 1980, como uma reação aos postulados processualistas da *New Archaeology* norte-americana e da Arqueologia Analítica européia (Hodder: 1982). Incorporando desde os hiperrelativistas aos moderados, a Arqueologia pós-processual abrange diversas tendências teóricas contemporâneas, provenientes da Sociologia, da Nova História, da Antropologia, da Semiótica, da Filofofia, do Marxismo, dentre outras. Para uma discussão de tais tendências, Cf. Patterson (1989, 556), que distingue três Arqueologias pós-processuais.

identidades sociais, especialmente nos contextos de sustentação ou contestação do poder social (Jones: 1999, 222; Thomas: 1999, 19). Os significados da cultura material, pois, são continuamente reproduzidos e transformados em diferentes contextos sociais e históricos por grupos situados em posições diversas no interior da sociedade, grupos envolvidos nas múltiplas correntes e contracorrentes da História, nos conflitos em que se constroem identidades como resultado de negociações, fertilizações cruzadas e partilhas (Díaz-Andreu: 1996; Jones: 1997, 135-144). Assim, a Arqueologia, ante a impossibilidade de desvencilhar suas interpretações sobre identidades dos conflitos sociais, tem questionado, na era da globalização, as concepções primordialistas de cultura, as análises voltadas para o conceito de etnogênese e para os símbolos psicanalíticos das Nações (Canetti: 1995: 167-177), as dominações simbólicas e as práticas políticas e econômicas que gravitam em torno à órbita codificada de identidades históricas e sociais³.

Os conflitos entre os grupos sociais, os embates em torno da construção de identidades, contudo, são circunscritos pelas dimensões geopolíticas do Estado. Conquanto não seja o ponto central de onde derivam todas as formas de poder (Foucault: 1994g, 180), diferindo no tempo e no espaço em seus aparelhos, em suas formas e em sua capacidade de governar, a finalidade do Estado é a de controlar a sociedade no interior de um território, estimulando, para tanto, a produção acadêmica de uma identidade nacional, de um sentimento de pertencimento coletivo (Bourdieu: 1998: 121; Marx: 1998, 4-5). Ora, sabe-se bem que a Arqueologia, ao servir à dominação social e à criação do Outro (Hodder: 1992, 3), foi (e é) uma poderosa ferramenta para a fabricação de identidades geopolíticas e sociais dos Estados que nasciam ou renasciam no século XIX (Moberg: 1968, 36). Destinou-se-lhe

³ - Para exemplos de estudos de caso em Arqueologia em que se questionam as concepções primordialistas de cultura, Cf. Spencer-Wood (1999); Carrol (1999); Baram (1999).

a função de legitimar, por meio da patrimonialização e musealização dos artefatos e monumentos arqueológicos, as fronteiras identitárias de territórios e nações. Assim, seja na Europa ou na América, a Arqueologia, notadamente em sua versão Histórico-Cultural, ordenou culturas (entendidas como sinônimos de raças) em esquemas temporais e espaciais, traçando paralelos normativos e essencialistas entre raças, línguas e territórios (Trigger: 1990, 148-205; Jones: 1997, 40-45). Portanto, assim como se deu com a História, a constituição da Arqueologia como disciplina acadêmica é indissociável da constituição dos Estados modernos, dos Nacionalismos e Imperialismos (McGuire: 1992, 818; Trigger: 1984, 357). Daí, hoje, a proliferação de análises históricas e epistemológicas que procuram entender as nuances das relações entre discursos arqueológicos e a emergência dos Estados e Nacionalismos modernos (Díaz-Andreu: 1999, 161; Díaz Andreu e Champion: 1996; Meskell: 2001, 11).

Arqueologia e fabricação de identidades, Arqueologia e Estado. São estes dois objetos que, aqui, trago à baila para encetar esta conversa de nosso presente com o passado da Arqueologia Imperial, para compreender historicamente os projetos políticos e intelectuais que a recobriram. De modo que, em primeiro lugar, tento estudar como se forjaram, por meio dos vestígios materiais indígenas, identidades sociais e culturais. Estudar os critérios institucionais e epistemológicos de seleção e coleção da cultura material indígena, os vieses de leitura, enfim, os usos políticos dos materiais arqueológicos auferidos pela Arqueologia Imperial, incidindo-se o exame sobre os mecanismos de construção de uma identidade nacional. Questão que só pode ser respondida, por seu turno, se se analisar as correlações discursivas efetuadas pela Arqueologia com a Filologia, a Etnografia, a História e a História Natural. Os usos políticos dos materiais arqueológicos só poderá ser plenamente entendido, com efeito, a partir do exame das configurações

epistêmicas da Arqueologia Imperial, pois, neste passo, serão deslindados os procedimentos de fabricação de identidades sociais e culturais – classificação das línguas, estudo dos mitos e cosmogonias, avaliação do teor civilizacional dos grupos indígenas, estabelecimento de continuidades temporais, sociais e culturais entre o presente (Etnografia) e o passado (Arqueologia) de uma “tribo”.

Por sua vez, o estudo das relações da Arqueologia Imperial com o Estado, na camada de acontecimentos que recorta, abrange um certo número de questões. Há que se considerar, aqui, como a Arqueologia Imperial, no interior do IHGB, articulou-se com a História Natural e a Geografia. Praticada durante as “viagens científicas”, as viagens inquérito, a Arqueologia favoreceu um maior conhecimento do território da Nação (então em processo de definição) e de suas populações indígenas. Por um lado, a Arqueologia Imperial, valendo-se das fontes arqueológicas, demarcou as fronteiras geopolíticas do Império, cristalizando, assim, uma identidade nacional margeada pelos contornos físicos do espaço. Por outra, palmilhando e descrevendo, ao lado da Geografia e da História Natural, as minúcias geográficas do território, estabeleceu um detalhado registro sobre as populações indígenas – seus usos e costumes, pequenos exercícios demográficos e estatísticos, cartografia dos grupos, etc. Assim, as viagens inquérito funcionaram também como viagens registro, em que as populações indígenas foram esquadrihadas e tomadas como fenômeno simultaneamente biológico e social, populações que se deveria melhor conhecer para melhor integrá-las à Nação e incrementar o povoamento do território. A Arqueologia, assim, seria uma espécie de “Ciência do Estado” que elegeu o conjunto populações-território como objeto de saber (Kalpagam: 2000, 39; Foucault: 1994a; 1994e). Daí dos textos arqueológicos e etnográficos despontarem reflexões que visavam definir e legitimar uma política indigenista, cujos princípios básicos circunscreveram-se entre as

duas injunções não discursivas já aludidas: *interiorizar a civilização, civilizar as populações indígenas*. Os indígenas deveriam não só ser os guardiães das fronteiras nacionais, mas também preparar a futura mão-de-obra operária do Brasil. Deveriam ser civilizados nos Diretórios e Aldeamentos, povoar os sertões e aguardar a chegada dos imigrantes “brancos” com os quais se miscigenariam e recomporiam os tecidos e fibras da população brasileira.

E assim, neste passo, se abre uma outra linha analítica. Nos interstícios deste projeto de civilizar o interior e os indígenas afloraram enunciados racistas e racialistas. Pode examinar-se, portanto, a articulação da prática arqueológica com os racismos oficiais e os processos de significação e adjectivação do “outro” (Miles: 1989, 69-98), discursos da Arqueologia Imperial vinculados a um racismo de Estado (Foucault: 1988; 1999) – racismo interno, da purificação permanente, cujo escopo de dominação voltou-se sobretudo para os grupos sotopostos na hierarquia social. Este objeto, portanto, abarca o anterior, pois, ao analisar as relações da Arqueologia com o Estado Imperial, permite a compreensão do conceito de raça como forja de uma identidade nacional. Permite, ainda, a interpretação da natureza epistemológica da Arqueologia – e, de um modo mais geral, das Humanidades –, dado que não se trata, aqui, de analisá-la no nível das ideologias⁴, da consciência individual com suas temporalidades, mas em suas ligações com as engrenagens de um biopoder⁵ que interveio sobre as populações indígenas afim de multiplicá-las, discipliná-las, regenerá-las e misturá-las no organismo geral da sociedade Imperial.

⁴ - O que não significa, obviamente, que a análise de discursos não possa referendar-se pelo conceito de ideologia numa acepção marxista, Cf. Herbert (1995) e Malidier et alli (1994).

⁵ - Para o conceito de biopoder e suas relações com o racismo de Estado, Cf. Foucault (1988; 1994b; 1994c; 1994d; 1994f; 1999).

Estudando estes objetos, gostaria de entender, claro está, a especificidade epistemológica da Arqueologia Imperial, os modos pelos quais ela foi formulada, distribuída, repartida e institucionalizada ao lado de outras unidades discursivas. O que requer centrar-se a análise no próprio objeto e desvincular-se da aporia, muito comum em nossa tradição em História das Ciências e das Idéias, de que cientistas e instituições oitocentistas limitaram-se à cópia imperfeita de teorias estrangeiras, mímese inacabada responsável pelo arremedo caricato de modelos pré-científicos (Costa: 1967; Leite: 1969; Sodré: 1982; 1989)⁶. Não se trata, nem mesmo, de deslindar a originalidade da cópia (Schwarcz: 1993, 19), porquanto, talvez, isto seria recair nas armadilhas da mesma aporia, calcular a lógica da aplicação de idéias e teorias em solo nacional a partir da cienciametria e dos jogos de espelho – a maior ou menor adequação às teorias estrangeiras, a maior ou menor contrafação, o modelo que se redefine em função da matriz. Olhar para acima e além do Atlântico, para a Europa e para os Estados Unidos, afim de se explicar a institucionalização das ciências no Brasil, só tem sentido nos termos de uma História comparativa. Se há uma especificidade na História Intelectual dos diferentes países, é a de que ela sempre se configura por contextos de recepção (LaCapra: 1985a: 115-134; 1985b;

⁶ - No Brasil, em História das Idéias, um dos primeiros questionamentos desta noção de cópia pode ser encontrado em Antonio Paim (1967), que, com sua escola *compreensiva*, procurou investigar a lógica interna e contextual das idéias. Em História das Ciências, as obras de Stepan (1981), Schwarcz (1993) e Lopes (1997) procuraram solapar a visão de que as instituições oitocentistas, no Brasil, teriam praticado uma pré-ciência. Pesquisas recentes, no mesmo passo, têm revelado a existência de práticas científicas, no Brasil, antes da fundação das universidades, em 1930 (Cf. Heizer e Videira: 2001; Dantes: 2001). Esta preocupação com a cópia, por outro lado, pode dizer-se que foi fundada durante a Monarquia. O naturalista Karl Friedrich Philipp von Martius, em *Como se Deve Escrever a História do Brasil* (1844: 408), sugeria: "... uma tarefa de sumo interesse para o historiador pragmatico do Brasil será mostrar como (...) *se estabeleceram e desenvolveram as sciencias e artes com o reflexo da vida européia ...*". O Desembargador Pontes, por seu turno, numa das sessões do IHGB, lançou o seguinte "programa": "... *O estudo e imitação dos poetas romanticos, promove, ou impede o desenvolvimento da poesia nacional?...*" (Cf. Sessão em 27 de abril de 1844. **RIHGB**, (6): 257, 1844). O imperador Pedro II, cinco anos depois, fez-se a mesma pergunta (Cf. 305ª Sessão em 10 de maio de 1849. **RIHGB**, (12): 283, 1849). No mesmo passo, dizia Domingos José Gonçalves de Magalhães, em artigo sobre a Balaiada (cf. **RIHGB**, (11): 151, 1848): "...*estrangeiras são nossas instituições, mal e intempestivamente encherçadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendencias e em desacordo com a vastidão de um território sem tamanho e diferenças de classe...*" – grifos meus.

Horsman: 1981, 3) e por práticas que têm suas formas singulares de encadeamento e sucessão (Foucault: 1986: 190-200). A questão, portanto, não é a de decidir se a Arqueologia Imperial era científica ou pré-científica (Langer: 2000, 214), mas a de revelá-la em sua positividade, analisá-la nos processos históricos de sua definição e formação epistemológica. Afinal, *quem* decide o *status* científico ou pré-científico de uma prática disciplinar, em se tratando das Humanidades, são regras normativas e de classificação, mecanismos de poder e institucionalização que têm sua própria História (Foucault: 1986; 1987; 1994g). É preciso evitar, pois, a transferência de categorias do presente para a análise histórica do passado de um saber (LaCapra: 1985a: 45-70). E fazer-se, em suma, uma arqueologia da Arqueologia Imperial.

Antes de decidir, portanto, se a Arqueologia Imperial era científica ou pré-científica, importa mais saber-se como de seus enunciados emergiram táticas políticas e a própria gestão da idéia de Brasil. Antes de colocá-la numa chave de interpretação que, já de saída, concebe-a numa distinção analítica superior e solene, a Ciência, importa mais entender como, neste momento fundante da História do Brasil, o Império, se construiu uma identidade física e social do Brasil, uma identidade cartográfica e histórica, ancorada num discurso capaz de desenhar um perfil da população e um perfil do território nacional, capaz de enfeixá-los numa ontologia da Nação. Em suma, importa não só contribuir para o conhecimento da História da Arqueologia brasileira⁷, mas também com a escrita de uma

⁷ - Talvez como resultado da baixa tradição em História das Idéias e das Ciências entre nós (Lopes: 1997, 17), há uma rarefação em estudos sobre a História da Arqueologia Brasileira. Nem mesmo as obras de referência em História das Ciências no Brasil contemplam a Arqueologia (Azevedo: 1956; Ferri e Motoyama: 1979-1981; Miceli: 1989). Dentre os artigos disponíveis, há os descritivos (Barreto: 1992; Meggers: 1985; Souza: 1991), importantes pelas fontes que inventariam; e os que procedem a uma síntese histórica da disciplina, louváveis reavaliações críticas que, contudo, não têm como fulcro privilegiado o exame das conotações teóricas e políticas da Arqueologia Imperial (Barreto: 1998; 1999; 1999/2000; Funari: 1989; 1991; 1994; 1995; 1999a; 2000; Prous: 1992, 5-23). Há, ainda, trabalhos recentes, como o de Ana Piñón (2000),

História que permita o diálogo de nosso presente com o passado, que permita a avaliação crítica das artificiais fronteiras identitárias que nos marcam e nos demarcam.

Assim, no próximo capítulo, analiso a inserção da Arqueologia na rede de saberes configurada pelo IHGB para se organizar um saber sobre o Brasil e o Estado Imperial, destacando, em especial, os significados da institucionalização da disciplina. Meu intuito, neste primeiro capítulo, ao percorrer o eixo temporal que vai desde a fundação do IHGB, em 1838, até a definitiva oficialização de sua seção de Etnografia e Arqueologia, em 1851, não é o de esmiuçar as diferentes concepções que se defrontavam sobre os saberes articulados pelo IHGB, mas o de mostrá-los em suas ligações mais assinaláveis com o Estado Imperial. Nos capítulos seguintes, examino os dois momentos epistêmicos da Arqueologia Imperial. O primeiro caracterizado pelos anos formativos (1839-1867), por mim conceituados como Arqueologia nobiliárquica; o segundo, pelos contextos de recepção das teorias evolucionistas (1867-1877) e pela participação ativa do Museu Nacional nas pesquisas arqueológicas concretizadas no período. Ambos os momentos, contudo, partilhando o mesmo projeto de se buscar, no interior das fronteiras nacionais, entre a umidade da floresta tropical e recobertos por pátinas, *vestígios de civilização*. Ambos os momentos articulados a uma geoestratégia – conjunto de técnicas que procuraram legitimar a demarcação das fronteiras geopolíticas do Império por meio das fontes arqueológicas e encaminhar uma política indigenista capaz de povoar e civilizar o interior do território nacional. Como em toda conclusão, nesta também serão reavaliados os problemas já aventados premonitoriamente por esta introdução. Acresce a isso a tentativa

preocupada com os debates sobre a origem do homem americano e a gestão de uma visão antropológica dos indígenas; e os de Langer (1998; 2000), que tomam os discursos arqueológicos do Império como alegorias míticas, signos imaginários veiculados pela ciência; que fazem uma História dos erros arqueológicos, das representações recebidas que lentamente substituíram uma Arqueologia pré-científica por modelos científicos formalizados.

de se orientar, ao final, o pensamento pela heterotopia, de medir a distância entre o nosso presente e ele mesmo, entre o nosso *topos* e ele mesmo, refletindo-se sobre a relevância da Arqueologia Imperial para o entendimento dos embates e idéias que, hoje, circulam acerca de nossa identidade nacional.

1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um Saber sobre o Estado

“... numa Monarchia Constitucional são as letras de uma absoluta e indispensavel necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a história e a geografia do paiz devem ministrar grandes auxílios á publica administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros...”
(Marechal Cunha Matos. **RIHGB**, (1): 5, 1839)

“... a colecção de nossas revistas se tem tornado cofre precioso, onde se guardam em depositos tesouros importantissimos; e a leitura delas será muitas vezes frutuosa para o ministro, o legislador e o diplomata, e em uma palavra para todos aquelles que não olham com indiferença as coisas da pátria...”
(Joaquim Manoel de Macedo. **RIHGB**, (15): 485, 1852)

A formação do IHGB⁸, em 1838, deu-se no bojo das transformações institucionais advindas com a emancipação política do Brasil, em 1822⁹. Fundado nas instalações do Museu Nacional e filiado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB, desde o início, colocou-se à serviço do nascente Estado Imperial. Assim, em 1839, Joaquim Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847) vinculou o IHGB à tradição das academias ilustradas do Brasil setecentista, academias que, para o autor, teriam sido obnubiladas pelo espírito despótico da Metrópole, enquanto o IHGB, em contrapartida, filho da Independência política, levaria suas luzes, livremente, a todas as províncias do Império (Pinheiro: 1839a), tornando o Brasil um “centro de luzes e civilização, e o arbitro da politica do Novo Mundo” (Pinheiro: 1939a: 78). Para transformar o Brasil num foco de luzes e no juiz do Novo Mundo, o IHGB constituiu todo um ambiente de História, um espaço arquivístico onde se classificaram e se ordenaram documentos escritos, arqueológicos, lingüísticos, geológicos e biológicos. Solo de onde brotou um discurso sobre a natureza, numa perspectiva orientada pela História Natural, e um discurso sobre a

⁸ - Sobre o IHGB, Cf. Rodrigues (1978); Poppino (1953); Schwarcz (1993: 101-116; 1998: 125-158); Callari (2001). Cf. a coletânea de artigos organizada por Weheling (1989) e especialmente Guimarães (1988; 1989), autor fundamental para se entender o projeto historiográfico do IHGB, seus temas e sua articulação com o projeto político Imperial. Devo a este autor a indicação de muitas fontes primárias utilizadas neste trabalho.

⁹ - Tais transformações podem ser averiguadas no clássico de Faoro (2000: 3-105, Vol II).

História, norteado pelos modernos parâmetros historiográficos. Lugar onde se inter cruzaram dados e métodos, onde se teceram as tramas de uma rede de saberes a ser lançada sobre o Brasil, onde se estabeleceram *corpora* e se estipularam técnicas de interpretação. E isto com um duplo propósito. Primeiro, tratava-se de compor uma identidade física e social da Nação, uma fisionomia cartográfica e histórica; segundo, pretendia-se construir um saber sobre o Brasil e o Estado¹⁰. Não no sentido de uma Ciência Política destinada a pensar sobre os aparelhos de Estado, mas no de um *corpus* de práticas, uma massa discursiva que deveria acumular materiais e conhecimentos – por meio das viagens inquérito e da sistematização de documentos – para instrumentalizar o governo Monárquico e servir como tática de enfrentamento aos separatismos incorporados pelas rebeliões que, durante a Regência, se desencadearam pelas diversas províncias imperiais.

Noutros termos, foi durante o processo de consolidação do sistema social de dominação Monárquico¹¹ que o IHGB principiou a forjar um saber sobre o Estado e o Brasil – um saber capaz de assegurar um projeto político centralizador, de conjurar os perigos do esfacelamento da unidade física e social do Estado Imperial em formação. O IHGB, desde sua fundação, foi marcado por uma “governamentalidade” (Foucault: 1994a), por uma cerrada articulação entre formas de conhecimento e aparatos de poder em que a população e o território emergiram como alvos específicos de análise. Ponto estratégico de onde se falava e se olhava o Brasil, o IHGB conduziu uma conquista epistemológica (para falar como Kalpagam: 2000, 39) do território, cuja geometria externa e interna precisava ser calculada em suas formas e superfícies; da população, cujos contornos precisavam ser

¹⁰ - Neste sentido, é importante levar-se em conta que 75% das verbas do IHGB provinham dos cofres do Estado (Cf. Guimarães: 1988; 1989).

¹¹ - O processo de consolidação da Monarquia pode ser acompanhada em Mattos (1990); Carvalho (1981; 1988); Fragoso e Silva (1990).

sublinhados em suas linhas identitárias e medidos na extensão de suas atividades econômicas.

Conquista epistemológica, confecção de uma rede de saberes. Dificilmente se contorna, especialmente se se estiver voltado para o século XIX, o prestígio das classificações lineares à maneira de Comte – o alinhamento das Humanidades a um refinamento progressivo, ao ideal hipotético-dedutivo, prenhe de objetividade e racionalidade empírica. Ora, se um saber se define pelo horizonte teórico no qual se inscreve, pela regularidade de formulações e enunciados em que está imerso, pelas instâncias de delimitação de seus objetos, isto não implica, contudo, que ele seja infenso às aproximações e contatos aquém e além de sua *demarche*, que ele esteja longe dos campos retalhados onde se distribuem utilizações possíveis e táticas políticas. É preciso, pois, entender a especificidade da distribuição dos planos de objetos, da repartição e do agrupamento das unidades discursivas a que deu lugar tal conquista epistemológica empreendida pelo IHGB.

Em primeiro lugar, a adjetivação mais visível do IHGB: Instituto *Histórico*, instituição portanto inclinada ao estudo da História, disciplina que condensa, nas páginas da *Revista*, um certo número de funções. Antes de mais nada, uma *História corretiva*, a ser escrita por historiadores que corrigiriam as imperfeições e inexatidões encontradas particularmente em obras de lavra estrangeira, historiadores que purgariam os “mitos impressos” (nas palavras de Januário da Cunha Barbosa: 1839b, 10) espalhados sobre a História e a Geografia do Império, sobretudo aqueles que desvirtuavam os conflitos,

eventos e personagens que resultaram no sete de setembro de 1822¹². História que, sem perder de vista a objetividade, deveria acrisolar os mitos que grassavam em obras estrangeiras ou nacionais e, ato contínuo, descrever uma *ontologia da profundidade*. A tarefa do historiador seria a de escavar o passado, retirar dos fragmentos esparsos e desconexos da História a glória da Nação, reunir numa mesma galeria os heróis nacionais, recuperar nas camadas da massa documental a transmissão da Palavra e do Exemplo a ser perorada às gerações do presente e do futuro¹³. O historiador, como um naturalista ou arqueólogo, desenterraria monumentos históricos e geográficos, desencravaría dos estratos do passado, da espessura histórica de instituições, eventos e personagens, os fatos necessários para recompor, no contínuo homogêneo do tempo, a História da Nação. O historiador deveria traçar uma genealogia da Nação, desvelar os fios do *telos* que guiava o processo histórico de uma Nação destinada ao progresso e à civilização, descobrir o reencontro ontológico do presente com o passado, representado, quem sabe, por uma cultura indígena elaborada, perdida em algum período longínquo, em algum momento civilizacional das sociedades indígenas. Daí a função da Arqueologia perante ao projeto historiográfico do IHGB – encontrar vestígios de civilização, revelar o corolário de um processo histórico continuísta e linear, carimbado pelos signos culturais de “antepassados” indígenas civilizados. Dupla função política, portanto, desta historiografia: num momento em que se pretendia legitimar um projeto minimamente integrador, em que a questão nacional era prioritária, caber-lhe-ia confeccionar um *ethos* nacional capaz de apagar ou

¹² - Os membros do Instituto escreveram muitas resenhas corretivas sobre obras publicadas no exterior. Somente para o ano de 1839, Cf. Pontes e Viana (1839), que “corrigem” fatos relativos à Independência; Lisboa e Moncorvo (1839), que “corrigem” as causas da Revolução de 1817, em Pernambuco.

¹³ - Numa metáfora recorrente nas páginas Revista, assim se expressou Januário da Cunha Barbosa (1839b: 14): “... o talento de um historiador (...) assemelha-se á sagacidade do naturalista, que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que ressuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em plagas que sofreram cataclysmos...”

acomodar as diferenças de uma sociedade formada por distintas “raças”, pela incômoda presença de populações escravas e indígenas; para um Estado que se pretendia a encarnação da civilização nos trópicos, caber-lhe-ia, pois, pintar uma imagem civilizacional digna de ser veiculada para as Repúblicas latino-americanas, para os Estados europeus e sobretudo para as elites do país, ainda inquietas com a cruenta memória das lutas que ameaçaram a unidade política da Monarquia entre 1831 e 1848¹⁴.

Segunda adjetivação: Instituto Histórico e *Geográfico*. As relações entre a Geografia e outros saberes, no interior do IHGB, alicerçaram uma geoestratégia – um conjunto de saberes que visavam interiorizar a civilização e civilizar as populações (sobretudo as indígenas), cristalizar a unidade física do território e as fronteiras nacionais¹⁵. O que redundou em algumas regras de uso na articulação destes saberes. Assim, num primeiro momento, a marcha histórica da civilização tropical deveria ser acompanhada da descrição do palco onde se deram as ações das personagens, a sucessão dos acontecimentos no tempo deveria ser emoldurada pelo cenário mais amplo, pelo teatro físico em que atuaram os atores históricos¹⁶. Quanto mais antiga esta atuação, quanto mais recuada no tempo, melhor estaria assegurada a ancestralidade da ocupação do espaço. Tratava-se, pois,

¹⁴ - Para um apanhado analítico destas rebeliões, Cf. Carvalho (1988). Não faltaram versões oficiais sobre as rebeliões nas páginas da Revista. Cf. o premiado artigo de Domingos José Gonçalves Magalhães (1848). Os estatutos do IHGB deixam claro estes objetivos de veicular uma imagem civilizada para as nações europeias e para as elites do país: para as primeiras intercâmbio internacional, para as segundas o ensino público e a ramificação nas províncias do Império, para ambas a distribuição de títulos de sócio correspondente. Cf. Artigos 1º, 2º e 4º do Capítulo I dos Estatutos do IHGB. *RIHGB*, (1): 22-24, 1839.

¹⁵ - Para o Estado Imperial a unidade do território era fundamental diante não só do contexto político sul-americano, já que a “flor exótica da América” vivia cercada por todos os lados pelos países republicanos, como também perante a situação interna perturbada por rebeliões regionais. Cf. Júnior (1988); Mattos (1990). Para uma História da Formação das Fronteiras e da política externa do Segundo Reinado, Cf. Accioly (1938); Soares (1972); Fragoso e Silva (1990); Magnoli (1977).

¹⁶ - Januário da Cunha Barbosa (1840a), por exemplo, supunha que “... separar a historia da geographia é fazer retroceder a sciencia, é não querer atingir o seu fim ...” (p. 17-18).

não só de topografar a identidade físico-social da Nação¹⁷, mas também de legitimar, por meio de documentos, fósseis e vestígios arqueológicos, a constitucionalidade da amplidão e das margens territoriais do Estado, de justificar historicamente a demarcação das fronteiras nacionais.

Daí os debates que se travaram, no IHGB, sobre os tratados de limites, como também a reunião e sistematização de documentos a servirem como guias para a condução da política externa Imperial. Exemplar a este respeito é a Memória escrita por Francisco Aldolfo Varnhagen (1816-1878), o von Ranke da historiografia brasileira, a pedido de Paulino José Soares de Souza (1807-1866), Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Nela, Varnhagen, que então ocupava o posto de Primeiro Secretário do IHGB, coligiu e examinou uma série de documentos – que deveriam ser depositados num arquivo específico para futuras consultas – com o fito de encaminhar as negociações das raias do Império com os territórios das Guianas, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai. As experiências acumuladas com as negociações estrangeiras e registradas pela História, os testemunhos da ação política dos antepassados no espaço que viria a ser do Brasil independente, ensinavam o caminho para a política externa do presente (Varnhagen: 1851). História, *Magistra Vitae*. No mesmo passo, pode-se entender a polêmica em torno de um artigo de José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867). Escrevendo uma pequena História dos tratados e das guerras entre o Brasil e o Uruguai, Machado de Oliveira criticara severamente a atuação do Governo Imperial diante da fixação de limites entre as duas Nações. A resposta ao artigo, feita pela pena de Duarte da Ponte Ribeiro (1794-1878), apontou as interpretações históricas equivocadas e o julgamento incorreto da política imperial feitas por Machado de

¹⁷ - A importância da Geografia e das viagens exploratórias para a confecção da identidade físico-natural do Brasil acha-se discutida em Arruda (1998).

Oliveira. Comparece ao debate, também, Gonçalves Dias (1823-1864), advertindo que o IHGB, uma instituição cultural, não poderia comprometer a objetividade em prol das contendas políticas¹⁸. Manter o rigor hermênutico, mas também fazer da argumentação histórica um meio para demarcar as fronteiras imperiais e desenhar a unidade político-territorial do Estado.

Num segundo momento, o que se assiste na articulação desta geoestratégia é a vivificação, como queria José Feliciano Fernandes Pinheiro, do sonho de Francis Bacon (1561-1626): uma associação de observadores a examinar as verdades da natureza, a congregar olhar e experiência em favor da aplicabilidade da ciência (Pinheiro: 1839b, 269)¹⁹. Para Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, a Geografia abrangeria em sua “esphera a mor parte dos conhecimentos scientificos” (1839b: 269)²⁰. Ora, se a demarcação das fronteiras por meio da argumentação histórica abre uma zona escura de onde despontam dúvidas hermenêuticas, se os arquivos das ações políticas passadas não garantem *stricto sensu* a legitimidade dos contornos físicos do espaço, há que se colocar em escrutínio a natureza, instalar-lhe um inquérito cerrado, há que se conjugar olhar, experiência e discurso afim de se registrar, no presente, a materialidade do espaço e de suas populações. Há que se conhecer os espaços limítrofes, há que se devassar as áreas pouco conhecidas, os sertões que se supunham com acanhadas povoações e dilatadas matas, tais como a Colônia do Sacramento, na região do Rio Prata, a fronteira com a Guiana Francesa,

¹⁸ - Cf. Participam do debate, também, Cândido Batista de Oliveira e Pedro de Alcântara Belegarde. Vê-lo na íntegra em **RIHGB**, (16): 393-572, 1853.

¹⁹ - Advirto ao leitor que não estou avaliando se a leitura que José Feliciano Fernandes Pinheiro fez de Bacon é certa ou errada. Tento somente traduzir a especificidade de sua leitura, aquilo a que LaCapra (1985a, 1985b) conceitua como *contextos de recepção*.

²⁰ - Esta asserção é partilhada, entre outros, por Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1841: 155-156), autor que será comentado a seguir, e por Manoel Ferreira Lagos (1844: 547): “... Ligada a todas as sciencias, a geographia serve, para assim dizer, de introducção a cada uma d’ellas, e aplanar o caminho para estudal-as com proveito: pôde comparar-se a um vasto vestibulo, do qual mais de cem portas communicam a todos os

ao Norte, e a fronteira oeste de Mato Grosso, locais onde os conflitos datavam do período colonial.

Cumprir a tarefa de registrar o espaço e suas populações só seria possível, portanto, com a realização de viagens exploratórias. Apoiadas ou financiadas diretamente pelo IHGB, logo às expensas do Estado Imperial, as viagens inquérito reúnem num único discurso diferentes disciplinas e uma multiplicidade de objetos. De modo que, de um lado, a Geografia caminha junto a História Natural, ambas percorrendo o território e descrevendo com minúcia as regiões exploradas: comprimento dos rios e montanhas, características da flora e da fauna, inventário e classificação das riquezas naturais, seja aquelas latentes no interior de jazidas, seja aquelas manifestas e que afloravam à superfície. Olhar abrangente e esquadrinhador, registro cuidadoso e totalizador que, de outro lado, faz com que a Geografia palmilhe os espaços em companhia da Estatística, da Economia Política²¹, da Etnografia e da Arqueologia: cálculo das relações entre densidade populacional e extensão dos territórios, avaliação das instituições provinciais e de sua ordem administrativa, de suas regulações e divisões políticas e civis, de suas forças produtivas e meios de produção, da capacidade de seus portos, do potencial de suas redes hidrográficas e estradas²²; avaliação,

ramos dos conhecimentos humanos (...); ella é chamada a concorrer, em sua esphera, ao progresso da civilização, revelando-nos a vastidão e os recursos do dominio terrestre ...”.

²¹ - Abordagens Estatísticas foram uma prática constante do IHGB. Em 1843, Januário da Cunha Barbosa propôs a organização de um projeto para se escrever uma *Estatística do Império*, para a qual o IHGB deveria aproveitar a “alta proteção do Governo Imperial (...), indispensável em uma tal empresa.” – Cf. 108ª Sessão em 20 de junho de 1843. **RIHGB**, (5): 338, 1843. O IHGB, além disso, oferecia prêmios (medalhas de ouro) àqueles que escrevessem a melhor obra sobre *Estatística do Brasil e suas Províncias*. Cf. *Prêmios propostos pelo Imperador Pedro II*. **RIHGB**, (3): 599, 1841; **RIHGB**, (4): 101, 1842. Lembremo-nos de que a Estatística permite a contabilização necessária às políticas de intervenção, controle e regulação social (Foucault: 1994a; 1994e; Kalpagam: 2000; Asad: 1994). Menções à Economia Política aparecem, pela primeira vez, em artigo de Januário da Cunha Barbosa (1839c). Um bom exemplo da utilização da disciplina encontra-se na carta anônima enviada ao IHGB, por conta da organização da Comissão Científica Brasileira. Cf. 17ª Sessão em 28 de novembro de 1856. **RIHGB**, (19): 76-82, 1856.

²² - É importante lembrarmos, neste ponto, que cada Estado promove formas particulares de representação do espaço, formas próprias de classificação administrativa do discurso sobre o espaço, suas riquezas e populações (Lefebvre: 1991). Estudos sobre a produção material e política do espaço e da paisagem são

mutatis mutandis, das populações indígenas, de suas técnicas agrícolas, de seu teor civilizacional medido através do universo lingüístico, da organização social e da cultura material, localização geográfica e demografia de seus variados grupos.

Os objetivos destas viagens exploratórias são patentes nas explorações conduzidas por João da Silva Machado (1782-1875), o Barão de Antonina. Proprietário de terras no interior da Província de São Paulo, dedicava-se ele a experiências de colonização em Mato Grosso e nas regiões que viriam a formar a futura província do Paraná. De tais experiências ele ressaltou a importância para promover a integração do Império através da ocupação econômica, da abertura de novos caminhos, da garantia das fronteiras, e do contato com as populações indígenas. O Barão de Antonina esperava encontrar, nas terras de Guayra (ou Paiqueré), índios com “restos de civilização”, descendentes de antigos Tupis domesticados pelos jesuítas. Índios semi-civilizados que facilitariam o arrebanhamento de mão-de-obra para as tarefas de colonização e permitiriam a compilação de vocabulários e tradições para o estudo da História, Geografia e Política do Império²³.

A Arqueologia e a Etnografia, no percurso destas viagens inquérito, deveriam tecer um saber positivo sobre os indígenas, um saber capaz tanto de rastrear vestígios de civilização, quanto de encaminhar uma política indigenista²⁴. Afinal, se o passado do indígena arquiva em sua memória, talvez, uma origem civilizada, a condição presente de suas populações, contudo, demanda planejamentos políticos. Deve-se integrá-las não só ao

freqüentes também em Arqueologia. Cf. Leveau (2000); Acuto (1999); Zarankin (1999); Orser (1999); Lazzari (1999); Mrozowski (1999); Williamson (1999).

²³ - Cf. Machado (1847; 1848; 1856). Cf. também as seguintes reuniões do IHGB, que mencionam a expedição de João da Silva Machado: 93ª Sessão em 6 de outubro de 1842. **RIHGB**, (4): 519-520, 1842; 98ª Sessão em 19 de janeiro de 1843. **RIHGB**, (5): 107-117, 1843; 99ª Sessão em 9 de fevereiro de 1843. **RIHGB**, (5): 253, 1843.

²⁴ - O leitor notará que, no decorrer deste trabalho, afasto-me, em parte, de alguns trabalhos para os quais a Legislação, expressão formal do poder, seria a fonte privilegiada para se entender os (des) caminhos da política indigenista. Cf. Cunha (1992); Karasch (1992); Perrone-Moisés (1992); Almeida (1997).

discurso histórico, mas também à História presente, à História que atua no palco da civilização, do progresso, da indústria. As elites do país, como protagonistas da civilização, necessitam de coadjuvantes para povoar o território e civilizá-lo. Ora, os reclames por uma política indigenista fundada num saber positivo sobre os indígenas, um saber ilustrado, laico, distante da visão teocrática dos jesuítas, afastado da alteridade míope dos colonizadores portugueses, daqueles que enxergaram o índio sem alma e acorrentado, foram pronunciados, na Assembléia Constituinte de 1823, por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838).

Para o patriarca da independência, uma eficaz política indigenista só seria possível com o conhecimento do que são e devem ser naturalmente os índios bravos, pois, do contrário, não se achariam os meios propícios para convertê-los à civilização (2000 [1823]: 48). Embora vagabundos, preguiçosos, apáticos, estúpidos, imprecavidos, inclinados à cachaça, à poligamia, à desejos de vingança e à ódios inveterados, os índios, mesmo nesta condição selvática e com estes costumes brutais (2000 [1823]: 48-49), são capazes de perfectibilidade (2000 [1823]: 50). Não são nem naturalmente bons, nem naturalmente maus; são simplesmente meros “autômatos”, seres cujas “molas” podem ser remodeladas pela ação do exemplo e da educação (2000 [1823]: 50). As perfectíveis molas indígenas, contudo, deveriam ser reajustas pela civilização por meio de um conhecimento positivo da natureza dos indígenas. Assim, José Bonifácio nota que o crânio do americano difere essencialmente das raças mongól e negra – possui uma linha facial mais inclinada que a do negro, as maçãs do rosto mais arredondadas que as do mongól, protuberâncias menos sensíveis no cerebelo. Talvez os indígenas do Brasil sejam uma mescla de asiáticos e povos autóctones (2000 [1823]: 66). A língua Tupi, por outro lado, singularmente rica e sonora, no seu mecanismo geral parece provir de uma antiga civilização (2000 [1823]: 64).

Mas, se por ora estas observações e interrogações não podem ainda firmar um conhecimento da natureza dos indígenas, isto não impede, entretanto, que se formule um plano de civilização para o povoamento e colonização do interior do Brasil. Assim, José Bonifácio, sem alijar as ordens religiosas do empreendimento civilizador dos selvagens, pensa os aldeamentos como postos civis e militares regulados por um Tribunal Superior, composto pelo Presidente da Província, pelo Bispo e pelo Magistrado dos locais em que se instalarem os campos de civilização e catequese. O Tribunal Superior teria a seu cargo não só a administração financeira e comercial de cada uma das aldeias, mas também a administração da justiça, das regras de sociabilidade entre missionários, oficiais do exército e indígenas. Os aldeamentos seriam espaços disciplinares, uma espécie de “Panopticon tropical”, constituídos por um corpo de missionários e soldados. Ao corpo militar, a condução rigorosa da disciplina, da vigilância, a pacificação das sublevações, a coibição de qualquer prenúncio de conflito ou desordem, a prisão dos revoltosos em presídios situados a uma distância adequada dos aldeamentos; às ordens religiosas, as técnicas de docilidade, as festas de santos, a inculcação da candura e do exemplo cristão, a retenção dos instintos belicosos, o conhecimento da Língua Geral, o Tupi, para alfabetizar os indígenas, ensinar-lhes o português e os ofícios de ferreiro e carpinteiro.

De todo modo, para prevenir as situações de risco, para dirimir os conflitos e ter uma estatística dos progressos e produtividades dos aldeamentos, manter um registro estrito do cotidiano, uma lista nominal por famílias e por idades, anotando nela as aptidões e o caráter de cada um. Contabilidade das produções, governo das almas. O Tribunal Superior deveria, também, providenciar a vacinação dos índios, inoculá-los e separar os bexigentos numa enfermaria. Deveria, pois, ministrar a higiene pública, robustecer o organismo da população dos aldeamentos para que, com o andar do tempo, brancos e mulatos

morigerados pudessem procriar com os índios, misturar as raças afim de se “ligar os interesses recíprocos dos índios com a nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação, mais forte, instruída, e empreendedora” (2000 [1823]: 61). É toda uma técnica de intervenção que se institui no plano de civilização do Patriarca da Independência, a lenta transformação dos corpos indígenas através da mudança dos hábitos alimentares, da ginástica e do exercício e, até mesmo, intruduzindo-se, paulatinamente, o uso das fardas militares, de calças, camisas e jalecos largos de algodão que cobririam a nudez e substituiriam os ornamentos, as pinturas e as plumagens (2000 [1823]: 53-61). Quando não a mistura das raças se processasse, que ao menos os indígenas “brasileiros” se tornassem como o *Cheroquis* norte-americanos, índios civilizados pelo governo dos Estados Unidos e que possuíam uma colônia com duas mil almas, uma associação política com leis, artes e agricultura, divisão do território, impostos, tribunais, força pública, enfim, um sistema completo de civilização (2000 [1823]: 75).

Civilizar os indígenas, interiorizar a civilização, povoar o território e colonizá-lo, fortalecer a composição racial da população brasileira. Os responsáveis pela iluminação de todas as províncias do Império não demoraram a seguir a senda civilizatória de José Bonifácio. Assim, embasado em fontes históricas e etnográficas, José Silvestre Rebello reavalia a legislação indigenista colonial para reaproveitá-la no que teria de sábio para a civilização dos indígenas, deplora a ética escravagista dos portugueses, faz um elogio à perfectibilidade, louva a ação dos jesuítas, as denúncias barrocas de Antônio Vieira, o teatro místico de José de Anchieta (Rebello: 1839; 1841). Januário da Cunha Barbosa, por sua vez, combinando enunciados de Economia Política e etnográficos, propõe uma operação transformadora no corpo da população brasileira. Ora, se os negros são estorvos à civilização dos índios e ao progresso da lavoura e da indústria, não se pode permitir que a

mancha negra da escravidão prossiga tingindo o corpo da Nação e sombreando os territórios sertanejos (Barbosa: 1839c). Faz-se necessário criar Colégios no interior do Brasil, onde os apóstolos aprendam as línguas nativas para o bom contato com as populações indígenas. Faz-se necessário arrebanhar aquelas populações para aldeamentos com instalações e oficinas, onde os oficiais, devidamente armados para que se mantenha a ordem, ensinem as idéias de propriedade, comércio e trabalho e diário, e assim, aos poucos, irem se formando povoações debaixo de certas “relações policiais” que a Religião fará respeitáveis (Barbosa: 1840b, 16). Mas não há muito o que se esperar, contudo, dos adultos, habituados que estão à vida selvagem, senão incentivar o casamento de oficiais com índias, e de índios com as filhas dos oficiais, para então, lentamente, a conversão católica e a conversão do sangue mudarem o rosto da população e das regiões brasileiras. Em contrapartida, todo o trabalho, todo o desvelo civilizatório, deve ser dirigido à educação das crianças. A paciência da aculturação: aos poucos, convivendo com os brancos em aldeamentos, as crianças, em maior proporção do que os adultos, incorporariam suas necessidades técnicas e de consumo, favorecendo, desse modo, o aprendizado da “cultura branca” e a miscigenação (Barbosa: 1840b, 5-18). Como bem disse Michele Duchet (1984: 181), o *bon sauvage* era aquele fadado a desaparecer. Conviria, pois, catequisar os índios, miscigená-los para que a civilização se propagasse pelo interior, até mesmo entre os “povos de nossa associação”, habitantes dos sertões do Brasil que, infelizmente, vivem “sem pasto espiritual”, esquecidos da “Sancta Religião que professamos” (Barbosa: 1840, 18).

Necessidade de uma geoestratégia, de se esquadrihar o território e a população indígena. Não foi à revelia, portanto, que os olhares arqueológico e etnográfico, desde cedo, tenham sido articulados às viagens inquérito. Integraram, com efeito, as primeiras propostas metodológicas imprimidas pela Revista do IHGB. Em artigo que orientou as linhas mestras

da coleta de fontes primárias, texto portanto respaldado nos princípios da moderna historiografia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes exortou a prática das “viagens científicas”, das “excursões archeologicas” (1841: 150)²⁵. Pontos específicos da História e da Geografia do Brasil não poderiam ser esclarecidos somente com mapas e documentos primários. Muitos dúvidas jaziam insolvidas, por exemplo, sobre a extensão e a densidade populacional de Palmares, dúvidas oriundas sobretudo das obras legadas pela Historiografia Colonial, como a *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) (1841: 151). Os fatos mencionados por Rocha Pita, seus erros e evidentes exageros sobre o quilombo de Zumbi só seriam corrigidos, as dúvidas sobre Palmares só seriam sanadas, com o conhecimento, *in loco*, do espaço ocupado pelos quilombolas, da região em se passaram os acontecimentos, pois, do contrário, não se determinaria sua posição geográfica e o número de seus habitantes, nem tampouco se ouviriam as tradições populares sobre o “Conto de Palmares” (1841: 151-154). Em suma, corrigir os erros historiográficos herdados, aprender mais com as rebeliões do passado para melhor combater as rebeliões do presente. Clarifiquemos, porém, que as excursões arqueológicas brasileiras não produzirão a abundância de documentos recolhidos durante as incursões territoriais realizadas pelos franceses – que não se espere, tão facilmente, a descoberta dos templos de Tróia, a profusão de estátuas e quadros, toda uma pletera artística e pictórica estampada sobre monumentos arquitetônicos que, por si só, contam a História de um país e revelam o espírito dominante de um século (1841: 151). Mas, de todo modo, as viagens científicas brasileiras, se pífios forem os seus resultados, nem por isso serão desinteressantes. Afinal, monumentos históricos poderão ser estudados, como os obeliscos

²⁵ - Tais “viagens científicas” foram incentivadas também por Joaquim Manoel de Macedo (1852: 489) e Manoel Ferreira Lagos (1844: 537-538), para quem o Instituto deveria fazer “sacrifícios em favor de

assentados no Pará, os templos e ruínas provenientes da presença holandesa no Brasil, e mesmo vestígios de civilização, como as estátuas indígenas descobertas na embocadura do Rio Negro (1841: 150-151). Por fim, as viagens científicas porão os Geógrafos em contato com as raças e as riquezas naturais de solos ainda pouco ou quase nada verificados, proporcionarão um conhecimento mais acendrado dos objetos de estudo de cada uma das partes do Império (1841: 155-156).

O naturalista bávaro Karl P. von Martius (1794-1868), por seu turno, no conhecido e tantas vezes já comentado texto que lançou as bases metodológicas das pesquisas historiográficas, arqueológicas e etnográficas a serem concretizadas pelo IHGB, também incentivou as excursões arqueológicas, fiando-se na “evidência” de que os indígenas seriam “ruínas de povos” – resquícios de uma antiga civilização que teria habitado toda a América (1844: 392-395)²⁶. Para von Martius, grandes monumentos arqueológicos, a exemplo do que aconteceu nos rincões de outras regiões da América, poderiam ser revelados sob as sombras das milenares matas brasileiras (1844: 395). Por outro lado, o “historiador pragmático” do Brasil deveria, também, fazer uma História das viagens e “entradas” para os sertões (como a realizada por Bartolomeu Bueno da Silva, em 1740), percorrer na documentação os antigos caminhos, deletreá-las para reencontrar, na palavra escrita, a soma das aventuras etnográficas, geográficas e mineralógicas de outrora. Uma História destas viagens levaria também à compilação de contos populares – dos negros e indígenas -, fábulas e mitos por meio dos quais se extrairiam observações gerais sobre a História e a Etnografia do Brasil; possibilitaria, ainda, o eventual encontro de riquezas ocultas nos subterrâneos de regiões pouco exploradas (1844: 401-402).

investigações archeologicas (...), especialmente prestando auxilio a viajantes”.

Trocando em miúdos, as viagens arqueológicas – e uma História das antigas entradas – permitiriam, por meio de uma História corretiva, a construção de um saber para conduzir os embates políticos do presente; permitiriam a coleta de novas fontes para a escrita da História do Brasil, vestígios de civilização e monumentos históricos, capazes tanto de fixar os limites das fronteiras regionais e nacionais quanto de forjar uma genealogia da Nação; permitiriam, por fim, o esquadramento geográfico das províncias e a descoberta de riquezas naturais.

Assim é que as condições de possibilidade para o surgimento de um pensamento arqueológico e etnográfico no IHGB foram dadas pelo modo como estas disciplinas se inseriram na geoestratégia articulada pela instituição. Caberia a estas disciplinas confeccionar um saber positivo sobre as sociedades indígenas, abordá-las, de um lado, numa relação mais estreita com a História no intuito de se aquilatar o teor civilizacional de seus grupos, de se fabricar sujeitos históricos e, por conseguinte, inclui-los ou excluí-los da montagem de uma identidade nacional; analisá-las, de outro lado, aproximando-se da Geografia e de suas abordagens estatísticas e demográficas com o fito de mapeá-las, contabilizá-las e localizá-las no espaço, avaliá-las em seus “usos e costumes”, em sua linguagem e em sua cultura material – possíveis testemunhos de civilização, cristalizadores das raias do Império – , examiná-las em sua capacidade de produzir riquezas e colonizar territórios²⁷. Ambas as disciplinas, mesmo depois de 1870, com a recepção das teorias evolucionistas e a consequente instauração de uma Antropologia Física, fundaram-se em consonância com os imperativos de um biopoder – a tomada das populações indígenas

²⁶ - von Martius recomendou estas expedições também através de cartas enviadas ao IHGB. Cf. Carta Lida na 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840. *RIHGB*, (2): 401-404, 1840; Barbosa (1841).

²⁷ - Para exemplos desta tarefa de localização, avaliação e mapeamento etnográfico-estatístico dos grupos indígenas, Cf. Guimarães (1847); Jomard (1847); Mattos (1856); Tuggia (1856).

como fenômeno simultaneamente biológico-racial e político, como fenômeno de massa a requerer políticas de controle e intervenções do Estado para os propósitos civilizatórios do Império. Numa palavra, a Arqueologia e a Etnografia deveriam acumular materiais e organizar um saber para forjar uma política indigenista, isto é, para construir-se uma técnica capaz de interiorizar a civilização e civilizar as populações indígenas.

É sobre este pano de fundo que deve ser entendida, nestes anos formativos do IHGB, a oficialização da Etnografia e da Arqueologia. Instituto Histórico e Geográfico, mas também *Etnográfico* – adjetivação acrescida a uma outra, *arqueológico*. A primeira proposta de efetivação de uma seção de Etnografia no interior do IHGB, a ser acrescida àquelas já existentes de História e Geografia, nasceu da pena do historiador Francisco Adolfo Varnhagen, em artigo que versava sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas (Varnhagen: 1841). A seção de Etnografia, segundo o historiador, teria como propósitos, por um lado, investigar as línguas, usos e costumes dos indígenas e, seguindo a linha entremeada de tais estudos, desvelar dedutivamente os cursos dos fluxos migratórios das populações indígenas; por outro, registrar o número populacional das diversas “nações indígenas”, seus nomes e sinonímias, localização geográfica e tudo o mais no tocante “aos indígenas do Brasil e seus circunvizinhos”, inclusive as noções geognósticas e geológicas que esclareceriam a “obscura historia d’este territorio antes do seu chamado descobrimento” (1841: 62). Para o segundo-tenente Varnhagen, a seção de Etnografia, ao estudar as populações indígenas, postularia os meios mais propícios para civilizá-las e esboçaria uma “carta ethnographica”²⁸ (1841: 63). Posicionando-se estrategicamente em um solo de interpositividades, Varnhagen, sob o nome de seção

²⁸ - Lembro ao leitor a tese de Lacoste (1993): as cartas geográficas servem para dominar o espaço e suas populações.

Etnográfica, conciliou numa mesma rede diferentes disciplinas – Arqueologia, Filologia, História Natural e Geografia – capazes tanto de apreender as sociedades indígenas “brasileiras”, de cartografá-las e especificá-las em relação aos grupos indígenas dos países vizinhos, quanto de recolher os materiais necessários para se organizar um saber sobre a História primitiva do Brasil, definida em seus perfis naturais – geognósticos e geológicos – e arqueológicos – fluxos migratórios das populações indígenas. Em suma, a seção de Etnografia, integrando uma rede de saberes, comporia, num duplo movimento, uma identidade primitiva para a jovem Nação, ancorada numa ontologia profunda, temporal (Pré-Histórica)²⁹ e espacial (Geológica); comporia, ainda, uma política indigenista inclinada a colonizar um território doravante cartografado em seus ângulos e reentrâncias etnográficas.

O IHGB, contudo, não foi a primeira instituição Imperial a efetivar uma seção de Etnografia e Arqueologia. Antes dele, o Museu Nacional, em sua reforma de 1842, organizou sua seção de *Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas*, cuja direção foi confiada, entre 1842 e 1859, a Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)³⁰. Mas, se no Museu Nacional houve uma tentativa, por parte de Ministros e Senadores do Império, de inviabilizar a pretendida reforma da instituição, não faltando, no núcleo desta atitude, discursos que proclamaram a inutilidade da Arqueologia e da Numismática (Lopes: 85-90), o mesmo não se verifica no IHGB. Desde o primeiro tomo da Revista (1839), vê-se desfilarem informações e programas de pesquisa etnográficas e arqueológicas, seja em forma de dissertações lastradas em documentos primários, seja na forma de “viagens arqueológicas” financiadas pelo Estado. Isto porque, pelo menos até

²⁹ - Deve-se enfatizar, contudo, que o termo Pré-História só foi cunhado em 1851, pelo antiquarianista Daniel Wilson (1816-1892) (Cf. Trigger: 1990, 83; Daniel: 1950, 86).

1870, com a vigoração do evolucionismo, o *locus* privilegiado onde se produziram discursos textuais, arqueológicos e etnográficos, sobre as sociedades indígenas, foi o IHGB; ao passo que o Museu Nacional, em contrapartida, foi a instituição onde prioritariamente se arquivaram coleções de artefatos e a cultura material dos indígenas, objetos de discurso que, ao lado dos textos do IHGB, forjaram identidades sociais e estipularam um lugar social para os indígenas na hierarquia do Estado Imperial. Numa palavra, dupla hermenêutica de sujeitos: textual e museológica.

Tanto é assim que, seis anos após a proposta de Varnhagen, duas outras surgiram. A primeira, escrita pelo Conselheiro Imperial Francisco Freire Alemão (1797-1874), primou pela confecção de uma *Carta Geral do Estado Primitivo do País*³¹. Para confeccioná-la, Francisco Freire Alemão, sócio correspondente do Instituto, conclamou os presidentes das províncias para que eles remetessem, de suas respectivas regiões, uma série de informações. O botânico Freire Alemão espera saber quais “tribos” indígenas habitavam as províncias e que extensão de terreno ocupavam na época em que foram conquistadas nos idos de 1500; quais foram extintas; quais imigraram, para onde se deslocaram, quantas ainda existiam e em que “estado” – isto é, se são bárbaras ou possuem algum grau de civilização. De outra parte, o botânico desejava respostas para os seguintes problemas: quais porções das províncias já eram, no tempo da conquista, desprovidas de matas; quais eram os campos nativos e cobertos por florestas virgens, quais os focos onde mais se incidiram e se incidem as destruições das matas; quais eram as madeiras preciosas de que elas mais abundavam; quais eram as qualidades de seus animais. Em suma, Francisco Freire Alemão pretendia cartografar a História Natural do Brasil, mapear com um mesmo

³⁰ - Sobre esta seção do Museu Nacional, Cf. Azevedo (1989) e especialmente Lopes (1997: 85-127).

compasso as riquezas naturais e humanas do país, a História antiga da natureza e de suas populações.

Outro é o teor da proposta, concebida ainda em 1847, para a criação de uma seção de Arqueologia e Etnografia no IHGB. Assinada por Manuel de Araujo Porto Alegre, Manoel Ferreira Lagos (1816-1871) e Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), a nova seção foi justificada como uma necessidade urgente de se “ampliarem os estudos historicos e geographicos de uma maneira mais vasta e mais conforme com a civilização actual”. Deveria, ainda, gozar da mesma categoria que as outras duas seções do Instituto, as de História e Geografia, e aplicar-se à Arqueologia e Etnografia *Americana*³². O parecer da Comissão de Redação e Estatutos foi favorável à proposta, sublinhando que a nova seção aperfeiçoaria os estudos arqueológicos, etnográficos, históricos e geográficos promovidos pelo IHGB, estudos que, exultaram os pareceristas, “foram muito bem aceitos no mundo scientifico, quer na America como na Europa”. Assim, em breve, com a adição da seção de Arqueologia e Etnografia Americana, o IHGB tornar-se-ia “um corpo scientifico respeitavel”, um “Instituto Imperial”, digno de ser “um oraculo scientifico das duas Americas”³³.

Ora, o que os proponentes quiseram significar com ampliar os estudos históricos conforme os desígnios da civilização atual? Por que a vontade de pronunciar oráculos, de tornar o IHGB uma instituição pítica? Tais referências não são metáforas absurdas, pois que aludem aos contextos de oficialização institucional da Arqueologia e da Antropologia, disciplinas que ganharam foros de cientificidade ingressando em universidades e institutos

³¹ - Cf. 180ª Sessão em 14 de outubro de 1847. **RIHGB**, (9): 562-563, 1847. A proposta de Freire Alemão foi “aprovada sem debate” (p. 563).

³² - Cf. 177ª sessão em 2 de setembro de 1847. **RIHGB**, (9): 442, 1847.

³³ - Cf. 178ª Sessão em 16 de setembro de 1847. **RIHGB**, (9): 443-444, 1847.

de pesquisa³⁴. Neste momento, elas reordenaram as bases epistemológicas a partir das quais se pensava o processo e o tempo histórico, os conceitos de homem, de cultura e civilização. A gestão da idéia de Pré-história solidificava-se na medida em que restos petrificados pelo tempo – fósseis, vestígios, artefatos e estruturas – emergiam dos solos escavados em todo o mundo e mostravam que a origem do homem remontava muito aquém do tempo contado pela narrativa bíblica³⁵; a idéia de civilização, por seu turno, reconfigurava-se e recuava no tempo na medida em que das camadas geológicas eram retirados os fragmentos e monumentos de culturas elaboradas; na superfície dos solos, por outro lado, pirâmides, cidades e inscrições expressavam a imponência de suas formas estéticas e confirmavam, pelo cotejo com a linguagem escrita e pictórica, o registro geológico, a antigüidade da civilização³⁶; em contraste, refletindo às avessas a civilização e a História biológica do homem, “povos primitivos” provavam que a ontogênese reproduz a filogênese – isto é, que a História do indivíduo recapitula a História das espécies (Gould: 1981) – , revelavam formas simples de organização social e o fetichismo das mentalidades, mostravam os ancestrais vivos e arcaicos da infância da humanidade e das sociedades complexas. O

³⁴ - O processo de institucionalização da Arqueologia oitocentista mundial pode ser acompanhada em Trigger (1990); Daniel (1950; 1981); Bernal (1980); Robertshaw (1990); Díaz-Andreu (1994; 1999); Podgorny (2001); Remessal et alli (2000); Oyela-Caycedo: 1994; Politis e Alberti: 1996).

³⁵ - O desenvolvimento da Arqueologia Pré-Histórica, em contraposição ao período dos Antiquários, teve seu primeiro impulso, no século XIX, com a Arqueologia Escandinava e a Arqueologia Paleolítica desenvolvidas na França e na Inglaterra, que, a partir de então, corporificaram os debates entre criacionistas e evolucionistas após a publicação de *On the Origin of Species* (1859), de Charles Darwin. Sobre este processo, Cf. Trigger (1990: 73-109); Daniel (1950) e Kristiansen (1981). Deve-se ressaltar que o IHGB mantinha-se informado sobre as pesquisas antropológicas e escavações arqueológicas realizadas no mundo graças ao intercâmbio com Institutos e pesquisadores estrangeiros, dos quais recebia livros e relatórios. Para um balanço geral das obras recebidas, Cf. Lagos (1844: 532-539). Para os anos 1839-1847, Cf. as seguintes sessões do IHGB que acusam a oferta de obras: 41ª Sessão em 20 de julho de 1840. **RIHGB**, (2): 275-76, 1840; 53ª Sessão em 5 de dezembro de 1840. **RIHGB**, (2): 532, 1840; 69ª Sessão em 26 de agosto de 1841. **RIHGB**, (3): 365, 1841; 85ª Sessão em 1 de maio de 1842. **RIHGB**, (4): 218, 1842; 105ª Sessão em 1 de junho de 1843. **RIHGB**, (5): 266, 1843; 115ª Sessão em 16 de novembro de 1843. **RIHGB**, (5): 535, 1843; 116ª Sessão em 17 de dezembro de 1843. **RIHGB**, (5): 589-99, 1843; 119ª Sessão em 22 de fevereiro de 1844. **RIHGB**, (6): 127, 1844; 121ª Sessão em 21 de março de 1844. **RIHGB**, (6): 130, 1844; 135ª Sessão em 5 de junho de 1845. **RIHGB**, (7): 268, 1845; 136ª Sessão em 18 de junho de 1845. **RIHGB**, (7): 270, 1845; 146ª Sessão em 18 de março de 1846. **RIHGB**, (8): 153-155, 1846; 176ª Sessão em 19 de agosto de 1847. **RIHGB**, (9): 305, 1847.

IHGB, portanto, dando continuidade às suas pesquisas arqueológicas e etnográficas – que já tinham tido “boa receptividade no mundo científico” – contribuiria com resultados importantes para o mosaico em formação da Pré-História e da Antropologia mundiais. Porém, não há nesta proposta somente uma vontade de verdade, uma pura paixão pelo passado, cujo signo máximo se expressaria na tentativa de se adequar o Instituto às modernas técnicas de interpretação do passado.

Sendo uma vontade de verdade sustentada por uma instituição, tal proposta de efetivação de uma seção de Arqueologia e Etnografia propulsa efeitos políticos. Essas disciplinas denotariam, em primeiro lugar, uma das formas para nivelar o Instituto e, portanto, o Estado Imperial, com as civilizações do Velho Mundo, sob a medida de um de seus signos mais representativos – a Ciência³⁷. Seria uma chave para a porta de entrada da civilização da ciência e do progresso. Daí a evocação de esperança, mais de uma vez propalada no IHGB, de possuir em seu seio um “Champollion brasileiro” que descobriria monumentos e decifraria inscrições encobertas pelas florestas tropicais (Alegre e Barbosa: 1839, 102; Lagos: 1844, 538). Assim pode-se entender a razão de se postular que a seção de Arqueologia e Etnografia teria a mesma categoria que as outras do Instituto, nem mais, nem menos que as de História e Geografia.

Em segundo lugar, a composição de uma identidade nacional orquestrada pelo IHGB pressupunha uma oposição política às repúblicas latino-americanas (Guimarães: 1988, 7). Ora, se “eles” apresentaram culturas indígenas elaboradas, por que “nós” não no-la apresentaremos? Se “eles” descobriram grandes monumentos, por que “nós” também não no-lo descobriremos? O núcleo de povoação e colonização do território onde viveram as

³⁶ - Sobre a idéia de civilização em suas relações com a Arqueologia, Cf. Daniel (1950: 68-76; 1970).

³⁷ - A Ciência como signo de civilização acha-se discutida em Freud (1997) e Elias (1994).

“altas culturas americanas” não teria partido do Brasil? “Nossos” índios não seriam herdeiros dos incas, astecas e maias, não teriam imigrado dos vales andinos? Estas questões, já em 1839, foram aventadas por Januário da Cunha Barbosa num “programa” de pesquisa que se perguntava se “vestígios de civilização das nações do resto da America” existiam entre os indígenas “brasileiros”³⁸. O programa de Januário não ficou sem resposta. Em artigo sobre a condição social das mulheres entre os aborígenes, Joaquim Machado de Oliveira abordou os paralelos etnográficos, as “analogias e afinidades”, encontrados entre os astecas, os incas e os indígenas do Brasil (Oliveira: 1842, 177-182). Tais paralelos etnográficos, resultado do conhecimento das pesquisas arqueológicas mesoamericanas e mexicanas, foram recorrentemente mencionadas pelos intelectuais do Instituto (Barbosa: 1841: 522-523; Lagos: 1844, 534-536)³⁹.

Ora, estas associações e analogias entre as civilizações andinas e os indígenas “brasileiros”, simbolizam, com efeito, o desejo do Estado Imperial de representar a civilização no Novo Mundo, desejo que não seria completamente realizado se, ao contrário das repúblicas latinas, a Monarquia não apresentasse como corolário de seu processo histórico-civilizacional culturas tão elaboradas quanto a dos maias, astecas e incas. Disputa por uma origem histórico-civilizacional, mas também conflito geopolítico por áreas fronteiriças, sobretudo aquelas adjacentes ao Rio da Prata, regiões com limites incertos e feridas constantemente abertas por prolongadas guerras (1825-1828; 1850-1852; 1865-1870). A Arqueologia e a Etnografia, integrantes de uma geoestratégia, deveriam demarcar

³⁸ - Cf. 4ª Sessão em 4 de fevereiro de 1839. **RIHGB**, (1): 60-61, 1839.

³⁹ - Neste momento, o IHGB se mantevesse informado das pesquisas arqueológicas mesoamericanas e mexicanas sobretudo através das obras de John Stephens: *Incidents of Travel in Central America, Chiapas and Yucatan* (1840); e de Alexander W. Bradford: *American Antiquities, and Researches into History of the Red Race* (1840). Tais obras foram solicitadas em 1842 – Cf. 85ª Sessão em 1 de maio de 1842. **RIHGB**, (4): 1842, 218; e recebidas em 1843 e 1844 – Cf. 105ª Sessão em 1 de junho de 1843. **RIHGB**, (5): 1843, 266; 199ª Sessão em 22 de fevereiro de 1844. **RIHGB**, (6): 1844, 127.

fronteiras ainda não coaguladas, estancando-as com os marcos fornecidos pelos vestígios arqueológicos, determinando rotas de imigração, especificando a etnogênese das culturas indígenas. Numa palavra, a Arqueologia e a Etnografia deveriam ser uma extensão das estratégias de anexação e resguarda de territórios, um vetor da política externa do Império. É o que explica a circunscrição de limites operada pelo IHGB: sua seção de Arqueologia e Etnografia seria *americana*, e o Instituto, desse modo, ganharia um adjetivo caro ao século que viu nascer o conceito de Imperialismo: “Instituto Imperial”⁴⁰.

Instituto Imperial. De fato, já se afirmou que a Arqueologia e a Antropologia se assentam, historicamente, num lugar determinado da *ratio* ocidental: fundam-se na soberania histórica do pensamento ocidental diante das “outras culturas” (Foucault: 1992, 394; Asad: 1973, 15; Wolf: 1982, 35). Sabe-se bem que a Arqueologia e a Antropologia não teriam existido sem o advento do Imperialismo e do Nacionalismo (Díaz-Andreu: 1944; 1999; Trigger: 1984; 1985; 1990: 110-145; McGuirre: 1992b, 35; 1999: 388; Stocking: 1983, 79; 1985, 114; Laplantine: 1993, 69; Patterson: 1997, 87-116), e que as Humanidades, ademais, têm servido à busca do “exótico” e ao estabelecimento de diferenças ontológicas, epistemológicas e geopolíticas entre “nós” e os “outros” (Said: 1978, 12)⁴¹. Não faltam, dentro de cada país, exemplos de práticas coloniais, sobejam exemplos de exercício de um imperialismo interno, resultando daí os reclames de que os estudos dos mecanismos epistemológicos de significação e representação do outro não devem ser confinados ao entendimento do colonialismo europeu (Miles: 1989, 39). A

⁴⁰ - O conceito de Imperialismo surgiu como ferramenta analítica por volta de 1870. Cf. Pistone (1992).

⁴¹ - O reconhecimento das cumplicidades entre a Arqueologia, o Nacionalismo e o Imperialismo levou Trigger (1985) a repudiar as Histórias da Arqueologia que narram as grandes descobertas e a busca do “exótico”, que fazem a crônica dos grandes pioneiros e das aventuras arqueológicas entremeadas pelo imaginário, formas de análise muito disseminadas nesta tradição historiográfica. Do mesmo modo, McGuirre (1999: 387) se esforça para construir uma imagem da Arqueologia oposta àquela que diz respeito ao estrangeiro, ao exótico, ao misterioso, ao aventureiro, ao Outro.

Arqueologia praticada pelo IHGB, neste sentido, incorporada a uma geoestratégia, não escapou às técnicas de dominação próprias aos contextos coloniais e imperiais. Antes e depois de 1870, a Arqueologia acicatou os ímpetos imperialistas do Estado monárquico no decurso de legitimação de uma certa ordem hierárquica interna, construindo, em meio a tantas “nações” indígenas, sujeitos históricos a serem civilizados ou exterminados, aproveitados como mão-de-obra operária ou subjugados pelo furor da civilização que, doravante, se expandiria territorialmente aplainando as rugosidades das florestas.

A proposta de efetivação da seção que tornaria o IHGB uma instituição Imperial foi aprovada definitivamente em 1851, materializando-se na redação de novos estatutos e na mudança de suas instalações, em 1849-1850, para o paço da cidade, no Rio de Janeiro. Nestes anos marcados pela política de conciliação encabeçada pelo Ministério (1853-57) do Marquês do Paraná (Honório Carneiro Leão), será a geração romântica que ocupará os postos de direção da seção de Arqueologia e Etnografia, serão os idealizadores e colaboradores das revistas *Niterói* (1836) e *Guanabara* (1850) – Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Manoel de Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) – que escreverão artigos e proporão a exclusão ou inclusão dos indígenas na identidade nacional, que encaminharão soluções para uma política indigenista⁴². Até que se instaurasse o evolucionismo no Brasil, contexto em que reordenaram-se as práticas arqueológicas e etnográficas, os intelectuais do Romantismo farão das pesquisas positivas em Arqueologia e Etnografia critérios para a reelaboração ficcional (Monteiro: 1996), comporão uma certa imagem do indígena, como se pode notar

⁴² - Sobre Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Manoel de Araújo Porto Alegre como membros da seção de Arqueologia e Etnografia, Cf. 177^a Sessão em 2 de setembro de 1847. **RIHGB**, (9): 422, 1847 (esta é a mesma sessão em que se propõe a criação da Seção de Arqueologia e Etnografia); 198^a Sessão em 31 de agosto de 1848. **RIHGB**, (10): 404, 1848; 208^a Sessão em 15 de julho de 1849. **RIHGB**, (11): 414,

nos poemas de Gonçalves Dias, nas pinturas, na arquitetura e na produção literária de Manuel de Araújo Porto Alegre, no épico *A Confederação dos Tamoios* de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1856)⁴³. Contudo, há que se ver nesta dupla inclinação romântica e arqueológico-etnográfica não as interferências que marcam o espírito de uma época, mas sim as diferentes posições que um mesmo sujeito pode ocupar em diferentes regimes discursivos, cada um deles caracterizado por suas regras de produção.

Mas é necessário descrever, agora, tais posições estratégicas (geoestratégicas) de sujeitos do discurso em suas correlações com formações discursivas, mostrar como a Arqueologia só foi possível, do ponto de vista epistemológico, devido ao modo como articulou-se a uma rede de saberes específicos que lhe permitiram, por meio da idéia de raça, construir identidades sociais e adjetivar o “outro”. Afinal, quando o que está em jogo é a descrição histórica de um saber com os seus correlatos efeitos de poder, não basta anunciar, como a criança de Andersen, que o Rei está nu; é preciso, também, dizer-se por que ele é Rei.

1849; 227^a Sessão da Assembléia Geral em 23 de maio de 1851. **RIHGB**, (14): 421-425, 1851; Sessão da Assembléia Geral celebrada no dia 21 de dezembro de 1853. **RIHGB**, (17): 563-567, 1854.

⁴³ - Note-se que também José de Alencar (1829-1877), que não era membro do IHGB e que inclusive lhe fazia oposição, valeu-se da Etnografia e da Filologia como fundamentos para seus romances indianistas. Cf. em *Iracema* (s/d) e *Ubirajara* (s/d), as notas etnográficas, filológicas e históricas que constam no final de ambos os livros. Para um exemplo de sua oposição ao IHGB, ver uma de suas crônicas, *Pontualidade no Instituto Histórico* (s/d: 59), onde ele ironiza: “... Com aquele tufão que desabou sobre a cidade, arrancando árvores e fazendo estragos, qual seria o diletante capaz de deixar o seu teto hospitaleiro para arrostar um tempo tão absurdo? É verdade que a esta mesma hora, quando rajadas de vento caíam mais fortes e com mais violência, alguns homens atravessavam as ruas da cidade, e um a um se iam reunir na sala das sessões do Instituto Histórico. Pouco depois chegou sua Majestade, e a sessão se abriu com sete membros ...”.

2. Arqueologia Nobiliárquica

“... Azarias beija-lhe a mão. A Barral (Condessa de Barral) olha Carlos (Carlos Gomes) com curiosidade. Não esperava que o jovem recomendado de Azarias fosse quase índio, ou quase negro; ela vê os negros e índios de maneira ambígua: sente carinho por eles, de uma maneira romântica, mas considera-os seres inferiores ...”

(Rubem Fonseca. **O Selvagem da Ópera**. 1994: 17).

“... O Instituto não desespera do feliz resultado das tentativas do Sr. conego Benigno de descobrir monumentos antigos n’esta parte do novo mundo, nem lhe morre a esperança de possuir em seu seio um Champollion Brasileiro, que com o facho de seu genio indagador illumine esta parte tão obscura da historia primeva do nosso Brasil ...”

(Lagos: 1844, 538)

“... Mas ânimo! Que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau ...”

(Varnhagen: 1975 [1854], 19)

Não seria difícil recortar, nas páginas da Revista do IHGB, definições sobre Arqueologia como “*sciencia*” cujo objeto é a cultura material. Signos suficientes no-lo indicam. O sócio-fundador Cunha Matos, em 1839, ao falar sobre a Lapa das Pinturas, caverna de Minas Gerais em cujas rochas pinturas rupestres se ofereciam à investigação, usou a designação “objectos archeológicos”⁴⁴. Ainda neste ano, a comissão destinada a averiguar as pretensas inscrições fenícias da Pedra da Gávea valeu-se da expressão “dados archeológicos” (Alegre & Barbosa: 1839, 100). Elementos diversos da cultura material foram arrolados, pela *intelligentsia* do IHGB, como fontes arqueológicas a subsidiarem a escrita da História nacional: de um lado, fósseis, grafismos rupestres, ornamentos, armas e cerâmicas indígenas, as prováveis ruínas e monumentos de uma civilização anterior à

⁴⁴ - Na ocasião, Cunha Matos convidou Pedro Claussen (Pedro Dinamarquês) para examinar as pinturas e enviar informações a respeito de “quaesquer outros objectos archeologicos”. Cf. 3ª Sessão em 19 de janeiro de 1839. **RIHGB**, (1): 59, 1839. Pedro Claussen, ainda em 1839, remeteu ao instituto uma carta com observações e cópias dos “desenhos” da caverna (Claussen: 1839). A designação objetos arqueológicos aparece também na 148ª Sessão em 30 de abril de 1846. **RIHGB**, (8): 289, 1846.

chegada de Cabral”⁴⁵; de outro, medalhas, moedas, “vestígios de templos, restos de muros, fragmentos de arquitetura, expressões simbólicas de esculturas” (Alegre, 1841: 548-549); em suma, diferentes materialidades, pedras angulares que ajudariam a erigir o edifício suntuoso da História Imperial em suas versões Antiga (pré-descobrimento) e Moderna (pós-descobrimento à Independência política)⁴⁶.

Não há nestes signos, contudo, uma linha reta de continuidade entre o passado e o presente da Arqueologia. É claro que, isolando-se as propostas de se estudar os monumentos coloniais e o Quilombo de Palmares (Pontes: 1841), os fragmentos arquitetônicos e estruturas de templos e muros (Alegre: 1841), poder-se-ia ver os prenúncios de uma Arqueologia Histórica, os indícios de uma objetividade crescente assinalada no percurso histórico da disciplina. Do mesmo modo, consoante a História da institucionalização da Arqueologia em cada país, arqueólogos e historiadores europeus não teriam dificuldade em verificar que o IHGB reproduziu aquilo que os seus antecessores fizeram em seu torrão natal: a submissão da Arqueologia como ciência auxiliar da História, tributária da Filologia e da História da Arte (Funari: 1998, 7; Bandinelli: 1994), o arqueólogo enquanto um paleógrafo da cultura material, um numismático dos monumentos e ruínas, um filólogo dos referentes das materialidades, um filatelista a colecionar os vestígios que ilustrariam os textos históricos – o livro genealógico da História nacional composto prioritariamente com documentos oficiais; arqueólogos e antropólogos norte-

⁴⁵ - Em 1839, Rodrigo de Souza da Silva Pontes propunha o seguinte “programa” de pesquisa: quaes os vestígios existentes no Brasil, que possam provar uma civilização anterior à conquista dos portugueses?...”. Cf. 9ª Sessão em 6 de abril de 1839. **RIHGB**, (1): 145, 1839.

⁴⁶ - Januário da Cunha, em 1839, atentava para a tarefa de se determinar as épocas da História do Brasil, “... e se esta se deve dividir em antiga e moderna...”. Cf. 1ª Sessão em 1 de dezembro de 1838; 2ª Sessão em 15 de dezembro de 1838. **RIHGB**, (1): 57-58, 1839. Em seu *Discurso* de 1839, Januário da Cunha Barbosa, uma vez mais, asseverou: “... a nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ainda ser subdividida em varios ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização...” (Barbosa: 1839b, 12).

americanos, por sua vez, com alguma facilidade, justapondo os textos arqueológicos, etnográficos e antropológicos do IHGB, poderiam espelhar o reflexo de sua tradição acadêmica: a Arqueologia como parte da Antropologia, o arqueólogo coligando as evidências a serem interpretadas pelo antropólogo (Renfrew: 1993, 73; Trigger: 1990:104-108; Funari: 1998, 7). Poder-se-ia também, para prosseguir com o narcíseo exercício de se rastrear, no passado, a modernidade da Arqueologia Imperial, praticar-se uma espécie de fenomenologia dos objetos e modelos que, ao longo de sua História, atravessaram-na e impingiram-na, numa cadência sucessiva de experiências e verificações, a refinar suas noções, conceitos e instrumentos técnicos.

Tal perspectiva crítica, entretanto, não daria conta das grades de especificação em que o indígena foi retido como objeto de discurso, do feixe de relações e regras por meio das quais a Arqueologia Imperial instaurou-se como prática discursiva. Nem serva da História, nem tampouco da Antropologia. A Arqueologia Imperial encontrou suas condições de possibilidade em meio a uma rede de interpositividades que lhe prescreveram um domínio de objetos, modalidades enunciativas e posições geoestratégicas àqueles que formulavam discursos sobre as sociedades indígenas. Foi numa determinada rede de interpositividades que a Arqueologia Imperial derivou seus discursos, desempenhou suas funções e tomou em perspectivas diferenciadas os indígenas como objeto de discurso. É o que se depreende a partir do exame de alguns autores.

Um deles é Peter Wilhelm Lund (1801-1880). O naturalista dinamarquês, em suas cartas ao IHGB (1842; 1844) e à Sociedade Real dos Antiquários do Norte (1950 [1844]), estipulou duas proposições básicas, auferidas a partir de suas pesquisas, concretizadas em mais de 800 cavernas, na região de Lagoa Santa, Minas Gerais: o “continente brasileiro” seria o mais antigo do planeta, e o homem já o habitava no tempo em que “os primeiros

raios da historia não tinham ainda apontado no horizonte do Velho Mundo” (1844: 338-342)⁴⁷. Discípulo de Georges Cuvier (1769-1832), Lund deduziu tais proposições, para parafraseá-lo, no firmamento lógico em que se iluminava a História Natural de seu tempo, que então reunia, numa mesma constelação, a Geologia e a Paleontologia.

Assim, o Brasil seria um paleoterritório porque, nas extensas regiões centrais do Brasil, as rochas primitivas do “período de transição” não apresentavam, na horizontalidade superposta de suas camadas, formações secundárias e terciárias, nem tampouco resíduos de vidas orgânicas pretéritas. Contrariando um fenômeno mundial, a ausência de formações geológicas secundárias, nas planícies centrais do Brasil, provaria que elas já se achavam acima do nível do mar na época antediluviana em que os demais continentes jaziam submersos “no seio do oceano universal”, ou surgiam, apenas, como ilhotas (1844: 341-342; 1950 [1844]: 474-475). Lund vai de encontro, portanto, às teses que propugnavam a idade recente do continente americano, território jovem que abrigaria seres (plantas, animais e homens) fadados, graças às adversas condições climáticas dos trópicos, à degeneração – como queria, dentre outros, Georges Louis Leclerc, o Conde de Buffon (1709-1788). Para Lund, tais teses, produtos de considerações históricas, teriam sido ilegitimamente estendidas aos foros da História Natural (1844: 341). Ora, se as observações geológicas comprovam a antigüidade do continente brasileiro, os exames de anatomia comparada dos fósseis humanos e de megafauna associados nos depósitos calcários da caverna subterrânea Lapa do Sumidouro, local onde Lund realizou sua mais importante escavação, revelam, por sua vez, a antigüidade da raça americana.

⁴⁷ - Pesquisas arqueológicas em Lagoa Santa foram retomadas entre 1971 e 1976, com a chegada da “Missão Francesa” ao Brasil. Cf. Laming-Empeaire (1979).

Lund sabia que estava a remexer num terreno movediço. A coexistência do homem com espécies extintas, testemunhada através dos fósseis e de artefatos líticos, gerou, na Europa, clamorosos debates entre catastrofistas, criacionistas, geólogos, paleontólogos e arqueólogos. Somente a partir de 1850, sobretudo na França e na Inglaterra, a antigüidade do Homem foi paulatinamente admitida, surgindo, no fluxo das pesquisas em Arqueologia Paleolítica, as primeiras periodizações que questionaram a cronologia da Criação, datada, pela exegese bíblica, em pouco mais de 4.000 anos (Daniel: 1950, 57-67; Trigger: 1990, 87-94; Johanson e Edly: 1996, 35-125). Para posicionar-se com segurança em terreno tão incerto e irregular, Lund caminhou com passos cautelosos, metodologicamente rigorosos, mas ajudou a acender, contudo, as primeiras centelhas dos candentes debates que se iniciavam na Europa.

Em primeiro lugar, Lund afirmou que a contemporaneidade do homem com espécies extintas não fora ainda resolvida, na Europa, de maneira definitiva (1842: 81). Parecia não haver nenhuma evidência, entre os restos fósseis que então se descobriam, de “verdadeiros anthropolithos”, “ganhando assim terreno”, e elevando-se “à categoria de axioma”, a tese de que o homem não coabitou com animais gigantes. Uma crescente massa de documentos que, nesta década de 1840, dia a dia se acumulavam, conduziram “as autoridades da sciencia”, no entanto, à reversão do dogma – ante a “força irresistível dos fatos”, postulou-se a autenticidade dos contextos geológicos onde se agruparam fósseis humanos e de megafauna (1844: 334-335). Neste estado de transição de idéias, alguns “espíritos mais ousados”, além de retroceder a origem do homem à época em que viviam as raças de animais gigantes, dataram-na em tempos “comparativamente modernos”, cientes que estavam do desaparecimento de diversas espécies de animais, coetâneas dos grupos humanos, em idades históricas. Lund, em contrapartida, mostrou que, à luz das

pesquisas de Cuvier, nenhuma prova havia que atestasse a extinção de animais em períodos recentes. As hipóteses daqueles “espíritos ousados” seriam uma laboração imagética, idéias extravagantes e sem suficiente lastro documental, de modo que se deveria limitar “a cooperação da phantasia á parte que lhe póde tocar n’uma investigação que é toda do domínio das sciencias positivas” (1844: 335-336). A fantasia não devia se insurgir contra a sisudez da ciência.

Lund, com seus passos atentos no solo das “ciências positivas”, buscou as provas que certificariam a validade de seus dados empíricos. De maneira que, em segundo lugar, o naturalista descreveu, seguro de si, os exames que efetuou para garantir a autenticidade dos fósseis da Lapa do Sumidouro. O terreno do debate sobre a antigüidade da “raça americana” não seria assim tão irregular, porquanto análises químicas e da constituição física dos fósseis nivelá-lo-iam. Ora, o grau de decomposição química dos fósseis mostravam grande antigüidade; estavam em parte petrificados, completamente calcinados e impregnados de partículas ferruginosas; seu interior era de um branco puro, sua superfície era negra, donos de um brilho metálico de bronze e de um peso extraordinário; postos sob o fogo ou sob brasas, não exalavam cheiro empireumático; aderiam fortemente à língua; imbuídos numa solução diluída em ácido nítrico, dissolviam-se em violenta ebulição (1842: 82; 1950 [1844]: 469; 1844: 336-367). Se os fósseis são legítimos e antigos, resta, então, verificar se, de fato, os humanos foram coevos dos animais gigantes. O que só seria possível, segundo Lund, por meio de criteriosas observações geológicas.

Neste ponto, o terreno volta a tornar-se movediço, mais precisamente alagadiço, pois a Lapa do Sumidouro, localizada à margem de uma lagoa, era invadida periodicamente pelas águas dos meses de chuva, disto resultando a mistura dos fósseis antigos com ossadas de espécies ainda vivas (1842: 82). Os fósseis, assim, poderiam ter sido tardiamente

carregados pelas chuvas aos depósitos geológicos antigos. Lund, contudo, concluiu que as ossadas de homens e animais extintos se encontravam entre as camadas de uma “terra primitiva” que enchia a caverna, cujos diferentes matizes escuros e amarelados atribuir-se-iam a uma maior ou menor influência das águas. Ora, à terra primitiva seguia-se, em transição quase imperceptível, uma camada dura como pedra, coberta, em alguns de seus pontos, por uma crosta de estalagmites. Tal circunstância provaria que esta parte do depósito, sob a qual foram achados os restos orgânicos de homens e animais extintos, esteve livre da influência mais ativa das inundações, pois, do contrário, não se formariam as estalagmites. O homem, portanto, foi coetâneo da megauna extinta – as ossadas de espécies ainda vivas repartiam com os fósseis antigos um espaço que lhes era extemporâneo, pois, consoante as experiências de Lund sobre os processos de deposição, elas seriam os despojos de refeições de animais predadores, acúmulos de quedas acidentais e fatais pelas fendas da caverna, ou, por fim, restos perecidos dos animais que nela habitavam ou se refugiavam em seus labirintos escuros (1950 [1844]: 474-483).

Em terceiro lugar, Lund tece considerações etnográficas sobre os fósseis humanos. Antes de mais nada, a que serviam as cavernas para estes povos, qual era a sua funcionalidade? Tudo indica que era um cemitério. Dentre as ossadas encontradas, que perfaziam 30 indivíduos, a maioria delas provinham de velhos; suas mandíbulas, gastas, se achavam desprovidas de dentes, sendo verossímil, portanto, que os decrepitos desdentados, após a morte, tenham sido enterrados no solo antigo da caverna. Explicação aplicável, também, às crianças, cuja mortalidade, sabe-se bem, é maior durante os primeiros anos. Os adultos, por sua vez, morreram, provavelmente, acometidos por doenças, porquanto o estado precário da dentição revela predisposição valetudinária. Mas as evidências físicas dos esqueletos apontam, também, para a existência de indivíduos de compleição vigorosa e

estatura invulgar, sem nenhum sinal legível de doenças – ora, mas é sabido que a morte prematura e fortuita, seja entre os povos civilizados, seja entre os selvagens, nada tem de extraordinário. Uma particularidade em alguns dos crânios, contudo, leva a supor que a morte de muitos indivíduos não resultou de causas naturais. Suas têmporas apresentam um orifício oblongo e regular, com um eixo longitudinal paralelo ao eixo do crânio, o mesmo tamanho e a mesma forma, cujo perímetro corresponde à extremidade de uma lasca de pedra (machado), semelhante àquelas freqüentemente descobertas no “desenterramento de antigüidades”. Tais indivíduos, tudo leva a crer, foram prisioneiros de guerra, sacrificados com um golpe aplicado à têmpora com um “fragmento de pedra” (1950 [1844]: 483-484).

Lund, assim, prossegue no seu caminhar, lança os fósseis humanos sob as brasas, agora não para medir-lhes a antigüidade pelo cheiro acre de empireuma, mas sim para acender, ato contínuo, a polêmica sobre a origem da “raça americana”. O sábio dinamarquês, como costumavam chamá-lo os intelectuais do IHGB, vence e percorre o terreno com o transporte das “ciências positivas”, aplanando-o em suas sinuosidades, doravante, com o concurso da comparação etnográfica, da craniologia e do exame da cultura material, no intuito de responder a que raça pertenciam os indivíduos fossilizados no cemitério, qual era o seu modo de vida e sua “perfeição intelectual” (1842: 84). Por outra, Lund queria saber o grau de civilização a que havia chegado o povo da Lapa do Sumidouro (1842: 85).

Achando crânios quase completos, Lund determinou, baseando-se na classificação racial estipulada pelo célebre monogenista James Cowles Prichard (1786-1848), o lugar que eles ocupavam no “sistema antropológico”. Os crânios das distintas raças apresentariam, segundo Prichard, as formas oval (raça caucasiana), prognata (raça etiópica) e piramidal (raças mongólica e americana). Os crânios de Lagoa Santa, pela estreiteza da testa, a

proeminência dos zigomas, o ângulo facial e o formato da maxila e da órbita, denotavam todos os caracteres pronunciados das raças americana e mongólica. O que as distinguiria, contudo, seria a presença marcante, na raça americana, de uma mais acentuada estreiteza e baixaza da fronte e maior saliência do malar. Admitindo-se, na esteira da argumentação de Lund, que tais caracteres são mais aproximados da anatomia animal, deve-se considerar a raça americana como inferior à mongólica na escala de perfeição intelectual, cujo ápice seria ocupado pelos caucasianos. Admitindo-se, ainda, a hipótese de que ambas as raças tiveram uma origem comum, sendo a raça mongólica a primitiva, logo, a raça americana seria uma variação degenerada daquela. Conforme as asserções de muitos antropólogos e naturalistas, imigrando para o hemisfério americano, a raça mongólica teria descambado para a degeneração, resvalado para um grau inferior em relação ao desenvolvimento intelectual que detinha em sua região originária.

Para Lund, no entanto, haveria que se inverter a cronologia sobre a origem comum destas raças, pois os americanos, em seu tipo geral, desde a sua mais remota antiguidade até a conquista efetuada pelos portugueses, teria permanecido invariavelmente a mesma. De acordo com o estado de conservação dos fósseis humanos poder-se-ia datá-los, pelo menos, em 3.000 anos, espaço de tempo em que a raça americana conservou, além de seus traços raciais, o mesmo modelo de sobrevivência – coleta, caça e pesca. A raça americana, para Lund, em quase nada havia mudado em seus caracteres essenciais, ou, se se modificou em algo, foi para mais se afastar da raça mongólica. Ora, considerando-se a ausência de qualquer monumento de um antigo desenvolvimento superior entre os povos do Brasil; tendo-se em vista, ademais, que o continente brasileiro é o mais antigo do mundo; e, por fim, que a natureza sempre procede do imperfeito para o perfeito, deve-se concluir que a raça americana, confirma-o o seu caráter racial invariável, precedeu a raça mongólica. O

continente americano seria menos jovem do que se supunha, e o seu povoamento, tradicionalmente concebido como decorrente de imigrações vindas da Ásia pelo estreito de Bering, deveria ser reavaliado diante dos fatos que indicavam uma maior antigüidade de sua habitação e a constância do tipo racial de seus habitantes (1842: 84-87; 1844: 337-342; 1950 [1844]: 483-488).

A raça americana, portanto, não seria uma degeneração da mongólica. Lund, no entanto, não esclareceu como os povos americanos, sabendo-se que a natureza sempre procede do imperfeito para o perfeito, teria alcançado a Ásia e desenvolvido formas superiores de civilização. Ainda que os seus argumentos pudessem levá-lo tanto para a confirmação do monogenismo de Prichard, quanto para o poligenismo, conceito que remonta ao século XII (Horsman: 43-45; Trigger: 122-113), Lund, moderadamente, nada disse acerca do berço edênico da humanidade, se ele se localizaria, agora, na América, e não na Ásia, como até então se acreditava; nem tampouco especulou se a Natureza teria fecundado vários centros de criação correspondentes às diferenças raciais observadas⁴⁸. O certo é que, de fato, a raça americana permaneceu a mesma por 3.000 anos. Prova-o a depressão da testa dos crânios de Lagoa Santa, que em tudo se conformam às figuras humanas esculpidas nos monumentos do México, cuja configuração singular da cabeça é inteiramente destituída de testa. Tal anomalia, antes atribuída a uma desfiguração artificial talhada pelo gosto dos artistas, teria agora uma “explicação mais natural”, pois os “documentos autenticos” de Lagoa Santa mostram que a raça americana realmente possuía anatomia anormal (1842: 84). Tudo o que se poderia fazer, por ora, seria reconhecer a

⁴⁸ - Para o conceito de monogenismo e poligenismo, Cf. Gould (1981), no que se refere a uma crítica interna à Biologia Racista; para a utilização destes conceitos na Arqueologia, Cf. Trigger (1990: 110-147) e Patterson (1997: 87-116).

continuidade racial dos americanos e, no máximo, manter-se o jogo de analogias entre os povos do Velho e do Novo Mundo.

Assim, os dentes incisivos dos crânios de Lagoa Santa, cuja superfície oval não termina num bordo agudo e cortante, seriam um fenômeno desconhecido da craniologia moderna, oferecendo paralelo somente com os esqueletos das múmias egípcias. Analogia merecedora de toda a atenção futura dos sábios, capaz de clarificar os pontos de contato entre a América e o Velho Mundo, já que os monumentos antigos do México apresentam semelhanças com os do Hindustão e do Egito (1844: 339-340; 1950 [1844]: 485-486). De outro lado, os crânios antigos, desenterrados na Europa, também revelam insinuante depressão na testa; os machados de pedra, que abundam pelo interior do Brasil, em sua forma e no material em que são lavrados, são em tudo análogos aos que se encontram nos países boreais da Europa (1844: 338). Mas que não nos enganemos. Estando suficientemente provado que o desenvolvimento da inteligência está em direta relação com o desenvolvimento do cérebro, cumprido com discernimento, o exame do crânio é o meio mais adequado para se medir o lugar que deve ocupar o indivíduo, e a raça a que ele pertence, na escala progressiva das faculdades intelectuais. Ora, os crânios primitivos de Lagoa Santa, não obstante as analogias que apresentam com os povos egípcios ou europeus, oferecem um “substrato mesquinho para a séde da intelligencia”. Não se poderia esperar, portanto, maiores progressos nas indústrias e nas artes de povos cuja organização cerebral era tão reduzida – prova-o de sobejo o tosco artefato descoberto junto aos esqueletos, uma simples pedra hemisférica e alisada (batedor), “instrumento de imperfeitissima construcção” (1842: 85-86).

Conservando o mesmo modelo de sobrevivência e os mesmos caracteres raciais, os indígenas “do Brasil”, por um período de 3.000 anos, permaneceram estacionários. As

mudanças observadas, no curso de sua existência, foram reguladas não pelos processos de transformação cultural, mas sim pela ordem constringente da Natureza; as mutações foram naturais, e não culturais, promanaram do *continuum* da Natureza, interrompido eventualmente pelos cataclismos, e não dos acontecimentos humanos; os indígenas mantiveram-se inertes frente aos desdobramentos da criação e extinção das espécies; constantes culturais invariáveis em meio a variabilidade temporal da Natureza. Daí que o povoamento da América do Sul, ancorado num período anterior ao tempo histórico, atenha-se mais especificamente ao tempo geológico (1842: 84; 1950 [1844]: 486). Os grupos indígenas ainda vivos estariam tão fossilizados quanto os esqueletos petrificados de seus “antepassados”. A ausência de qualquer signo de civilização, de qualquer progresso nas indústrias e nas artes, tornava-os, portanto, objetos de estudo atinentes à História Natural. Mas que aqui não se veja, porém, uma adstrição discursiva, um princípio de limitação para o florescimento de outros saberes. Pelo contrário, o que se delineia, no limiar das “ciências positivas” de Lund, é a circunscrição de um domínio de análise, é a delimitação de um campo de especificação de objetos para a Arqueologia e a Etnografia praticadas pelo IHGB.

Se o indígena poderia ser apreendido enquanto um *objeto naturalizado*, um fóssil vivo, um ente estático ante os ditames do ambiente, raça combalida pela vitória das expansões instintivas, raça de conformação anormal, dever-se-ia, de todo modo, decompô-lo em seu potencial para a civilização ou degeneração intelectual. Assim, o indígena, além de objeto naturalizado, é também *objeto simbólico* de estudo – um sujeito atado às amarras da natureza, mas simultaneamente detentor de uma cultura material, de um conjunto de narrativas mitológicas, de um universo vocabular e, quiçá, de um passado monumental, cujos vestígios, delidos, encontrar-se-iam camuflados nas matas tropicais. Ora, ao tomá-lo como objeto naturalizado e objeto simbólico, ao aquilatá-lo em seu teor civilizacional, ao

escalpelá-lo no “substrato mesquinho de sua inteligência”, a Arqueologia e a Etnografia dispuseram de critérios para classificá-lo e sopeá-lo na hierarquia das raças que compunham o Império, de justificativas para detratá-lo ou representá-lo no discurso histórico que forjava uma identidade nacional. De outro lado, avaliá-lo como objeto naturalizado ou simbólico implica, ato contínuo, em nomeá-lo como *objeto econômico* de estudo, instância de delimitação em que se exercem as modalidades enunciativas acolchetadas durante as “viagens arqueológicas” e geográficas e a leitura de documentos primários – cartografia, demografia e estatística de suas “nações”. Localizá-lo no espaço, enumerá-lo, retê-lo como objeto naturalizado e simbólico, e, neste passo, melhor entendê-lo para melhor civilizá-lo, para aproveitá-lo como mão-de-obra e como elemento colonizador do território, para amansá-lo como sujeito econômico e de Direito, para abrigá-lo sob a égide de um contrato social. Ora, a importância de se avaliar o indígena como objeto econômico explica os prêmios concedidos pelo Instituto, nas décadas de 1840 e 1850, a trabalhos históricos e etnográficos que reavaliaram as pretéritas políticas de aldeamento das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo (Oliveira: 1846; Silva: 1854).

Este triedro de objetos é melhor apreendido a partir da descrição da formação discursiva em que esteve disposta a Arqueologia, onde se assinalam, com destaque, os escritos do naturalista bávaro von Martius. Em 1838, numa conferência sobre *O Passado e o Futuro do Homem Americano*, proferida no Congresso dos Naturalistas e Médicos Alemães (Friburgo), von Martius afirmara que os indígenas interessavam tanto à História Natural, quanto à “História em Geral” (1905 [1838]: 535). Não se trata aqui de reiterar-se, claro está, o parentesco oitocentista, recorrentemente constatado, entre a Arqueologia e a História Natural (Hinsley: 1985; Chapman: 1985; Trigger: 1990, 87-102; Daniel: 1950, 29-54), de pontuar-se a transferência do modelo analítico desta para aquela; nem tampouco de

desvelar-se um mito de origem das Ciências Humanas – neste sentido, da Arqueologia –, a História Natural alicerçando os fundamentos da reflexão sobre o Homem (Blanckaert: 1993). Trata-se, isto sim, de mostrar como a Arqueologia despontou, durante o Brasil Imperial, no mesmo espaço de interpositividades em que figuravam a História Natural e a Historiografia. Daí a asserção de von Martius – referindo-se tanto à História Natural, quanto à “História em Geral”, o indígena americano poderia ser abordado, a par e passo, como objeto naturalizado e objeto simbólico.

Isto porque, para von Martius, o indígena do presente seria um ente degenerado, decaído, um fóssil vivo, superfície calcinada onde se lê, desta vez, não somente a imobilidade e a estagnação de uma raça, mas o momento petrificado de uma História perdida, as marcas iniludíveis de uma involução, do lamentável acidente histórico em que sucumbiu uma raça anteriormente civilizada⁴⁹. Doutor em Medicina, o olhar de von Martius sobre o indígena amparava-se na idéia de recapitulação, os adultos das raças inferiores, do ponto de vista intelectual, seriam como que as crianças das raças superiores (Gould: 1981). O indígena teria, assim, uma natureza dupla, reuniria os dois pólos opostos da vida intelectual – moralmente ainda na infância, na minoridade, a civilização não o altera, não o emula, sua inaptidão para o progresso assemelhando-o, portanto, a um velho estacionário. Infantil, velho estacionário. Tal condição presente do indígena, contudo, estaria longe de ser a *natural* (1907 [1832]: 20). O que se descortina nele não é a marcha evolutiva da

⁴⁹ - Os comentadores costumam ver, nesta idéia de degeneração, um tributo pago por von Martius à influência do pensamento do abade prussiano Cornelius de Paw (Cf. Baldus: 1968, 12; Cunha: 1992, 135; Filho: 1987, 164; Lisboa: 1997, 164; Schwarcz: 1998, 251). Há que se considerar, contudo, que a idéia de degeneração, assim como a de recapitulação, foi adotada por vários autores, estendendo-se o seu uso, até meados do século XX, pela biologia e psicologia modernas (Cf. Gould: 1981; Foucault: 2001). Freud, por exemplo, fez uso do conceito de recapitulação (Cf. Gould: 1981), cabendo-lhe, por outro lado, o mérito de ter solapado o conceito de degeneração (Cf. Foucault: 1988; 1994h). Saber-se, portanto, de *quem* ou de *quantos* von Martius era tributário, no uso que fez do conceito de degeneração, requereria, por assim dizer, uma História “genética” de

humanidade, a “raça vermelha” não se acha, como queriam Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e seus adeptos, no estado primitivo, não está no primeiro passo do simples desenvolvimento que poder-se-ia designar como o de sua “História Natural” (1907 [1832]: 21; 1844: 393).

Infantil, velho estacionário, mas que, no curso de sua História, já passou por outras sendas, muito diversas desta melancólica simplicidade atual, desta realidade populacional reduzida e irregularmente distribuída, desta vida que é a imitação da vida animal, desta condição presente que é secundária, degenerada. O indígena, de fato, é o herdeiro decadente de uma antiga civilização. Atestam-no seu estado social e os símbolos de Direito encontrados entre suas tribos – hordas inclinadas a uma insociabilidade irredutível, acompanhada e salientada por uma confusão babilônica de línguas, pelo poder político que é a submissão dos mais fracos pelo mais forte, por pequenas teocracias encabeçadas por pajés e suas “confrarias de embustes”, pelo diminuto comércio carente de moeda e de propriedade privada, pelo Direito brutal e da força, da contínua e surda hobbesiana guerra de todos contra todos. O Direito, entre os indígenas, servia, antes de mais nada, para se fazer a Guerra... As relações mantidas entre as tribos que se imaginavam aparentadas por uma origem comum, prefiguravam táticas de aliança e defensivas, norteavam as regras para a divisão dos despojos e a obtenção de escravos, organizavam o espírito de vendeta, ensejavam o caráter ardiloso e taciturno dos indígenas (1907 [1832]: 20-82).

Infantil velhice. As causas para esta degeneração, para esta dissolução física, para a pobreza deste intelecto monótono, carente de impulsos externos e internos, repousam não somente sobre a natureza que os rodeia, mas também devem-se à antropofagia, à corrupção

seu pensamento: percorrer em sua biografia intelectual as heranças transmitidas, *quem* ele cita e *como* ele cita; reler quem ele leu para saber como ele leu.

pelo *peccatum nefandum*, à presença de uma casta de “andróginos” que, seja entre os Sioux, os Incas ou os Guaiacurus, ajudam a condensar uma raça deprimida e obscurecida, fisicamente pauperizada, deformada e marcada, ao contrário dos prolíferos africanos, por úteros infecundos, pela “maldição da esterelidade” (1907 [1832]: 30-31). Há, assim, um “defeito geral na organização desta raça vermelha”, carrega ela o gérmen de seu desaparecimento prematuro, simples peça da engrenagem do mundo a desempenhar uma função passiva na História Natural da humanidade (1907 [1832]: 81-82; 1905 [1838]). Não há dúvida: a raça americana, em breve, desaparecerá. Desumanizada, decomposta em vida, baldado seria qualquer esforço para torná-la sujeito de Direito, para amoldá-la ao convívio feliz da civilização, para integrá-la ao quadro orgânico da Monarquia Constitucional. O indígena, como objeto econômico, como súdito submetido a um contrato social, torna-se, para von Martius, sujeito de evicção de Direito, irrecuperável para os propósitos civilizatórios do Império. Interessaria, somente, como objeto simbólico, como documento para a escrita da História primitiva do Brasil⁵⁰. Dado o seu desaparecimento próximo, cada vez mais progressivo, seria necessário, o quanto antes, uma longa estada entre eles, estudá-los *in situ*, por meio de atiladas observações etnográficas (1907 [1832]: 45).

Seria necessário resolver os principais problemas da etnografia americana: qual é a origem dos indígenas? quais são as épocas de sua História? se pertenceram a uma antiga civilização que abarcou toda a América, quando degeneraram? Sim, não há dúvida, integraram eles, numa época ainda indeterminada, uma grande civilização. Testemunham isso, em primeiro lugar, as edificações colossais que se espriam pela América Central e México, arquitetura grandiloqüente, comparável ao do Antigo Egito, majestosa em suas

⁵⁰ - A este respeito, Cf. Carta de von Martius lida na 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840. **RIHGB**, (2): 399-401.

formas estéticas e que, contudo, foram herdadas por povos cujas teocracias, muito antes da conquista espanhola, já não detinham o processo de franca degeneração que a natureza lhes impunha (1907 [1832]: 18). Em segundo lugar, a própria natureza apresenta animais domésticos e plantas úteis, ambos constituintes de um capítulo especial da História Natural americana, modificados pelas mãos transformadoras de um povo antes civilizado, dono de uma força moral e intelectual agora de todo perdida. Os Tupis, em terceiro lugar, cuja imigração deu-se do sul para o norte da América, das regiões do Prata para as regiões amazônicas, foram povos predominantes entre os autóctones do Brasil, com relativo grau de desenvolvimento, mas que, devido à miscigenação com raças bárbaras, perderam sua pureza original e degeneraram (1907 [1832]: 17-18; 80-82). Ora, teria a raça vermelha, anteriormente civilizada, sido vitimada pela ação de cataclismos, cuja memória, transmitida posteriormente aos descendentes dos sobreviventes, obstruiu-lhes a inteligência para os benefícios da sociabilidade, armou-lhes para a inimizade perpétua de todos contra todos e temperou-lhes o gosto para a antropofagia? O gênio de Cuvier e sua teoria cataclísmica explicaria esta desumanização dos indígenas, os seus vícios inveterados e brutais? (1907: [1832], 81)

De todo modo, à luz de Cuvier ou não, haveria que se entender as razões da involução indígena, haveria que se traçar nas curvas e elipses do tempo o apogeu e o declínio de uma civilização. Neste passo, deveria o historiador proceder como o naturalista, pois, assim como este investiga a sucessão das formações geológicas e biológicas através dos fósseis, aquele deve palmilhar as línguas, hábitos e costumes que, de um passado recuado, são transmitidos para as gerações futuras. Dever-se-ia perلustrar, na fixação das épocas da História Primitiva da América, a origem dos indígenas americanos. Sobretudo porque o degradado destino dos povos americanos encerra um ensinamento ímpar para a

humanidade: não há, nos outros continentes, exemplos históricos de povos que decaíram e se fragmentaram em pequenos grupos, numa antítese de reclusão e repulsão permanente que os fizeram desabar como uma “imensa ruína”. Ao contrário do solo onde se enraíza a mais antiga Humanidade, a Caucásia, ponte sobre a qual contínuas imigrações deixaram vestígios daqueles que a atravessaram (tártaros, árabes, mongóis), a História dos povos americanos não está ainda individualizada nos limites fixados pelas regiões, línguas e moral, pela cronologia de suas antigas imigrações com os seus séquitos. Tudo o que se pode afirmar, por ora, é que a origem da “raça vermelha” não deve ser procurada fora da América. Afinal, os americanos, e nisto von Martius concorda com Lund, não descendem dos asiáticos – os chineses, por exemplo, por mais que degenerassem em decorrência de uma imigração para um local aspérrimo e inóspito, jamais perderiam, em contraste absoluto com o que se vê entre os americanos, as noções e princípios de seu Direito superior, fonte derradeira de suas elevadas relações políticas e civis (1907 [1832]: 70-82).

Para responder a estes problemas, von Martius, na premiada dissertação *Como se Deve Escrever a História do Brasil* (1844), situou-se entre uma série de saberes que exibem a formação discursiva em que se dispôs a Arqueologia. Neste texto, von Martius, além de traçar as linhas mestras do trabalho a ser concretizado pelo “historiador pragmático” do Brasil, historiador que deveria escrever num estilo popular e despojado de citações eruditas, um Epos a conjurar os perigos do republicanismo, das utopias inexequíveis e do lema “*divide et impera*” (1844:409), esmiuçou especificidade da formação racial do Brasil. Do encontro e da mescla das três raças que compunham o Brasil (brancos, negros e índios), competia a cada uma, com sua índole inata, um movimento histórico particular, um “motor especial” que, uma vez acionados, propeliram a Nação. Caberia ao historiador “humano e profundo” reconhecer que o “Gênio da História”, no Brasil, cruzou estas três raças para

alçar sublimes fins, criou o sangue português como se fora um caudaloso rio a absorver a seiva das veias confluentes das raças vermelha e etiópica. O “historiador reflexivo” deveria apontar como na História do Brasil se acham consignadas as condições para o aperfeiçoamento das três raças, para vivificá-las e fortalecê-las numa Nação nova e robusta. Conquanto o indígena, como ser isolado, não pudesse ser aproveitado para os fins econômicos e civilizatórios do Império, ainda assim concorreria para uma miscigenação saudável, que, nutrida inicialmente por entre as “classes baixas”, vigoraria, nos séculos vindouros, as “classes altas” (1844: 389-391).

De maneira que, sem duvidar da perfectibilidade das raças, colocando-se acima de vistas parciais, o “historiador-etnógrafo” deveria, antes de mais nada, estudar os indígenas como seres físicos e, no perscrutar anatômico dos corpos, compará-los com os vizinhos da mesma raça. Feita esta comparação, passar-se-ia à esfera de suas atividades espirituais, conforme elas se manifestam por documentos filológicos. O que permitiria, em primeiro lugar, a organização de dicionários, particularmente aqueles atinentes aos radicais do Tupi e de seus dialetos – tronco lingüístico cuja sintaxe e vocabulário se encontram até mesmo entre os “piratas caraíbas” das Antilhas, da Flórida e das Bermudas, o Tupi abrangia, assim como o quíchua e o aimará dos Incas, uma vasta porção de territórios, era inteligível para um grande complexo de raças, fato que, claro está, indica a presença, numa época ainda por se desanuviar das brumas do tempo, de uma florescente civilização alastrada pela América do Sul. O estudo das línguas, de outro lado, levaria à Etnografia, à compilação do conjunto de mitos, da cosmologia, teogonia e geogonia indígenas, toda uma narrativa poética que, como já afirmara Varnhagen (1841), conduziria o “historiador-etnógrafo” à dedução dos cursos migratórios das populações indígenas, à constatação de que o limo da palavra indígena reveste o núcleo límpido de cultos, costumes e usos mais polidos. Por outra, num

procedimento corrente depois do tempestuoso *Sturm und Drang*, tanto na Europa como nos Estados Unidos, chegava-se à etnogênese por meio da Filologia, da Etnografia e da Arqueologia (Horsman: 1981, 5; 32-33; Funari: 1999b). A Filologia, ao ligar-se em rede à Etnografia, ao fazer dos mitos objetos de estudo, entrelaçou-se, ato contínuo, à Arqueologia. Daí a defesa das “viagens archeológicas”, pois, para se deslindar a origem dos indígenas, para se descobrir os vestígios de civilização, esparsos, provavelmente, entre os rios Tocantins, Xingu e Araguaia⁵¹, seria necessário, afirma-o von Martius, financiar projetos como os do cônego Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1849), comprometido em localizar uma cidade abandonada, uma Paupatla ou Copán brasileiras, nas matas da Serra do Sincorá, Sertão da Bahia (1844: 392-395).

A Arqueologia, pois, como prática discursiva, só foi possível pelo modo como articulou-se a uma formação discursiva que lhe definiu uma teia de relações com outros saberes e técnicas – a História Natural, a História, a Filologia, a Etnografia, a anatomia comparada e a craniologia. Foi neste espaço de interpositividades que ela desempenhou suas funções geoestratégicas e ajudou a cumprir a tarefa de se analisar o indígena como objeto naturalizado, simbólico e econômico, como raça depositária de maior ou menor quilate de civilização, como raça degenerada ou estática, como fóssil vivo, índio mineralizado a que competia resgatar-se dos jazigos de um tempo natural afim de se reanimá-lo para o ritmo da História. Foi no interior desta formação discursiva que a Arqueologia desenvolveu concepções e leituras sobre a origem dos indígenas – seu aparecimento no continente, suas rotas de imigração – e sua cultura material.

⁵¹ - A este respeito, Cf. Carta de von Martius lida na 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840. **RIHGB**, (2): 399-401.

Ora, para se obter vestígios materiais, como anunciaram a *Lembrança*, de Januário da Cunha Barbosa (1839a), e a *Carta Geral do Estado Primitivo do País*, de Francisco Freire Alemão, contava-se com as remessas dos sócios do Instituto espalhados pelas províncias do Império. Recebia-se fósseis de sócios eminentes, tais como os naturalistas Lund (1845) e Jacob van Erven (1845); costumava-se, também, comprá-los das repúblicas vizinhas (Pontes: 1846). Instituições estrangeiras, por seu turno, também enviavam materiais museológicos. Eram angariados, ainda, durante as “viagens arqueológicas”, as missões geoestratégicas de esquadrinhamento do espaço e de arquivos provinciais⁵². Grande parte dos “objetos arqueológicos” enviados ao IHGB, sejam moedas coloniais ou artefatos indígenas, eram eventualmente encontrados durante os trabalhos de agricultura, ou então recolhidos à superfície do solo, quando nele, casualmente, apareciam. As remessas dependiam, assim, das “excursões arqueológicas” e dos intercâmbios com instituições congêneres, mas eram sobretudo provenientes de achados fortuitos, da escavação do lavrador, da enxada que revirava a terra para cavar a roça e estilhaçava a urna indígena, obra do acaso portanto, e não do paciente trabalho de escavação arqueológica, tarefa que tomará corpo, como prática regular para a coleção de artefatos e estudo antropológico do indígena, somente após 1870. Antes disso, pouco se falou em escavações arqueológicas. Raras menções, como a do historiador Varnhagen, que tendo notícia, por intermédio de um sócio correspondente, de um cemitério indígena contendo várias urnas funerárias, tencionou desenterrá-las, desde que estivessem “em bom estado”⁵³. Sítios arqueológicos, assim, eram somente noticiados, registrados durante as “excursões arqueológicas”, como o fez, ainda

⁵² - Cf. por exemplo, as viagens de Gonçalves Dias (1853), no que tange ao envio de documentos históricos; para os etnográficos remetidos pelo mesmo autor, Cf. 10ª Sessão em 1 de outubro de 1858. **RIHGB**, (21): 484-85, 1858.

⁵³ - Cf. 47ª Sessão em 18 de setembro de 1840. **RIHGB**, (2): 414-415, 1840.

ele, Varnhagen, advertindo aos sócios do Instituto, em sua carta intitulada *Linguas, Emigrações e Arqueologia* (1849), sobre a existência das “sepulturas indígenas”, das “casas de pedras” do Sul do Brasil e dos sambaquis do Maranhão e do litoral de Santos⁵⁴, conquanto, prevenido, tenha alertado que estas referências não eram embaladas pelos sonhos com “cidades encantadas”. Para Varnhagen, não seria preciso gastar-se tempo e dinheiro com escavações arqueológicas, procurar sítios arqueológicos como quem procura ouro, pois as próprias matas, em meio aos fecundos trabalhos civilizatórios de abertura de estradas, paririam os vestígios de civilização, grávidas que estavam de monumentos de uma raça civilizada (1849: 371-374). A civilização, germinando-se, encontraria a herança de seus vestígios antecedentes. Embora as advertências de Varnhagen tenham rendido uma *Memória sobre a Pirâmide do Campo Ourique do Maranhão*, escrita por Francisco Freire Alemão⁵⁵, sítios arqueológicos não eram capitais para a Arqueologia deste período. Esta não implicava em escavação, não exigia o compulsar dos arquivos da terra – o IHGB queria um François Champollion (1790-1832), e não um Boucher de Perthes (1788-1868).

Não faltaram, contudo, buscas de modelos institucionais e propostas para se organizar um museu no Instituto. Em 1845, a Revista imprimiu a tradução de um artigo, feita por Manoel Ferreira Lagos, sobre o *Museu de Antigüidades Americanas*, organizado, em Copenhagen, pelo secretário da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, Carl Rafn (1795-1864) (Rafn: 1845). Nenhuma seleção é aleatória. Publicando o artigo de Rafn, o Instituto legitimou as seções do museu de Copenhagen, particularmente uma delas, destinada a exibir os “vestígios europeus encontrados na América”, os “objetos” dos “índios mexicanos”, da América do Norte, da América do Sul e dos caraíbas das Antilhas

⁵⁴ - Sobre o sambaqui de Santos, Cf. 50ª Sessão em 17 de outubro de 1840. **RIHGB**, (2): 522, 1840.

⁵⁵ - Cf. 221ª Sessão em 8 de novembro de 1850. **RIHGB**, (13): 521, 1850.

(1845, 98). Por outro lado, Manoel José Pires da Silva Pontes, em 1844, e o naturalista Guilherme Söch Capanema (1824-1906)⁵⁶, em 1854, sugeriram projetos para a montagem de um Museu de História Natural e Etnografia. Contudo, não obstante estes projetos, o fato é que, no transcorrer dos anos 1840, o envio de materiais arqueológicos e etnográficos, sempre “recebidos com especial agrado”, diminuiu gradativamente⁵⁷. Ao contrário do que se passava no Museu Nacional, em cujas instalações, por volta de 1850, não se dispunha mais de lugares para acomodar as coleções que chegavam das províncias do Império e do exterior (Lopes: 1997, 118). Condição que susteve durante todo o período Monárquico, o Museu Nacional foi a instituição oficial de sistematização e extroversão dos artefatos indígenas. Somente após 1876, com a reformulação de seus estatutos, a instituição desempenhou uma dupla tarefa hermenêutica – produção de uma fala museológica; produção textual, arqueológica e antropológica, sobre as sociedades indígenas. Neste momento, porém, a seção de *Numismática e Artes Liberais, Arqueologia e Usos e Costumes das Nações Modernas*, foi a única do Museu que, até 1862, malgrado as tentativas oficiais de inviabilizá-la em 1842, teve verbas regulares para a aquisição de novas coleções. Entre estas, exibiam-se, de um lado, os variados artefatos indígenas “brasileiros”, coleções etnográficas vindas da Nova Zelândia, das Ilhas Sandwich, da

⁵⁶ - Cf., respectivamente, 123^a Sessão em 23 de maio de 1844. **RIHGB**, (6): 262, 1844; 26^a Sessão em 8 de abril de 1854. **RIHGB**, (17): 573, 1854.

⁵⁷ - Daí o envio, em 1846, de circulares aos sócios das províncias, para que eles remetessem artefatos arqueológicos e etnográficos ao Museu do Instituto: Cf. 146^a Sessão em 18 de março de 1846. **RIHGB**, (8): 155, 1846. Antes de 1843, os artefatos indígenas eram enviados ao Museu Nacional, conforme é atestado pela 18^a Sessão em 29 de junho de 1839. **RIHGB**, (1): 252, 1839, e pelo relatório de Barbosa (1843). Sobre os vestígios enviados, Cf. 98^a Sessão em 19 de janeiro de 1843. **RIHGB**, (5): 107, 1843; 102^a Sessão em 3 de abril de 1843. **RIHGB**, (5): 258, 1843; 106^a Sessão em 23 de junho de 1843. **RIHGB**, (5): 269, 1843; 108^a Sessão em 20 de julho de 1843. **RIHGB**, (5): 382, 1843; 119^a Sessão em 22 de fevereiro de 1844, (6): 128, 1844; Antonio Vaz da Silva (1845); 148^a Sessão em 30 de abril de 1846. **RIHGB**, (8): 289, 1846; 152^a Sessão em 6 de agosto de 1846. **RIHGB**, (8): 416-17, 1846; 176^a Sessão em 19 de agosto de 1847. **RIHGB**, (9): 441, 1847.

“África inculta”, das Ilhas Aleutas; de outro, medalhas coloniais, múmias egípcias e antigüidades pompeanas (Lopes: 1997, 118-119).

O IHGB, portanto, não foi o *locus* privilegiado onde se elaborou uma memória museológica sobre os indígenas, memória exposta em gabinetes. No entanto, a cultura material indígena, no Instituto, prestou-se a usos específicos. Em primeiro lugar, os “objetos arqueológicos” revelariam o “estado de civilização, indústria e costumes dos indígenas”. Por outra, media-se com os artefatos o grau de civilização dos grupos indígenas – ou seriam fósseis vivos, índios mineralizados, ou seriam “ruínas de povos”, herdeiros de uma civilização tropical. Dois extremos, dois lados de uma mesma moeda, o indígena poderia ser bárbaro em sua condição atual, mas talvez ainda recuperável para a História da Nação, desde que o reverso da moeda contivesse símbolos de uma cultura elaborada, desde que, numa espécie de transporte numismático, a Arqueologia desenredasse, nos artefatos, inscrições que confirmassem as hipóteses, formuladas a partir da leitura de documentos lingüísticos e obras da Historiografia Colonial, sobre a origem dos indígenas. Os “objetos arqueológicos” poderiam demonstrar que o indígena era um antepassado do povo de Israel, um Adão americano, um homem ante-diluviano. Provariam, neste passo, a *hipótese bíblica* sobre o povoamento do Brasil – o índio como segundo Adão, habitante de um espaço que fora um paraíso tropical, filho do monogenismo, do criacionismo. Os “objetos arqueológicos”, contudo, talvez exalassessem feições de ares temperados, porém já há muito cobertas pelas pátinas tropicais. Seria preciso, então, desbastar o reverso da moeda, poli-la para que voltasse a emitir, em seu fundo metálico, o brilho de uma antiga civilização, para que recompusesse o tempo de uma longa travessia marítima, o mapa de uma antiga rota imigratória. Talvez os objetos arqueológicos confirmassem a *hipótese mediterrânica* sobre o povoamento do Brasil – o índio como antepassado dos povos nautas da História Antiga,

dos cartagineses, dos fenícios, dos gregos; ou o índio como descendente dos europeus modernos, como filho de uma imigração involuntária, de uma aventura marítima, de um acidente oceânico, de ventos marítimos que teriam trazido ao Brasil uma civilização européia antes da chegada de Cabral⁵⁸. O índio seria filho de um naufrágio.

Os “objetos arqueológicos” poderiam também conter, em seus fragmentos, os traços empíricos da teoria de Cuvier, as marcas de um cataclismo, os indícios que explicariam o desaparecimento de uma civilização mediterrânica ainda nos seus alvares, o fim de um “difusionismo” transcontinental e transoceânico; poderiam revelar as evidências da triste transformação de uma civilização em “ruína de povos”, o calendário da decadência, a Queda do segundo Adão, a expulsão do paraíso. Os índios seriam filhos de Caim – hordas condenadas por uma divina catástrofe a perambular e viver da caça, da coleta, do sal da terra⁵⁹. Não há que estranhar, portanto, a possibilidade de se encontrar monumentos nas matas dos sertões, colunas dóricas, com suas volutas e capitéis, corroídas pela umidade das florestas tropicais. O índio seria um grego agora nu. Tampouco há que estranhar os caracteres cuneiformes e os hieróglifos grafados nos papiros graníticos das cavernas, pois tais inscrições, quase apagadas pelo tempo, talvez não sejam um alfabeto da natureza, talvez não sejam arabescos ilusórios, mas frases hieráticas que mãos civilizadas legaram como documento para o Champollion do Império brasileiro. Os índios, quem sabe, foram

⁵⁸ - No mesmo ano em que se lançou a proposta para a efetivação de uma seção de Arqueologia e Etnografia (1847), pensou-se no seguinte programa: “... quaes as tradições conservadas pelos autochtones, ou vestígios physicos descobertos até hoje, que possam confirmar a opinião de alguns autores, de haver o Brazil sido visitado por europeus, ou por outros quaesquer descendentes do Velho Mundo, antes da chegada do venturoso Cabral ...”. Cf. 168ª Sessão em 10 de junho de 1847. **RIHGB**, (9): 278, 1847. O uso das hipóteses bíblicas e mediterrânicas podem ser encontradas nos seguintes artigos: Rebello (1840); Silva (1849); Souza e Silva (1854); Figueiras (1856); Oliveira (1842; 1844; 1861).

⁵⁹ - Sobre o uso de Cuvier, Cf., especialmente Ribeiro et alli (1846). A importância de Cuvier para a Arqueologia e Etnografia deste período pode ser avaliada em Barbosa (1841), Lagos (1849) e Velloso (1868).

filhos de fenícios que degeneraram o alfabeto – tudo o que sabem agora é pintar desenhos infantis, esboçar gestos geométricos ininteligíveis pelas rochas do Brasil⁶⁰.

Os “objetos arqueológicos”, em segundo lugar, cristalizariam a unidade física da Nação. Elementos tangíveis de espaços distantes, de províncias pouco habitadas, dos sertões desertos, das regiões longínquas ao centralizado poder Imperial, os “objetos arqueológicos” orlariam, com sua materialidade primitiva, as lindes das fronteiras nacionais. Marcadores do espaço, os artefatos assegurariam os limites geopolíticos do Império perante as Repúblicas latinas – Coroas toscas de um Estado Absolutista, Cetros arcaicos da Monarquia Constitucional. Além dos artefatos indígenas, também os padrões de mármore fixados ao longo da costa pelos antigos colonizadores e donatários portugueses poderiam ser usados nesta tarefa de demarcação da unidade física do Brasil (Varnhagen: 1849, 374). E há também os fósseis, capazes de assentar marcos científicos e antigos no solo nacional, de legitimar o Direito Público, de granjear, aos membros da elite Imperial, o Direito de governar um país continental. A lição fora aprendida com Lund. Testemunhos da ancestralidade do espaço e do homem que o colonizou, os fósseis confeririam um estatuto universal e histórico à Nação, lançando sua identidade num passado distante, a ser ainda calculado com o auxílio de outros fósseis e fontes arqueológicas. Tratava-se, portanto, de autenticar, com o selo científico dos fósseis e artefatos, um atestado do nascimento físico-territorial do Estado Brasileiro.

Hipóteses bíblica e mediterrânica. Um breve olhar comparativo mostra que a busca por vestígios de civilização não foi uma especificidade arqueológica somente do IHGB. A

⁶⁰ - Além da “expedição arqueológica” de Alegre e Barbosa (1839), comprometida em averiguar a existência de uma inscrição fenícia na Pedra da Gávea, encontram-se “programas” de pesquisa que se perguntavam se as pinturas rupestres seriam obra da natureza ou de homens. Cf. 81ª Sessão em 20 de fevereiro de 1842. **RIHGB**, (4): 106, 1842.

Sociedade Real dos Antiquários do Norte, instituição com a qual o Instituto manteve permanentes contatos, defendia a tese de que os escandinavos ocuparam sucessivamente, no decorrer do século X, os territórios da Groelândia, da Islândia e do litoral atlântico da América do Norte (Rafn: 1840) – tese esta que foi bem acolhida não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos (Horsman: 1981, 181)⁶¹. A Sociedade Real do Antiquários do Norte, instituição plantada no país, a Dinamarca, onde, pela primeira vez, se estipularam datações relativas com base na seriação de artefatos (Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro) e se desenvolveram métodos de escavação em Arqueologia, (Trigger: 1990, 27-80; Daniel: 1950, 38-54; Kristiansen: 1981), não foi a única, contudo, que contou a saga de civilizações européias na América. A Sociedade Etnológica de Paris também afirmara que colonizadores europeus aportaram na América muito antes da chegada das caravelas de Colombo (Warden: 1843). Na Espanha, Hernández Sanahuja, um dos primeiros arqueólogos a aplicar, em sua terra natal, o método estratigráfico em escavações, Inspetor da Real Academia de História e membro da Sociedade Arqueológica Tarraconense, elaborou, a partir de 1850, uma teoria sobre a existência de civilizações egípcias na terra de Dom Quixote (Remessal *et alli*: 2000, 37-41). Por toda a América, e não só nas regiões mexicanas, sul e meso-americanas, onde testemunhos de “altas culturas” eram recuperados em meio às florestas, buscava-se, com a Arqueologia, um passado glorioso (Díaz-Andreu: 1999, 169-171). Nos Estados Unidos, sítios arqueológicos, como os *Mondbuilders*,

⁶¹ - As relações entre a Sociedade Real dos Antiquários do Norte e intelectuais norte-americanos são mencionadas por Lagos (1840). O intercâmbio entre o IHGB e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte principiou a efetuar-se por intermédio de Lund. Cf. Carta de Lund lida na 17ª Sessão em 13 de julho de 1839. **RIHGB**, (1): 249, 1839. Sobre o prosseguimento do intercâmbio, Cf., por exemplo, 41ª Sessão em 20 de julho de 1840. **RIHGB**, (2): 275-76, 1840; 66ª Sessão em 1 de julho de 1841. **RIHGB**, (3): 347, 1841; 81ª Sessão em 20 de fevereiro de 1842. **RIHGB**, (4): 106, 1842; 128ª Sessão em 24 de outubro de 1844. **RIHGB**, (6): 509, 1844. Intercâmbios também foram efetuados com a Sociedade Etnológica de Paris, a Sociedade Arqueológica Americana e a Sociedade dos Antiquários da França. Cf. 66ª Sessão em 1 de julho de 1841. **RIHGB**, (3): 347, 1841; 144ª Sessão em 23 de dezembro de 1845. **RIHGB**, (7): 573, 1846; 146ª Sessão em 18

tomaram-se evidências de que uma raça civilizada (gregos, hindus, vikings, etc.) havia ocupado o território americano (Trigger: 1980; 1985; 1990, 104-108; Hinsley: 1985), o que legitimou o racismo sobre os grupos indígenas, sociedades estáticas, imóveis, que perderam seus laços com uma antiga civilização, frente às quais poder-se-ia declarar guerra para tomar-lhes as terras (Trigger: 1980; 1990, 105) e liberar, assim, a expansão territorial da “raça eleita”, do povo anglo-saxão que, escolhido por Deus, estava predestinado a propagar a civilização desde os mares Atlânticos até o oceano Pacífico (Horsman: 1981, 189-207). A Arqueologia nobiliárquica se coadunava, portanto, àquelas que se faziam alhures, conquanto, neste momento, ainda não praticasse, como as Arqueologias Paleolíticas francesa e inglesa, escavações estratigráficas. Tanto é assim que, em 1866, o Instituto é convidado para participar do *Congresso Histórico e Arqueológico da Antuérpia*, para o qual se preparou um relatório sobre Arqueologia brasileira. A comissão destinada a avaliá-lo afirmou que a ele nada acrescentaria, pois, infelizmente, nada havia no Brasil relativo a grandes monumentos arqueológicos⁶².

O que explica este buscar de vestígios de civilização, entre os intelectuais do IHGB, não é, pois, uma fantasia mitológica, uma alegoria repleta de símbolos quinhentistas ressignificados pela Arqueologia oitocentista, não é a ressurreição de mitos antigos no imaginário científico (Langer: 1998; 2000), mas sim uma posição ocupada por sujeitos de discurso. Neste momento, descobrir-se monumentos nas florestas brasileiras não era somente uma possibilidade diante do contexto arqueológico internacional, onde em várias regiões civilizações ressurgiam em fragmentos e edificações, mas também respondia à

de março de 1846. **RIHGB**, (8): 549-52, 1846; 184^a Sessão em 10 de fevereiro de 1848. **RIHGB**, (10): 122-23.

⁶² - Cf. 10^a Sessão em 13 de setembro de 1866. **RIHGB**, (29): 352, 1866; 1^a Sessão em 16 de maio de 1867. **RIHGB**, (30): 434, 1867; 2^a Sessão em 31 de maio de 1867. **RIHGB**, (30): 435-39, 1867.

interesses específicos do projeto político Imperial. Para a elite política e intelectual do IHGB, tal busca permitia a prescrição de uma determinada ordem, de um lugar social a ser ocupado pelos indígenas na justificativa genealógica que se imprimia ao Estado Monárquico. Estabelecer para os grupos indígenas antepassados “nobres” (fenícios, gregos ou europeus), significava a viabilidade de representá-los no quadro geral das Nações civilizadas. Numa sociedade que distribuía títulos de nobreza, as raças fossilizadas, os entes estáticos que a integravam deveriam também ser “nobres”, ainda que sua “nobreza” estivesse perdida num tempo quase sem memória, provavelmente entre vestígios despedaçados na poeira da Pré-História, entre restos petrificados e em pleno mutismo.

Daí poder-se adjetivar a Arqueologia praticada neste período – ela seria uma *Arqueologia nobiliárquica*. Deveria ela recompor aqueles pedaços empoeirados, dar-lhes voz, fazê-los falar um relato histórico de origem onde as elites do país pudessem se reconhecer⁶³. O passado do indígena, materializado em cacos, deveria modelar-se num espelho da “raça branca”, da sociedade de Côte; deveria mostrar que os antepassados indígenas eram de outra natureza que não a das raças contemporâneas – estas “ruínas de povos” foram antes criadores, membros de uma antiga civilização que doravante seria reconstruída pela nobreza do Império, pela elite ilustrada do Brasil. Numa sociedade em que a imagem do indígena figurava nos brasões imperiais, em que os nomes indígenas batizavam a proveniência de uma família, a genealogia do sangue e da tradição, não surpreende que a Arqueologia se confunda com a heráldica, que seja ela uma Arqueologia nobiliárquica a reconstituir a genealogia da Nação. Não surpreende, também, o discurso material do Museu Nacional – de um lado, salas com múmias egípcias e antiguidades

⁶³ - Sobre a relação entre relatos de origem e o presente, Cf. Foucault (1998); Nietzsche (1996); Lévi-Strauss (1989).

pompeanas, lembrando a origem civilizada, mediterrânica, da nobreza imperial; de outro, coleções das “raças selvagens”, lembrando à elite a inferioridade da “África inculta” escravizada e de índios a serem domesticados. Os vestígios indígenas até poderiam figurar ao lado das múmias egípcias, desde que confirmassem as hipóteses mediterrânica e bíblica de povoamento do Brasil; desde que, como no Museu da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, contivessem os sinais da presença europeia no território da Nação. Enquanto vestígios de civilização não forem descobertos pela Arqueologia nobiliárquica, que as coleções indígenas permaneçam num Museu de História Natural, que oscilem entre o naturalizado e o simbólico, com um pé resvalando no palco da História e o outro arraigado no solo da Natureza.

Mas, além de pretender forjar um passado glorioso, a Arqueologia e a Etnografia firmavam-se numa geoestratégia – civilizar o interior e as populações indígenas. Não era uma busca cega, olhos vendados no rastro de monumentos que corporificariam, palpáveis, a alma civilizada da Nação. Não há só uma preocupação com a fidedignidade, com a prova empírica, com o monumental que deve tornar-se visível para tornar-se documento, não há só o cuidado de não representar o papel “dos Antiquários de Walter Scott” (Barbosa e Alegre: 1839, 99), de falsificador de inscrições e artefatos arqueológicos⁶⁴. A procura por vestígios de civilização, como no caso do projeto do cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, ganhava sentido, conforme Januário da Cunha Barbosa, não somente pelo resgate de uma possível linha de continuidade de um processo histórico-civilizacional, mas também pelos terrenos vantajosos que seriam mapeados para o Estado⁶⁵. O Heinrich Schliemann

⁶⁴ - Trata-se, nesta passagem, de uma provável referência ao romance de Sir Walter Scott (1771-1832), *O Antiquário* (1816).

⁶⁵ - O debate sobre a cidade abandonada foi recorrente na Revista. Iniciou-se com a publicação de manuscrito – *Relação Histórica de uma oculta e grande povoação antiqüíssima sem moradores que se descobriu no ano de 1753* – compilado por Januário da Cunha Barbosa (1839d). Houve opositores à procura desta cidade, mas

(1822-1890) brasileiro, no fio das tradições que colheria durante suas investigações sobre a cidade abandonada, que aliás nunca encontrou, devassaria as matas desconhecidas do sertão da Bahia (Barbosa: 1841, 527-528). Um saber não é um palimpsesto onde mitos reescritos se superpõem, mas sim uma superfície onde se instauram práticas discursivas e (geo)estratégias. Assim, em petição encaminhada ao Imperador, em 7 de novembro de 1841, o IHGB se empenha pelo financiamento do projeto do cônego Benigno, ressaltando, além da imagem de um monarca amigo das “sciencias e das letras”, os aspectos geoestratégicos da expedição – a “viagem arqueológica” do religioso baiano contribuiria, segundo a petição, para a “interiorização da civilização”, isto é, tanto para a extensão do poder público do Estado e sua centralização, quanto para a marcação das fronteiras ocidentais do Império afim de melhor protegê-las; contribuiria, no mesmo passo, para cartografar o espaço e suas riquezas minerais, para a abertura de estradas e integração de novas terras ao cultivo agrícola⁶⁶.

Interiorização da civilização. Este é o sentido da Comissão Científica de Exploração (1859-1861)⁶⁷, que, pensada no interior do IHGB, visava, ao avançar pelos sertões do Ceará, recolher materiais a serem enviados para o Museu Nacional e eventualmente para museus provinciais e estrangeiros, identificar o território e suas riquezas, as instituições e as populações. O saber (e a política) é a capacidade de sistematizar informações, de ir buscar os bens e as riquezas. Assim, a Botânica, para o chefe da Expedição, o Dr. Francisco Freire

também os que sugeriram uma releitura do documento, propondo inclusive uma outra rota para a expedição e enviando vestígios arqueológicos que atestariam a existência da cidade. Sobre a expedição, Cf. as cartas de Carvalho e Cunha (1841; 1842; 1844; 1845); Sobre os opositores, Cf. 113ª Sessão em 28 de outubro de 1843. **RIHGB**, (5): 402, 1843; sobre a sugestão de uma outra rota, Cf. Rodrigues (1848). Os pormenores da “viagem archeologica” de Benigno é muito bem documentada por Langer (2000: 98-149).

⁶⁶ - Cf. *Petição do Instituto Histórico e Geográfico à sua Majestade Imperial de 7 de novembro de 1841*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Código: NA, IE, 78.

⁶⁷ - Sobre a Comissão Científica de Exploração, Cf. Lopes (1997: 128-133); Porto Alegre (1989).

Alemão⁶⁸, observaria o aspecto geral do país quanto à sua vegetação primitiva e secundária, esboçaria uma Geografia Botânica do Brasil, registraria as plantas úteis à Medicina e à indústria do Império (Alemão: 1856). A Geologia e a Mineralogia, nas palavras de Guilherme Söch Capanema (1856), coligiria os minerais e anotaria os veios metalíferos passíveis de aproveitamento econômico, apontaria os meios para se fundar estabelecimentos metalúrgicos; coletaria os materiais necessários, rochas e fósseis, para escrever uma História Primitiva das formações geológicas do país, para confeccionar um mapa geológico a servir de guia ao agrônomo e à resolução do problema da seca nos “desertos” do Nordeste. As instruções para a Seção de Zoologia, escritas por Manuel Ferreira Lagos (1856), propunham que se classificasse, segundo o sistema de Cuvier, todas as espécies animais encontradas; que se estudasse os mecanismos e funções fisiológicas, os hábitos e a índole, a multiplicação e transformação de todas as espécies; e também, o mais essencial, que se enfatizasse estatisticamente todo o proveito que se pudesse tirar dos animais para as artes, indústrias e economia doméstica. Considerar os animais, em suma, como objetos da História Natural e da Estatística – classificá-los em sistema e contabilizá-los como manancial de riqueza. Para o Conselheiro e Senador Cândido Batista de Oliveira (1856), a Seção Astronômica e Geográfica plotaria as principais latitudes e longitudes dos territórios a serem explorados, tanto para se construir uma Carta Geral do Império, quanto para servir de base às operações topográficas que delimitariam as terras tombadas pela Lei de 1850; acrescentaria à centralização política do Império uma centralização geográfica, isto é, determinaria as longitudes dos sertões referindo-os ao ponto culminante do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, doravante meridiano primeiro, ponto simbólico-geográfico da

⁶⁸ - Em 1856, Freire Alemão era também membro da Seção de Arqueologia. Cf. Sessão Eleitoral de 20 de dezembro de 1856. **RIHGB**, (19): 86, 1856.

Nação; de outro lado, observações meteorológicas e investigações da física geral do território da Nação teriam por objetivo os melhoramentos materiais das províncias visitadas – sondagens para poços artesianos nos desertos nordestinos, estudos geográficos para viabilizar as comunicações entre os centros produtores das províncias e os portos.

Manoel de Araújo Porto Alegre (1856), por fim, na Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, sugere a compilação dos documentos históricos e geográficos de todas as cidades, vilas e povoações desbravadas pela Comissão; recomenda avaliações estatísticas do comércio externo e interno das províncias, da decadência ou prosperidade das populações, do valor dos terrenos cultivados ou incultos, do número provável de selvagens que habitam as florestas. De outro lado, a Etnografia deveria, já que no máximo em duzentos anos os indígenas não existiriam mais em seu estado primitivo, reunir todos os documentos possíveis. Em primeiro lugar, efetuar medidas anatômicas e fisiológicas das raças indígenas, faria dos corpos documentos, matéria a ser arquivada na forma de desenhos, acervo iconográfico detalhado e exato a ser feito com os recursos da heliografia. Deveria também, pautando-se pelo sistema do frenologista Franz Joseph Gall (1758-1828), coligir crânios com o fito de mensurar o nível de inteligência dos selvagens. Em segundo lugar, a Etnografia registraria a organização social, política, as regras de Direito e as línguas das raças indígenas, agora para mensurar não os pormenores dos corpos, mas os graus de civilização. Para tanto, e aqui chega-se à Arqueologia, coleções de todos os enfeites, armas, utensílios, artefatos, “múmias e sepulturas” seriam coletadas para servir como prova da indústria, usos e costumes das variadas raças indígenas. No rumor da linguagem, das lendas e contos indígenas, de outro lado, seria ouvido o eco de antigas tradições históricas, e assim a Arqueologia, referendando-se pelos aportes conceituais de Giovanni Battista Vico (1668-1744) (1988) – isto é, o *fingere* e a *poiesis* como princípios

instituintes da realidade histórica – , descobriria algo a respeito da origem das raças indígenas e da História das imigrações. Desenhar os corpos, destrinçar as origens e graus de civilização, mas também avaliar o indígena como objeto econômico – medir-lhe a força física por meio do dinamômetro; observá-lo em suas mímicas e movimentos, fazer-se uma etnografia dos gestos para desnudá-lo em suas inclinações para o ócio ou para o trabalho; indagar-lhe acerca das queixas e receios fundamentais que tem dos “brancos”. Estudar, neste sentido, os meios para trazer à indústria tantos braços perdidos, diminuir o número de inimigos internos, chamá-los para a civilização, para a “comunhão brasileira”. De fato, desnecessário seria “dizer mais para demonstrar quantas vantagens resultarão para nós o conhecimento perfeito dos autochthones do Brazil” (Alegre: 1856, 68).

Foi, portanto, em torno do binômio território-população que se distribuíram os enunciados arqueológicos e etnográficos; foi sobre a possibilidade de integração histórica e política dos grupos indígenas (enquanto parte de um projeto de construção nacional) a um território definido geopoliticamente como território da Nação que escreveram os intelectuais do IHGB. Dito de outro modo, posicionando-se geoestrategicamente numa formação discursiva, os intelectuais do IHGB enunciaram um saber capaz tanto de forjar identidades por meio da idéia de raça, quanto de legitimar tecnologias de dominação para amolgar as populações indígenas a uma determinada ordem social e às normas sociais decorrentes desta ordenação. Os enunciados arqueológicos e etnográficos, pois, funcionaram nos mecanismos de uma geoestratégia – como trazer à civilização populações de “anatomia anormal”, como civilizar sujeitos fossilizados, grupos movidos por impulsos naturais, hordas cuja sociabilidade e regras de aliança se acham corrompidas pela degeneração? Como fundar um contrato social com populações degeneradas e estáticas,

cujos instintos de vingança e a vontade de guerra transgridem as leis do pacto social coletivo?

Sabe-se bem que a idéia de civilização, equivalendo-se à consciência nacional, à consciência que o Ocidente tem de si mesmo, serviu (e serve), no Imperial século XIX, como justificativa para a subjugação de populações tidas como incivilizadas e bárbaras (Elias: 1994, 223-64) e para a dominação de classe (Patterson: 1997). Mesmo Karl Marx (1818-1883), crítico do capitalismo, via o domínio inglês na Índia como fundamental para se assentar as bases materiais do Ocidente na Ásia e para a “regeneração deste importante e grande país, berço de nossos idiomas e de nossas religiões” (Marx: s/d [1853b], 296), região infestada por comunidades “simbárbaras e semivilizadas” (Marx: s/d [1853a], 290). O delicado problema que se colocava aos intelectuais do IHGB, nesse sentido, era o de promover um imperialismo interno, o de erigir materialmente a civilização nas florestas tropicais, o de postular as condições para se estabelecer um contrato social com populações em que as circulações simbólicas do Direito estavam de todo ausentes, populações degeneradas e antropófagas. Populações presididas, portanto, pelas regras de um estado natural, populações que romperam com qualquer pacto social e político; ou, em sua melhor eficácia política, populações configuradas em pequenas Repúblicas da Antropofagia, Teocracias Canibais a decretar as normas para a guerra e para um banquete criminoso que é o próprio avesso da civilização. O que circula nos textos arqueológicos e etnográficos do IHGB é, pois, uma caracterização dos graus de civilização das “nações” indígenas, caracterização essa que era uma seleção dos grupos mais aptos a serem aproveitados para fomentar o crescimento da população brasileira e a colonização dos “desertos” da Nação.

Assim é que, para Varnhagen, os indígenas, vistos como objetos naturalizados, pertenciam a uma raça decadente, em franca e irreversível degeneração. Por outra, em

breve, não só as diversas línguas indígenas perderiam os resquícios de sua pureza original, o que já ia acontecendo a olhos vistos, mas tempo viria em que não se conheceria nem a cor que tinham os índios. Assim como Buffon, Joseph-Arthur Gobineau (1818-82) e von Martius, Varnhagen pressupunha que os indígenas, devido às coerções ambientais dos trópicos e à miscigenação, estavam condenados à extinção próxima. Este era um dos propósitos da Secção de Etnografia propugnada pelo historiador: estudar o quanto antes as línguas indígenas, até mesmo para o bem da Literatura Nacional, porquanto esta, sempre segundo Varnhagen, é a base primeira para se solidificar os mitos nacionais, a independência e integridade das Nações. O Romantismo de Varnhagen, então, caminhava na direção confortável do consenso – os mitos indígenas inspirariam a Poesia Nacional (1841: 54-55).

Caminho do qual o historiador irá afastar-se em sua obra magna. Se na carta *Línguas, Imigração e Arqueologia* (1849), Varnhagen ainda emite lampejos romântico-indianistas, tal não se evidencia em a *História Geral do Brasil* (1975 [1854]). O que, nesta última, ficará dos textos anteriores, é a postura discursiva do autor e algo da interpretação arqueológica e etnográfica que dela resulta. O estudo de raças que estão na infância intelectual, povos rudes que não possuem escrita e nem História, só a Etnografia pode fazê-lo⁶⁹. Entendendo-se por esta não somente o trabalho de campo – e Varnhagen, em suas viagens pelo Brasil, fez observações sobre os indígenas e coligiu vocabulários -, mas também o debruçar-se sobre as descrições das crônicas coloniais e sobre os relatos dos viajantes naturalistas. Poder-se-ia falar em Etno-História, se com isso não se incorresse em anacronismo. A disciplina fundamental, entretanto – e aqui Varnhagen reitera os textos de

⁶⁹ - Assim disse Varnhagen: "... De tais povos na infância não há História: há só Etnografia. A infância física é sempre acompanhada de pequenez e de misérias..." (Varnhagen: 1975 [1854], 30).

1841 e 1849 -, é a Filologia. O estudo das raças indígenas não poderia ser realizado por um historiador carente de conhecimentos filológicos, pois, do contrário, não se poderia desemaranhar o nó górdio das variadas e contrastantes nomeações atribuídas aos grupos indígenas. Afinal, dos Andes à Patagônia, os usos e costumes das raças americanas são quase os mesmos, e só a Filologia pode concorrer para uma nítida classificação racial destes povos infantis (1849: 366). Somente ela pode determinar se as alcunhas com as quais são designados os indígenas correspondem, na verdade, a uma ou a diversas raças. Por fim, a Etnografia e a Filologia, ao revelarem usos e costumes, mitos e ritos, registros e recordações lendárias de antigas e nebulosas imigrações, desembocariam na Arqueologia. Desembocariam, com efeito, na determinação dedutiva da origem da raça americana, nos pequenos vestígios ou nos possíveis monumentos longínquos dos povos agora degenerados, fadados a um incontornável desaparecimento.

Valendo-se destes procedimentos, concluiu Varnhagen:

“... Essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça, ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum, e falavam dialetos da mesma língua...”
(Varnhagen: 1975 [1854], 24).

As diferentes “nações”, portanto, falavam variações de uma mesma língua, o Tupi. Conquanto agora degenerados, dada a crescente miscigenação efetuada por estas populações erroneamente chamadas por nomes diferenciados, o exame atento das línguas e costumes revelam que os Tupis foram uma raça invasora, eram “vindiços alienígenas” (1975 [1854]: 52). Tiveram sua origem no Caribe e, a partir do Norte, vieram, em ondas sucessivas, transmigrando até o Sul, ocupando os Sertões e sobretudo a costa litorânea do Brasil. Ato contínuo, novas hordas, da mesma raça, migravam novamente do Norte, notadamente das adjacências do Amazonas, guerreando, exterminando, sujeitando os

derrotados à escravidão, até ocuparem, mais uma vez, o litoral. E assim os que à beira mar estavam, ante o ímpeto guerreiro das novas levas Tupis, debandavam para o Sul e para o sertão. Os Tupis, raça conquistadora, vieram do Norte, do Caribe e do Amazonas, e não do Sul, das cercanias do Prata e do Paraguai, como queria von Martius.

Assim, com suas continuadas guerras para ocuparem o território que “hoje é do Brasil”, os Tupis fragmentaram-se, tornaram-se cabildas insignificantes. Os decadentes tupis, neste sentido, quando da chegada dos primeiros colonizadores portugueses, não passavam de um milhão de almas nômades com incipiente ou inexistente agricultura. Tal exercício demográfico é seguido pela asserção de um axioma estatístico estabelecido por Malthus (1967 [1798]): em qualquer país, a população só se desenvolve quando os seus habitantes abandonam a vida errante para se entregarem ao aproveitamento e cultura da terra, fixando-se em habitações permanentes. Antes da conquista portuguesa, portanto, “o país vinha estar muito pouco povoado”, e reduzidas eram as suas chances de alçar o desenvolvimento (1975 [1854]: 23). Tal despovoamento do território explica-se, em primeiro lugar, porque os Tupis tinham na guerra o seu principal galardão, suas hordas eram movidas pelo instinto de vingança, viviam hostilizando-se uns aos outros, cobiçosos dos melhores espaços para a caça, pesca e coleta, ansiosos pelos despojos dos conflitos – escravos para os trabalhos, e carne para os festins antropofágicos. Em segundo lugar, os canibais Tupis, no seu estado de decadência, desconheciam qualquer visão metafísica de mundo, nenhuma religião os governava. Assim, dentre a miríade de vícios de que eram possuidores, encontravam-se corrompidos pelo pecado amaldiçoado por São Paulo – sem eufemismos, e para utilizar o vocabulário de nosso século, os Tupis praticavam o homossexualismo, razão pela qual o despovoamento se intensificava. Enfim, túbios eram os laços sociais dos degenerados indígenas, pois a etimologia revela que a palavra Tupi não se

liga a nenhum país específico, nem tampouco provém de um grande chefe com esse nome. Viviam em plena anarquia selvagem. Os Tupis, portanto, não detinham, como os Incas, um Estado centralizador, capaz de livrá-los dos interesses ditados pela “conservação vital”, com uma aristocracia suficientemente forte para conduzi-los à civilização e ao crescimento populacional (1975 [1854]: 26 e segs.).

Entretanto, para o Visconde de Porto Seguro, não há porque envergonhar-se deste quadro desolador. Afinal, conforme se pode verificar em fidedignos documentos históricos e lingüísticos, é provável que os Tupis, descendendo do Norte, especificamente das ilhas do Caribe, ou imigrando através do estreito de Bering, provenham dos civilizados povos navegadores do Velho Mundo. Por outra, o Visconde de Porto Seguro faz coro com parte dos intelectuais do IHGB – também ele buscava um corolário “nobre” para a genealogia da Nação. Monogenista, Varnhagen acreditava que os Tupis eram filhos do Criador, mas também da imigração, descendentes, em suma, de raças nautas e civilizadas. Seriam, pois, dignos de configurar na identidade da Nação, desde que o seu passado, encerrado nas matas atlânticas, nos mitos balbuciados por sua linguagem, nas anotações barrocas dos cronistas coloniais e nas minúcias científicas dos naturalistas, apontasse para um percurso histórico-civilizacional. Varnhagen, como outros intelectuais do IHGB, olhava o avesso dos indígenas, o lado reverso outrora civilizado, porquanto agora eles são degenerados. O segundo-tenente Varnhagen, desse modo, fundando-se no exemplo dos primeiros colonizadores portugueses, não via outra solução para civilizar os indígenas senão usando-se de “força” (1975 [1854]: 212-222). Foi por “mal entendida filantropia” (1975 [1854]: 220), primeiro dos jesuítas, depois decretada pela piedade dos reis, que os indígenas foram chamados à civilização unicamente pelos morosos meios da catequese. Afinal, se as leis tivessem permitido à cobiça dos primeiros colonos o arrebanhamento civilizador dos

selvagens do Brasil, não teria sido necessário transportar os negros da África, populações que concorriam para o aumento da riqueza pública, mas que, em contrapartida, corrompiam os costumes, por serem indecorosos, audaciosos e despudorados (1975 [1854]: 225). Com estas raças degeneradas ainda povoando o “abençoado solo do Brasil” (1975 [1854]: 30) – e as descrições geográficas de Varnhagen são como que a versão romântica da Carta de Caminha –, não se entende como haja poetas cultores do Filósofo de Genebra, pois é sabido que, sem leis e civilização, o homem inclina-se à barbárie e à antropofagia (1975 [1854]: 52).

Varnhagen, portanto, desanca a perfectibilidade rousseauniana, e com ela, o *I-Juca Pirama* e o *Deprecação*, poemas de Gonçalves Dias que são alegorias dos sofrimentos indígenas advindos com a chegada dos portugueses ao Brasil. Além disso, em carta para o Imperador Pedro II, Varnhagen repudia *A Canção dos Tamoyos* (1856), de Gonçalves Magalhães, poema financiado pelos cofres públicos para servir como épico nacional:

“... *Infelizmente está o poema muito longe de poder, no mais mínimo, aspirar às honras da epopéia nacional do século de Pedro II – Nem o assunto da tal confederação bestial é verdadeiramente épico...*”

(Carta ao Imperador Pedro II, 24 de setembro de 1856, In: Lessa: 1961)

Abriu-se a polêmica. Em *Os Indígenas do Brasil perante a História* (1860), Gonçalves de Magalhães tece incisivas críticas à *História Geral do Brasil* (1975 [1854]). Tendo como objetivo reabilitar os indígenas como elementos integrantes da população brasileira, Gonçalves de Magalhães, professor de Filosofia do Colégio Pedro II, inicia suas reflexões com lições de método. Segundo o lente, não se pode escrever a História de um povo vencido e subjugado, sobre o qual só se tem crônicas e documentos dos conquistadores, sem um “método indireto” (1860: 4). Há que se notar as contradições dos documentos, procurando-se a verdade pela crítica, pois os conquistadores sempre estão

propensos a glorificar os seus próprios atos como justos e a denegrir suas vítimas com imputações de todos os gêneros. Varnhagen, despido deste método indireto, nada mais teria feito do que coligir, reunir e abonar todas as injustas detrações espalhadas contra os selvagens brasileiros. Plenamente de acordo com os princípios àquela altura mais modernos de se escrever a História, Gonçalves de Magalhães concebia o documento como via de acesso à verdade do acontecido. Para cingi-la, contudo, seria preciso desviar-se de afirmações e epítetos afrontosos sobre os povos vencidos, admitindo-a somente no tocante a todo bem que deles se diz.

Gonçalves de Magalhães, contudo, não restringe suas críticas ao método hermenêutico de Varnhagen. O autor da *Canção dos Tamoios*, na verdade, tem em mira as interpretações arqueológicas e etnográficas de Varnhagen, às quais ele contrapõe sua erudição filosófica. Antes de tudo, pede ele que os leitores – entre os quais ele inclui o “compatriota” Varnhagen – o ouçam com os ouvidos de Rousseau. Avesso às idéias de John Locke (1632-1704), isto é, à filosofia da tábula rasa empenhada em negar as idéias inatas, Gonçalves de Magalhães enxergava os indígenas com os olhos humanistas da perfectibilidade. Por outra, o lente supunha-os capazes de resistir aos ditames da natureza, pois os *bons sauvages*, como parte da humanidade, têm inerentes inclinações para o desenvolvimento e para a civilização. Ora, considerando-se os indígenas deste ponto de vista, as divagações arqueológicas e etnográficas de Varnhagen são irrisórias. Não se pode atribuir, fiando-se somente na Etnografia e na Arqueologia, que os nossos indígenas sejam “vindiços alienígenas”, que tenham migrado seja lá de onde for, porquanto deve-se admitir o fato geológico de que a raça humana já habitava, em todos os rincões da terra, antes do dilúvio universal ou do último cataclisma que ela sofreu. Assim, neste diálogo com Cuvier, nosso lente assevera que, enquanto a Etnografia e a Arqueologia não determinarem a

pluralidade da raça humana, o mais plausível é aceitar a tradição bíblica da Criação, pois é possível que “os índios descendam de algum Adão Americano” (1860:9). Deve-se reconhecer a unidade do gênero humano, sem conceber os indígenas como descendentes dos egípcios, cartagineses, e de quantas civilizações antigas se conhecem (1860: 9-11).

Para Gonçalves de Magalhães, a selvageria, ou é uma ficção, ou uma decadência temporária do estado normal do homem, que dela sempre tende a sair voluntariamente. De modo que, entre as teorias biológicas de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), falsas e degradantes, e os estudos fundados sobre a natureza intelectual e moral do homem, Gonçalves de Magalhães preferia a estes últimos (1860: 37). Daí o cerne de sua crítica, num segundo momento, incidir sobre a afirmação do historiador de que os indígenas desconheciam a metafísica. Ora, os indígenas viviam num regular estado social; possuíam artes, indústrias e práticas científicas; detinham uma linguagem que, pelo som, harmonia e palavras compostas lembrava a de Homero; e, por fim, acreditavam num Deus supremo, por eles chamado de Tupã. Usos e costumes diversos, ademais, estão a demonstrar a apurada visão metafísica de mundo de seus povos: o religioso respeito às virgens até a puberdade; a proteção à família, aos idosos e aos orfãos⁷⁰; as regras de matrimônio; o estoicismo com que suportam a dor, o trabalho, as doenças; e, como se tudo isso não bastasse, os rituais antropofágicos provam um “requite de dignidade varonil” (1860: 25), pois a vítima ostenta uma arrogância sublime com a sua coragem em assoberbar a morte.

O Conselheiro Imperial Gonçalves de Magalhães achava, portanto, parcial o tratamento conferido aos indígenas em a *História Geral do Brasil* (1975 [1854]), e

⁷⁰ - Tal idéia pode ser contrastada com um dos versos de a Confederação dos Tamoios (1856): “... Aqui ao menos, / Longe dessas nações civilizadas,/ Somos todos iguaes. Ninguém de fome/ E afadigado morre sem asylo;/ Aqui não ha tyrannos, nem escravos,/ não ha ferros, prisões, não há fogueiras/ Que elles do Santo Officio denominam,/ Onde frades infames, furibundos,/ Queimam por cousa vãs as creaturas,/ Homens, mulheres, velhos e crianças...” (Canto IX, p. 295-296).

tampouco via com bons olhos as idéias políticas e morais de Varnhagen. Afinal, o historiador, panegirista e idólatra da civilização, não titubeia em aguçar a cobiça e o emprego do ferro e fogo para sujeitar as populações indígenas, pois seu grande meio civilizador é a força (1860: 48). O lente de Filosofia, neste projeto político de Varnhagen, enxergava a sinistra influência do pensamento de Thomas Hobbes (1588-1679). Para Gonçalves de Magalhães, na verdade, o problema fundamental a ser estudado não é o da viabilização da civilização pela razão da espingarda, mas o das condições para se fundar, entre a sociedade Imperial e as populações indígenas, um contrato social. De acordo com o Conselheiro Imperial, o hobbesiano Varnhagen, ao conceber os indígenas como premidos pelo estado natural – o “instinto de conservação vital” –, pressupunha que somente a guerra os traria ao estado social. Gonçalves de Magalhães, Secretário de Governo, entendia, em contrapartida, que o conflito seria desnecessário, pois, historicamente, os indígenas promoveram a prosperidade econômica e a unidade da Nação (1860: 49). Os serviços prestados pelas populações indígenas ao Brasil seriam inestimáveis, seja por sua participação nas guerras contra os franceses e holandeses, seja devido às práticas de agricultura que deles herdaram os portugueses, ou ainda pela miscigenação que favoreceram e favorecem em suas relações com o colonizador branco – fator que veio e vem a concretizar, pouco a pouco, o “branqueamento” da Nação. Por todas as Províncias do Império vê-se os índios trabalhando em prol da civilização, a serviço nas vilas, cidades, fazendas, bem como auxiliando no desbravamento do território durante as excursões pelo interior. Daí que, nas Províncias do Sul, por exemplo, os Guaranis pouco ou nada se distinguem dos europeus, senão pela compleição de suas formas atléticas. Não estão certas, ademais, as avaliações demográficas do Sr. Varnhagen, porquanto o axioma de estatística de Malthus não equivale a uma proposição de Geometria. Ora, se o desenvolvimento da

população depende do sedentarismo e da cultura da terra, também é incontestável que o aumento da população obriga a partilha do solo e, por consequência, o incremento da agricultura. É por isso que, hoje, o Império trata de reforçar a população com a introdução de braços estrangeiros, para não esperar que ela, por si só, se multiplique pelo milagre das habitações fixas.

O contrato social com os indígenas, portanto, é desejável e possível, em decorrência de seus auxílios já prestados à civilização e de sua potencialidade inata para se desenvolverem intelectualmente. Mas, não se pode querer que a população indígena aumente à revelia, abandonada à catequese civilizatória dos aldeamentos, sem miscigená-los com o elemento estrangeiro. Quanto aos negros, por outro lado, sabe-se bem que, escravizados, eles ensinam tanto a moralidade e a civilização, como “os alimentos estragados concorrem para a manutenção da saúde” (1860: 56). Os escravos africanos trazidos para o Brasil, importados pela “sórdida cobiça”, são “estúpidos e submissos” (1860: 57) e, ademais, se tivessem sido dispensados, não se teria derramado com tanta profusão o perfectível sangue indígena. O imposto da escravidão teve por tributo a carnificina indígena. Para Gonçalves de Magalhães, Comendador da Ordem Napolitana de Francisco I, se os negros tivessem permanecido na África, mais índios estariam cristianizados e civilizados, maior seria hoje a população brasileira – e sobretudo não estamparia a escura mescla da raça negra (1860: 61).

Gonçalves Dias também comparece ao debate sobre a interiorização da civilização e a civilização dos índios. O poeta publicou dois longos ensaios etnográficos no IHGB. No primeiro, respondendo a uma inquietação do Imperador Pedro II – “Existiram ou não as

Amazonas no Brasil?”⁷¹ –, Gonçalves Dias faz uma incursão nas crônicas coloniais e nas cosmologias indígenas para averiguar se as guerreiras de Heródoto, as Amazonas, estiveram ou não entre os indígenas do Brasil. Concluiu pela improbabilidade deste intercâmbio entre os povos da História Antiga do Velho Mundo e os da História da América (1855). No segundo, *Brasil e Oceania* (1867), Gonçalves Dias enceta uma discussão arqueológica e etnográfica com fins claramente políticos. Dois foram os seus objetivos. De um lado, o de estudar o estado físico, moral e intelectual dos indígenas, conforme eles se apresentavam durante os primeiros contatos com os portugueses, para inferir as facilidades e dificuldades que se ofereciam a uma política indigenista. De outro, o de fazer uma comparação entre os indígenas brasileiros e os da Oceania – região que, para Gonçalves Dias, reunia os povos malaios, melanésios, polinésios e neozelandeses –, para avaliar qual deles era mais preparado para receber os ensinamentos da civilização.

Também em Gonçalves Dias aparecem as regularidades discursivas que organizaram, até 1867, o pensamento arqueológico e etnográfico do IHGB. Como em Varnhagen, nota-se em Gonçalves Dias que a Etnografia se praticava tanto pela leitura dos cronistas coloniais e dos naturalistas, quanto pela observação empírica das sociedades indígenas. Do mesmo modo, a Filologia, ao lado da Etnografia, permite não só as classificações raciais, mas também é o campo fundamental onde são estudados os mitos indígenas. Ato contínuo, a Filologia e a Etnografia se articulam à Arqueologia – os mitos geogônicos e teogônicos, uma vez garimpados os seus resíduos poéticos, arejados os seus conteúdos lendários, removidos os entulhos de sua longa memória, contariam a História Geográfica do Império, a História das antigas imigrações e ocupações do continente

⁷¹ - Cf. Sessão do dia 21 de outubro de 1853. *RIHGB*, (17): 599, 1853.

brasileiro; contariam a História de “nossos” índios, dos índios que habitam, desde há muito, o “nosso” território.

De maneira que, também para Gonçalves Dias, os Tupis foram uma raça invasora, que vieram do Norte, em ondas imigratórias sucessivas, e ocuparam todo o litoral brasileiro. Entretanto, Gonçalves Dias, com esta hipótese de povoamento do Brasil, diferia de Varnhagen em dois pontos. Em primeiro lugar, os Tupis não migraram diretamente do Caribe, mas sim da América do Norte – daí a semelhança entre os Tupis e os Iroqueses – e dos Andes. Destas regiões, chegaram à Amazônia, desceram até os sertões e, finalmente, povoaram toda a costa litorânea do Brasil. Esta hipótese pode ser cotejada com alguns versos do poeta, pois, para ele, a Etnografia e a Arqueologia serviam, dentre outras coisas, para se fazer carpintaria literária:

“... *Meu canto de morte,*
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das Selvas,
Nas selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.

(..) *Sou bravo, sou forte,*
Sou filho do Norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi...”

(Gonçalves Dias. *I-Juca-Pirama*: 1997, 124 – grifos meus)

Em segundo lugar, Gonçalves Dias, ao contrário de Varnhagen, não homogeneiza toda a população indígena do Brasil como pertencente aos Tupis. Sua análise racial, neste ponto, é mais refinada. De acordo com o poeta etnógrafo, os Tupis, quando das primeiras imigrações, que, conforme indicam documentos e obras da Historiografia Colonial, ocorreram por volta do século XI, encontraram, nas florestas brasileiras, raças primitivas que nelas viviam. Assim, para ocuparem os melhores e mais férteis espaços da terra das

palmeiras onde cantam os sabiás, os Tupis foram compelidos a guerrear com as raças primitivas. O percurso transcorrido dos Andes até o Brasil, desse modo, foi coalhado por guerras ininterruptas. Os Tupis eram uma raça conquistadora e beligerante. Recorro, mais uma vez, a seus versos:

*Teus filhos valentes, temidos na guerra,
No albor da manhã quão fortes que os vi!
A morte pousava nas plumas da flecha.
No gume da maça, no arco Tupi!*

*Teus filhos valentes causavam terror,
Teus filhos enchiam as bordas do mar,
As ondas coalhavam de estreitas igaras,
De flechas cobrindo os espaços do ar.*
(Gonçalves Dias. *Deprecação*. In: Ramos: 1997, 35)

Grosso modo, duas raças, portanto, povoaram o Brasil antes da chegada dos portugueses. As raças primitivas, pela cor da pele, pelos traços fisionômicos, descendem, ao contrário do que postulou Lund, da raça mongol. Os Tupis, por sua vez, oferecem analogias com os ramos menos nobres da raça caucasiana (1867: 15). Para Gonçalves Dias, algumas evidências demonstravam as diferenças raciais entre os povos indígenas do Brasil. Em primeiro lugar, para o professor de Latim do Colégio Pedro II, viriam as filológicas. Enquanto os Tupis usavam a linguagem chamada pelos primeiros jesuítas e colonizadores portugueses de Língua Geral, os descendentes da raça mongol falavam, segundo o autor do *Dicionário da Língua Tupi* (1965), dialetos diversos entre si. Uma Babilônia tropical, como afirmara von Martius. Evidências etnográficas, por sua vez, provam que os Tupis povoavam o litoral e as margens dos rios, conquanto as raças do tronco mongol já lhes disputassem uma parte destes domínios; os ornatos, a plumagem das flechas, a cerâmica, as formas de enterramento, os tipos de habitação, enfim, usos, costumes e artefatos diferiam

entre as duas raças; mas há, ainda, uma outra especificidade, pois enquanto os Tupis sacrificavam os seus prisioneiros e praticavam a antropofagia por amor à vingança e à glória, as outras raças o faziam como bárbaros e por amor à gulodice.

Além disso, o poeta etnógrafo, examinando as diferenças morais e físicas entre as populações indígenas, aquilatadas não só a partir de suas observações pessoais, mas também embasadas por literatura craniométrica, concluiu que houve intensa mistura entre as duas raças. Embora não intentando fazer uma “fisiologia geral” dos povos indígenas e tampouco proceder como um cientista (1867: 83), Gonçalves dias afirmou que, muito antes da chegada dos portugueses, a miscigenação grassava no território onde as aves gorjeiam como jamais se ouve além-mar, dando formação a sub-raças, produzidas pelas duas, mas de certo modo diferentes de ambas. São elas os Mucuris, os Patachós, os Machados, os Coroados, os Botocudos, os Puris, os Aimorés e os Timbiras. Estas sub-raças, por outro lado, foram as responsáveis pela decadência dos Tupis. Intocadas nos Sertões do Brasil, fortificaram e aumentaram sua população para guerrear pela posse do litoral – ambição primeira de todos os selvagens (1867: 34). Vieram ressentidas por “ódios antigos”, com o instinto das “aves carniceiras”, farejando a carnificina, de muitas léguas distante para cevar o seu “apetite famélico” (1867: 53). De maneira que, antes de construírem os seus estabelecimentos, os portugueses já encontraram todo o litoral povoado por sub-raças e por Tupis decadentes. Não foram os portugueses os primeiros a enfraquecer a civilização Tupi com o jugo do cativo e com a pólvora, mas as sub-raças que com eles lutavam pela ocupação do litoral. Antes de 1500, o Brasil era um território pontuado por conflitos raciais.

Com efeito, ao longo de *Brasil e Oceania*, Gonçalves Dias representa e adjetiva de modo antitético as duas raças e as sub-raças que delas provieram. Enquanto, sobretudo os

Aimorés e os Timbiras, são bárbaros, vingativos, vis e degenerados, os Tupis, em contrapartida, são quase estóicos em suas instituições sociais e em sua moral; são quase espartanos, graças à honra com que se dispunham os guerreiros para os combates, pela força viril, pela constituição atlética adquirida, desde a infância, nos exercícios de guerra e de caça. Pela última vez, cito os seus versos, ritmos de sua concepção sobre os contrastes entre as sub-raças e os Tupis:

*“... Tu choraste em presença da morte?
 Na presença de estranhos choraste?
 Não descende o cobarde do forte;
 Pois choraste meu filho não és!
 Possas tu, descendente maldito
 De uma tribo de nobres guerreiros,
 Implorando cruéis forasteiros,
 Seres presa de vis aimorés*
 (Gonçalves Dias. *I-Juca Pirama*. In: Ramos: 1997, 133).

O poeta pensava que os Tupis, num passado recuado, antes das últimas guerras com as sub-raças, formavam uma civilização. Se entraram em decadência, isto se deveu, em primeiro lugar, às contínuas guerras com a raça mongol e com as sub-raças, que propiciaram a diminuição e a dissolução de suas populações. Em segundo lugar, e não menos importante, o prosseguimento das funestas miscigenações com as sub-raças e a raça mongol perverteram, como já afirmara von Martius, a pureza física, moral e intelectual dos Tupis. Por fim, os Tupis decaíram devido à equivocada política indigenista praticada durante a Colônia. Embora o estado decadente em que se achavam, os Tupis, pelo seu passado civilizacional, deveriam ter sido aproveitados em formas de associação mais livres, colocados debaixo de um contrato social que reformasse os seus costumes, que os acostumassem a uma vida pacífica, agrícola e industrial. Numa palavra, menos servidão e mais civilização.

Gonçalves Dias, partindo destas reflexões sobre o passado, oferece algumas lições para o presente. Com imaginação de estrategista, o poeta sugere que, para a catequese e civilização dos povos indígenas, há que especificar se as tribos caminham para um lento desenvolvimento ou para a decadência⁷². No primeiro caso, faz-se mister opor-se uma força existente a uma outra que lhe seja contrária, resultando daí o choque e a conseqüente aniquilação de uma ou de ambas as forças. O choque da civilização com o desenvolvimento vagaroso seria inevitável. No segundo caso, o choque é desnecessário. Basta favorecer o movimento de decadência, torná-lo mais rápido e guiá-lo na direção desejada. Numa palavra, menos choque e mais civilização.

Para o poeta, portanto, num passado distante, os Tupis foram nobres e valentes. Os Tupis do presente, contudo, são degenerados e miscigenados, próprios para serem conduzidos por uma política indigenista que os oriente por um trajeto adequado aos propósitos sociais do Império. Eles até podem figurar na identidade nacional, desde que sejam recordados no seu estado passado, desde que redivivos nos pacíficos escaninhos da Memória Nacional. De fato, eles podem figurar na identidade nacional, mas somente transfigurados nos ritmos e nas metáforas da poesia romântica, somente metrificadas em seres epopéicos.

Mas eis que, em breve, uma Arqueologia do primitivo se instaurará e verá nos corpos dos indígenas e em sua cultura material os sinais arqueológicos da Evolução.

⁷² - A preocupação de Gonçalves Dias com políticas indigenistas é percebida em outros momentos. Em 1856, ele recuperou, comentou e acrescentou notas ao *Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil*, obra do final do século XVIII, escrita pelo Capitão Domingos Alves Branco Moniz Barreto (Barreto: 1856), que defende uma maior participação do Estado na catequese e civilização dos indígenas.

3. Arqueologia do Primitivo

“... Hoje, que a anthropologia tem estudado o homem natural, debaixo do duplo aspecto physico e moral, sabe-se que as diversas raças humanas só são productoras quando applicadas àquellle genero de trabalho, que está conforme com o periodo de civilização em que ella se acha, periodo que não pôde ser transposto, ou invertido, sem se destruir e quasi aniquilar-se a raça que se pretende passar por esta transformação; o estado actual do Brasil é fazer uma confirmação pratica deste postulado de sciencia...”
(Couto de Magalhães: 1935 [1876], 124-125).

“... Quando se considera o impulso immenso imprimido nestes ultimos annos aos estudos de anthropologia (...), não se pôde deixar de lastimar que no Brazil taes estudos não tenham ainda encontrado fervorosos adeptos entre os homens scientificos, quando é sabido que muitas questões importantes attinentes aos caracteres ethnicos, linguisticos e archeologicos das raças indigenas do Brazil não puderam ser elucidadas por falta de bons elementos (...). Na parte archeologica e linguistica sabemos que alguma coisa se tem feito entre nós que promette bons resultados ...”
(Lacerda e Peixoto: 1876, 47-48).

“... Compete á ethnographia o dever de descobrir todas as estações da estrada percorrida, até hoje, pela humanidade; e tal se nos affigura a importancia dos vestigios deixados por ella nestas regiões que depois de ter revolvido as areias do Sahara os homens da sciencia deverão penetrar nas sombrias florestas do Brasil e ahi estudar o homem pre-historico, que se encontra todo n’ellas ...”
(Wiener: 1876, 20).

Gonçalves Dias, com seus ensaios, foi o primeiro a questionar as hipóteses bíblica e mediterrânea de povoamento do Brasil. Ele não somente descartou a presença das Amazonas nas florestas “brasileiras”, como também não atribuiu à Pré-História dos Tupis vínculos de origem com civilizações do Velho Mundo. Pode dizer-se, portanto, que o ensaio póstumo *Brasil e Oceania*, publicado em 1867, três anos após a trágica morte do poeta, marcou um ponto de inflexão, uma tênue linha de ruptura na Arqueologia Imperial. Naufragando na costa do Maranhão, o poeta etnógrafo legou ao Brasil não só poemas inéditos, mas também foi um dos que abriu uma via de acesso para a reconfiguração do pensamento arqueológico e etnográfico – uma via que, alias, não mais servirá como carpintaria literária para *Poesias Americanas*, para o índio metaforizado, emblema nacional. Nas duas últimas décadas do oitocentos, a Literatura comungará com outros temas; aparecerão *Cortiços* e *Mulatos*, e não mais *Ubirajaras* e *Iracemas*.

Mas é preciso, agora, conduzir-se na linha de ruptura. Mostrar como alguns textos de transição, juntamente com o *Brasil e Oceania* (1867) de Gonçalves Dias, prepararam o campo epistemológico onde se enraizou uma Arqueologia do Primitivo, afeita, doravante, aos enunciados biológico-evolucionistas e às técnicas de escavação estratigráfica.

Um dos textos de transição foi escrito pelo Conde de La Hure. Escavando, em dezembro de 1864, os sambaquis⁷³ da vila São Francisco do Sul, em Santa Catarina, La Hure produziu, em 1865, um relatório sobre suas pesquisas – *Consideratións Sommaires sur L’Origine des Amas de Coquillages de la Côte du Brésil* (1865). Para La Hure, os sambaquis (*amas de coquillages*), estendendo-se por toda a costa brasileira, do Pará ao Rio Grande do Sul, seriam importantes para o estudo das “plus anciennes races d’hommes du Brésil” – uma antiga raça de homens que teria dominado todo o litoral do Brasil. Os sambaquis seriam, pois, os “monuments d’une civilisation des plus primitives”, construções que testemunhariam a colonização do litoral brasileiro por raças primitivas.

La Hure, assim, embora advertindo que sua exploração não tenha sido completa, carecendo de pesquisas mais detalhadas, adianta uma proposição geral. Os sambaquis “brasileiros”, análogos aos da Dinamarca (*kokkenmoddingers*), das Ilhas Canárias e das Antilhas, seriam artificiais, feitos pelas mãos do povo que, efetivamente, residiu sobre a superfície destes sítios arqueológicos. Observando as semelhanças entre os sambaquis “brasileiros e dinamarqueses”, La Hure sugeriu uma hipótese de povamento do Brasil. Ora, não só os vestígios dos sambaquis brasileiros e nórdicos seriam semelhantes – artefatos de

⁷³ - Arqueólogos brasileiros, hoje, reconhecem que os sambaquis resultaram do acúmulo progressivo de sedimentos e vestígios de comunidades pescadoras que se assentaram em lugares os mais diversos da orla marítima ou fluvial, onde havia abundância de peixes e moluscos. Os sambaquis, pois, são montes e colinas conchíferas constituídas pelos restos de ocupações de grupos pré-históricos. Situam-se numa faixa de tempo que vai desde 8.000 a. C. até 500 d. C. Para o conceito de sambaqui e a especificidade econômica, social e cultural dos grupos que os habitaram, Cf. Pallestrini e Morais (1892, 12-14); Figuti (1999); Gaspar (1999) e Prous (1992: 204-263).

pedra, cerâmica, ossos de peixe, carvão, esqueletos, etc. – , como também alguns paralelismos filológicos, de hábitos e costumes podem ser notados entre os povos da Europa Setentrional e os da América. Para o Conde francês, futuras pesquisas filológicas, etnográficas e arqueológicas poderiam indicar com maior precisão a rota do fluxo migratório que deu origem ao povo dos sambaquis “brasileiros” – partindo da Ásia, o berço da humanidade, passando pela Europa, pela América do Norte e pelas Antilhas, tal povo teria sido ninguém menos do que os antigos celtas. Esta imigração asiática originária, o antigo caminho percorrido pelos celtas, explicaria as similitudes lingüísticas e etnográficas entre os povos nórdicos e os índios das Américas do Norte, Central e do Sul.

La Hure, pois, trabalha com a hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil – os sambaquieiros foram nórdicos tropicais, antigos celtas de pele escurecida⁷⁴. No entanto, ele *escavou* os sítios de São Francisco do Sul. La Hure, com efeito, inicia uma prática que se tornará corrente na Arqueologia deste período: o uso da Geologia para escavações estratigráficas. Assim, La Hure nota nos sambaquis as diferentes camadas geológicas que os compõem, os solos de ocupação sucessivos e distintos uns dos outros, as deposições superpostas formadas por cinzas e estruturas de fogueiras, moluscos, conchas e artefatos arqueológicos. La Hure, neste passo, interpretou a formação dos sambaquis como restos de refeições, depósitos de lixo da “antiga raça de homens” que, acumulando-se sucessivamente em meio aos sedimentos de terra e areia, formaram, com o correr do tempo, as elevações conchíferas. O Conde francês analisou, também, a dieta alimentar do povo dos sambaquis. Percebeu, examinando os limites entre as camadas estratigráficas, que houve períodos em que os moluscos eram escassos, levando as raças primitivas a se alimentarem,

⁷⁴ - La Hure trabalhou com esta hipótese em outra ocasião, quando estudou as “inscrições” da cidade abandonada do Cônego Benigno. Cf. o parecer de Joaquim Feliciano Fernandes Pinheiro (1866).

já que não domesticavam as plantas por meio da agricultura, exclusivamente de peixes. Outra fonte de alimentação seria a carne dos prisioneiros de guerra. Nas camadas centrais de um sambaqui da Lagoa de Saguçu (SC) havia esqueletos que não mostravam os signos ritualísticos de sepultamento, fartamente encontrados em todos os sambaquis escavados; seus signos, na verdade, eram antropofágicos, ossos humanos fraturados de onde se extraiu o tutano, mandíbulas descarnadas e expelidas após as refeições da canibal raça primitiva.

Por fim, La Hure, escavando os sambaquis, inicia uma outra prática, além das técnicas estratigráficas e da análise dos hábitos alimentares. Serve-se da Geologia, da “arte primitiva”, da Filologia, da História e de fontes históricas para calcular a idade dos sambaquis, dos “premiers établissements du Brésil”. Sem arricar uma datação absoluta, La Hure, contudo, estimou que os sambaquis seriam mais antigos que os monumentos megalíticos europeus, isto é, teriam por volta de 3.000 anos. Enquanto documentos históricos e futuras tabelas lingüístico-comparativas não determinassem com mais segurança a idade das antigas imigrações vindas da Ásia, o exame da “arte primitiva”, a crítica da cultura material revelaria, no entanto, a idade relativa dos solos de ocupação, pois nas camadas superiores dos sambaquis se encontram instrumentos de pedra polida e pontas de flecha, e nas inferiores e mais antigas, em contrapartida, lascas e ferramentas toscas se distribuem entre esqueletos e conchas. Há, portanto, indícios de um refinamento estilístico, de uma evolução cultural – os arquivos da terra e a cultura material, arranjados horizontalmente em fatias do solo, apresentam, na profundidade de seus estratos, os traços de um primitivismo cada vez mais vertical. Assim é que, no final de seu relatório, La Hure descreveu minuciosamente os vestígios arqueológicos, identificando-os nas respectivas camadas em que foram achados. Enviou-os ao Museu Nacional, e solicitou ao IHGB um

parecer sobre o seu relatório e auxílio para a continuidade de suas pesquisas sobre os sambaquis espalhados pela longa costa brasileira⁷⁵.

Um outro texto que caminha sobre a linha de ruptura é o de Carl Rath, publicado no IHGB, em 1871. Carl Rath estabelece, pela primeira vez, uma classificação dos sambaquis espalhados pelo litoral e pelo interior do Brasil. Haveria, segundo o geólogo alemão, três espécies de sambaquis, três “qualidades” de sítios, que difeririam em suas dimensões, no material de que são compostos, em seu feitio e construção (1871: 287). O primeiro deles consistiria em montes constituídos exclusivamente por cascas de ostras; o segundo, em elevações de cascas de berbigões, conchas bivalvas (*tellina antediluviana*); o terceiro, por “depósitos diluviais” em camadas regulares, trabalho milenar das ações climáticas, obra da natureza. Ao contrário dos dois primeiros, que seriam obra humana, constituídos por um povo ante-diluviano. Nestes sítios, seguindo-se o pensamento de Rath, encontram-se sempre ossadas humanas emparelhadas com armas e ferramentas de pedras – machados, pontas de lança, flechas, pilões, etc (1871: 288). Não pode, pois, haver dúvida: um “povo antiqüíssimo reuniu no espaço de muitos anos” cascas de crustáceos com os quais se alimentavam, sepultando entre elas os seus “irmãos mortos”, em posição fetal e junto aos pertences do falecido (1871: 288-289). E os esqueletos, também não há que duvidar, são fósseis – aderem fortemente à língua, são leves e friáveis (1871: 289). Há, ainda, uma similitude supreendente, sempre de acordo com Rath: os crâneos dos sambaquis de São Paulo, Paraná e Cuiabá, os de Lagoa Santa, descobertos por Lund nos anos 1840, e os das

⁷⁵ - La Hure submeteu outros trabalhos ao Instituto. Cf., além da nota anterior, a 13ª Sessão em 18 de novembro de 1864. **RIHGB**, (27): 384-385, onde se menciona uma carta de La Hure informando a descoberta de esqueletos e artefatos provenientes de um sambaqui em Sahy (SC); Cf., também, o parecer efetuado sobre uma memória geológica da região de Paraíba do Sul (Filho: 1866), posteriormente publicada pela Revista (La Hure: 1866).

sepulturas do Peru, têm as mesmas medidas em seus ângulos faciais (66° graus) (1871: 289). Rath sugere, assim, uma possível unidade racial dos índios “americanos”.

Rath, ademais, concorda com La Hure. Os sambaquis não são um fenômeno particular ao Brasil. Sabe-se que existem também, e Rath os viu, na Guiana Holandesa, no Suriname, nas costas do Orinoco, no México, na América do Norte e na Escandinávia (1871: 289). Todos com vestígios semelhantes aos encontrados nos sambaquis “brasileiros” – pontas de flechas, artefatos cerâmicos, esqueletos (1871: 290). O ponto capital para Etnologia é justamente esta admirável similitude da cultura material (utensílios com a mesma forma e feitos com o mesmo material) apresentada pelas descobertas arqueológicas da Europa, da Ásia e da África. Todos os que participaram da Exposição Universal de Paris (1867) puderam constata-la (1871: 290). Nesta exposição, entretanto, o Brasil não demonstrou à Europa as provas de que possui em abundância estes artefatos, não mostrou ao mundo civilizado as evidências de um “povo mui antigo e antidiluviano”, mais numeroso do que o de qualquer outra Nação (1871: 290). Carl Rath, assim, reclama que descreve os sambaquis, na imprensa local e internacional, desde 1846. Faltou-lhe, contudo, a oportunidade de examinar os “casqueiros” em diversos lugares e tempos, para então melhor estudar as variadas construções e idades destas “sepulturas primitivas” – faltou-lhe as provas para garantir, “sem medo de errar”, que o gênero humano existia por todo o mundo, e sobretudo no Brasil, antes do dilúvio chamado pela Geologia de “myoceno ou geral inundação” (1871: 291). Mas, o Brasil, infelizmente, conserva-se silente sobre este caro assunto à Geologia e à Etnografia mundiais. Em contrapartida, o Velho Mundo e a América do Norte divulgam, com as ilustrações necessárias, suas descobertas em obras científicas (1871: 292). É lamentável que no Brasil não se achem, nas palavras de Rath, “padrinhos” para estas pesquisas, que as Assembléias não decretem cotas para que as

descobertas arqueológicas brasileiras sejam publicadas, ao invés de jazerem nos gabinetes e nas pastas dos pesquisadores (1871: 292).

E a linha de ruptura se estende um pouco mais. Guilherme Söch Capanema, comentando o relatório do Conde francês, afirmou que os sambaquis são proto-históricos, isto é, formaram-se durante o período colonial, quando foram esporadicamente ocupados pelos índios (Capanema: 1865). Para Capanema, os sambaquis não eram artificiais, e sim naturais. Ponto de vista que será reiterado onze anos depois, na Revista *Ensaio de Sciencia*. Em artigo intitulado *Os Sambaquis* (1876), Capanema valeu-se da Geologia para refutar as “elocubrações dos sábios de caco de pote, geólogos e anthropólogos improvisados”, intelectuais que apinham o Império, bastando para encontrá-los “folhear a Revista do Instituto Histórico e Geográfico” (1876: 81). O autor das Instruções geológicas da Comissão Científica de Exploração, que tentou organizar, no Instituto, um Museu de História Natural e Etnografia, tinha em mira aqueles, como La Hure e Rath, que viam nos sambaquis um monumento indígena. Mas sua invectiva não se limitou ao círculo intelectual brasileiro. Alastrou-se até ao londrino Sir Charles Lyell (1797-1875), que rejeitou os postulados do catastrofismo de Cuvier e iniciou as abordagens evolucionistas em Geologia (Lyell: 1990 [1833]), que confirmou geologicamente, em seu *The Geological Evidences of the Antiquity of Man* (1863), as pesquisas arqueológicas sobre a antiguidade do homem (Trigger: 1990, 92-94). Para Capanema, também o cientista inglês equivocara-se em suas ponderações sobre a origem humana dos sambaquis de Ohio (1876: 81).

Ora, os sambaquis de Santos, por exemplo, seriam meramente um “monte de cisco composto de centelhas” (1876: 82). Escavando-os, Capanema concluiu que, sofrendo a ação do tempo, suas camadas superficiais se decompunham e posteriormente se regeneravam, formando estratificações distintas, separadas por níveis terrosos que se

superpunham e se elevavam com o passar dos anos. Os indígenas, ocupando periodicamente estes sítios, para então logo em seguida abandoná-los, colhiam as conchas afim de se alimentarem, arrancavam as ervas e punham-lhes fogo, espalhando as cinzas e calcinando as conchas jogadas ao solo. Este duplo processo, novas ocupações indígenas e regeneração natural dos terrenos conchíferos, combinados à umidade do ar e ao esfacelamento das conchas pelas chuvas torrenciais, formaram geologicamente os sambaquis, suas diferentes camadas perfeitamente separadas (1876: 84). Por outra, os sambaquis são essencialmente naturais; os indígenas, com seu caráter nômade, com seu apetite por conchas e determinados peixes que desovavam, somente aceleraram a natureza, dando vazão a um processo que, por si só, decorre de uma laboração geológica. Os sambaquis não são o resultado de planejamentos racionais, não são monumentos indígenas. Daí o pequeno número de vestígios que se revelam nos sambaquis de Santos – as ossadas pouco freqüentes, a ausência de estruturas de moradias, as poucas ferramentas de pedra e raros utensílios de cerâmica, todos eles “produtos do lixo” (1876: 85). Guilherme Söch Capanema, pois, reduziu a formação dos sambaquis ao que ele pretendia fossem suas “causas materiais”, sítios que serviram para “tanta produção fantástica, ora sendo diques, ora trincheiras, outras vezes mausoléos, e até construções para culto...” (1876: 86).

Nos *Ensaio de Ciência* surgem ainda outros textos de transição, os artigos de João Barbosa Rodrigues (1842-1909). Já nas linhas iniciais de seu primeiro artigo, o futuro Diretor do Museu Botânico do Amazonas, organizado por ele em 1882 (Lopes: 1997, 213), lamentou, espelhando-se nas pesquisas de Boucher de Perthes, que se “há ramo da Historia que tenha sido descurado entre nós e que mais precise de estudo criptico (...) é a Archeologia” (1876a: 94). Procurando renovar a Arqueologia brasileira, Barbosa Rodrigues escavou os sambaquis do Amazonas (1876a) e analisou as cerâmicas da Ilha de Marajó

(1876b). Ecoando os reclames de Carl Rath, seus artigos, inclusive, foram ilustrados com fotografias dos machados de pedra (1876a) e das cerâmicas marajoaras (1876b). Suas análises, fundadas não só nas escavações dos sambaquis, mas também em estudos filológicos, etnográficos e históricos, levaram-no a algumas conclusões.

Ora, as “reliquias amazônicas”, tanto os machados quanto as cerâmicas marajoaras, mostram produtos de uma arte requintada. Pode-se pois afirmar, fiando-se na cultura material dos sambaquis, que os povos “amazônicos” estiveram em contato com um povo “industrioso”, desenvolvido, que levou os “primitivos habitantes de nossas matas à um gráo de adiantamento superior ao que tem hoje” (1876a: 94). Os “povos do sertão”, portanto, comparados aos seus ancestrais pré-históricos, efetivamente decaíram. Barbosa Rodrigues, assim, reativa a proposição de von Martius – o índio degenerado, antepassado de uma civilização perdida. A degeneração da “civilização amazônica”, contudo, é explicada por uma causa histórica: foram as opressoras correntes da escravidão trazidas pelos colonizadores portugueses que degeneraram os povos “amazônicos” (1876a: 93). Os portugueses, ao contrário do que supunha Gonçalves Dias, quando chegaram ao Brasil, ou pelo menos na Amazônia, não encontraram povos já degenerados pelas contínuas guerras e pela miscigenação. E a degeneração dos povos “amazônicos”, na verdade, verifica-se nos próprios sambaquis. Enquanto os primeiros solos de ocupação mostram armas e instrumentos de pedra, material rudimentar e primitivo, à medida em que se verticaliza a escavação, onde “gerações extintas tinham levantado suas vivendas”, aparecem fragmentos cerâmicos decorados e refinados, alguns, inclusive, que lembram “inscrições gregas ornamentaes” (1876b: 5-9). As escavações de Barbosa Rodrigues, portanto, revelaram uma lógica cultural oposta a de La Hure – primitividade decrescente nos sambaquis do Sul, primitividade ascendente nos sambaquis do Norte.

Escavando os sambaquis “amazônicos”, Barbosa Rodrigues sugeriu uma hipótese de povoamento do Brasil, uma possível explicação para a existência desta civilização extinta: os índios amazônicos, com efeito, se “relacionaram com os filhos de Odim” (1876a: 125). Foi esta relação Pré-Histórica com tribos normandas, foi este “difusionismo” transcontinental, o motor que impulsionou o surgimento de uma “civilização amazônica”. Pode-se perfeitamente constatá-lo, embora ainda não datá-lo, pois fixá-lo no calendário requer o concurso de futuras pesquisas. Mas, de qualquer forma, é evidente, para qualquer um que tenha “em suas mãos os productos da arte d’esses tempos” (1876a: 94), que a civilização dos vales amazônicos é anterior à civilização Inca, menos adiantada do que ela, é verdade, pois ainda não conheciam a “arte de fundir metais, como o ouro” (1876a: 101). Comparando-se os costumes, os mitos, a linguagem e a cultura material dos povos “amazônicos” com os da civilização Inca, vê-se que elas são em tudo diferentes. Se isso não bastar, verifique-se que as civilizações “peruanas e mexicanas” estavam mais adiantadas do que os normandos (1876a: 124-125). A “civilização amazônica” não se explica, pois, por antigas trocas culturais com os povos andinos. Ora, para Barbosa Rodrigues, os “filhos de “Odin”, peritos em técnicas náuticas, poderiam muito bem, e aqui ele se apóia em Carl Rafn (1840), ter colonizado a costa Atlântica da América do Norte (1876a: 93). Ali, teriam construído seus primeiros monumentos visíveis, os *moundbuilders* norte-americanos (1876a: 93); imigraram, ato contínuo, pelo centro e pelo sul da América, passaram pelos Andes, chegaram à Amazônia e à Ilha de Marajó (1876a: 124-125). Barbosa Rodrigues, assim, reanima a hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil, formulando-a, agora, com base no exame das “reliquias” e nas escavações estratigráficas.

Por fim, um último texto de transição. Trata-se do romance de aventuras de Augusto Emílio Zaluar (1825-1882), *O Dr. Benignus* (1994 [1875]). Inspirando-se em *Viagem ao*

Redor da Lua (1870) e *Cinco Semanas num Balão* (1863), de Júlio Verne (1828-1905), Zaluar conta as peripécias do naturalista e humanista Dr. Benignus, “excêntrico” sábio que aparelha uma expedição científica para explorar o interior do Brasil. Partindo de Minas Gerais, a comitiva do Dr. Benignus chega às margens do Araguaia, contacta “povos primitivos”, desbrava os laboratórios vivos oferecidos pelos amplos sertões, descrevendo-os, classificando-os, formalizando-os em sistema, para o bem da Ciência e da Economia nacionais. *O Dr. Benignus* – benigna ciência capaz de enriquecer a Ciência e os cofres públicos. Escrevendo em terceira pessoa, Zaluar, narrador onisciente, fala pela boca de sua personagem central, o Dr. Benignus, fazendo de seu livro um manual de divulgação científica. Assim é que a saga exploratória de *O Dr. Benignus*, dentre os contextos intelectuais que veicula, contém “lições” sobre Arqueologia.

O Dr. Benignus motiva-se a explorar as invias regiões brasileiras porque, num de seus passeios científicos pelas cercanias de sua fazenda, em Minas Gerais, encontrou, numa gruta, uma urna funerária contendo um papiro egípcio escrito em língua indígena. Ansioso, o Dr. Benignus volta para casa com o seu achado, tranca-se em seu gabinete e põe-se a decifrar este enigma arqueológico. Logo desanima, pois, consultando livros e dicionários, obras em que, segundo ele, as línguas indígenas estão multiplicadas e dispersas, não pôde saciar suas dúvidas. Lamentou, desolado, que justamente no Brasil, país onde mais existem “raças primitivas”, poucos se consagram aos “estudos antropológicos e da linguagem indígena, fonte inexaurível como subsídio para a história das primeiras épocas da humanidade!” (Zaluar: 1994 [1875], 84). Nem mesmo o dicionário de Gonçalves Dias pôde socorrê-lo (Zaluar: 1994 [1875], 85), nem mesmo o seu cozinheiro peruano, Katini, descendente dos Incas, o Outro semi-civilizado do Dr. Benignus, que sempre o

acompanhava em seus passeios científicos, pôde ajudá-lo com o seu conhecimento do quíchua.

O Dr. Benignus, contudo, não desanimou. Prosseguiu em sua faina lingüística e, num *insight*, chegou à tradução do manuscrito. A embolorada folha de papiro, encimada pelo desenho de um sol, simplesmente dizia *À Pora*, “aqui há gente, aqui está povoado, aqui há habitante!” (Zaluar: 1994 [1875], 91). Para o Dr. Benignus, o enigma dizia respeito à habitabilidade dos mundos, era um problema de “atropologia sideral” (Zaluar: 1994 [1875], 90), provava que as teses de Camilo Flammarion (1842-1925) estavam corretas. Admirador do astrônomo francês, o Dr. Benignus exultou com a descoberta. Tentou, durante sua expedição, reunir materiais empíricos para a tese sobre a habitabilidade do sol. Ao final do romance, contudo, Katini confessa para o naturalista francês M. de Fronville, membro da comitiva científica, o Outro civilizado do Dr. Benignus, que ele mesmo forjara o papiro e o plantara na urna indígena, prevendo, do alto de sua sabedoria incaica, que o seu patrão não pouparia esforços para realizar a aventura científica pelos sertões do Brasil (Zaluar: 1994 [1875], 345).

Eis aqui, então, o lugar da Arqueologia no romance de Zaluar. Incrições fenícias e egípcias são enigmas arqueológicos, adequadas para se fazer “antropologia sideral”. Vestígios de civilizações mediterrânicas camuflados sob as matas tropicais, garranchos semíticos grafados nas paredes das cavernas, agora também ocupam o espaço da Literatura, invadem os domínios da imaginação literária, incorporando-se num Romance de aventura inspirado em Júlio Verne. Hipóteses mediterrânica e bíblica sobre o povoamento do Brasil. Trabalhá-las em “ciência” é arriscar-se a cair no terreno do apócrifo, é ser alvo das chacotas de brincalhões bem intencionados, como Katini, que, sabendo do desejo do patrão por aventuras científicas, engabelou-o com um tesouro arqueológico. De maneira que a

Arqueologia, em *O Dr. Benignus*, situa-se ao lado das “ciências positivas”, das ciências que, como disse Lund nos anos 1840, devem cercear as elocubrações da fantasia. Peter Wilhelm Lund. É justamente o naturalista dinamarquês o autor retomado e elogiado por Zaluar. Há, em *O Dr. Benignus*, um capítulo inteiro sintetizando as idéias e descobertas paleontológicas e arqueológicas do sábio dinamarquês (Zaluar: 1994 [1875]: 161-170). Daí que a comitiva do Dr. Benignus, nos sertões por onde passa, não recolhe as provas que certificariam a presença de civilizações perdidas no Brasil, mas sim “machados de sílex, pontas de flechas e outros instrumentos pertencentes ao período pré-histórico da pedra lascada” (Zaluar: 1994 [1875], 181). No mesmo passo, em Santa Rita de Parnaíba (MG), M. de Fronville descobre em uma gruta não só um pilão e um machado de pedra lascada, como também ossos de megafauna associados a um crânio humano, cujos caracteres osteológicos, diz o Dr. Benignus, são os preponderantes da raça americana (Zaluar: 1994 [1875], 226). Agora, deve-se fazer uma *Arqueologia do Primitivo*, dos primevos ancestrais do homem civilizado que, segundo as “conclusões científicas de Darwin e de Ludwig Büchner” (1824-1890), contenta-se mais em “ser um macaco aperfeiçoado, que Adão degenerado” (Zaluar: 1994 [1875], 35-36).

A partir de Gonçalves Dias, portanto, algumas mudanças se operaram na Arqueologia Imperial. O poeta questionou as hipóteses bíblica e mediterrânica de povoamento do Brasil, mas fê-lo posicionando-se na formação discursiva que orientou a Arqueologia nobiliárquica. Conquanto sua tese sobre o povoamento do Brasil, sobre a origem das “sub-raças” e da antiga civilizada raça Tupi, tenha se embasado em literatura frenológica, em suas anotações etnográficas feitas ao longo de suas viagens e nas narrativas dos naturalistas, foram principalmente a Filologia e os documentos históricos, crônicas e obras coloniais os critérios de verificação do poeta. Portanto, uma hermenêutica filológico-

textual – se está dito em mais de um documento que os Tupis vieram do norte, vejamos se o mesmo nos dizem as características físicas e sociais dos indígenas, examinemos se o mesmo nos falam sua cosmologia, seus mitos geogônicos e teogônicos, cotejemos toda essa *corpora* e teremos então um critério de validade para nossa hipótese; se os mitos nos transmitem reminiscências, ainda que herméticas e ritmadas por uma poesia bela e rude, de uma raça originária do Norte, que de lá trouxe seus deuses, suas formas de pensar e de agir; se documentos históricos fidedignos, de outro lado, nos confirmam este mesmo percurso migratório de uma raça do Norte que colonizou o Brasil, se crônicas e obras coloniais nos contam sobre deuses e práticas sociais e culturais similares àquelas que nos contam os mitos Tupis, então disporemos de um critério de validade para nossa hipótese.

Ora, esta hermenêutica filológico-textual, na virada dos anos 1870, não esteve ausente das regras discursivas que regularam a Arqueologia. Porém, entre as regras de uso desta hermenêutica, que permitiram a Gonçalves Dias descartar a hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil, e os textos de transição surgidos depois do relatório de La Hure, escrito em 1865, irrompe a Geologia, surgem as técnicas de escavação estratigráfica. O que possibilitou à Arqueologia Imperial um certo número de operações analíticas.

Em primeiro lugar, a partir de 1865, pode-se até pensar em “civilizações européias aportando na América, contanto que se escave sítios arqueológicos afim de que se verifique se os seus artefatos possuem ou não signos legíveis de civilização, contanto que se compare sítios arqueológicos da Europa e da América para que se observe se há entre eles similaridades morfológicas e similitudes tecnológicas em seus conteúdos materiais. Por outra, comparar os sítios arqueológicos e os seus vestígios é, agora, condição analítica para se pensar as possíveis rotas imigratórias, para se rastrear as pontes intercontinentais que serviram de passagem às “raças” imigrantes. Em segundo lugar, a partir de 1865, mas

sobretudo depois do texto de Rath, publicado pelo IHGB em 1871, deve-se olhar detidamente os sítios arqueológicos, classificá-los e medi-los em suas dimensões e formas exteriores; escavá-los, analisá-los em seus processos de deposição de conchas e sedimentos, examiná-los em suas ocorrências arqueológicas e concluir-se em que medida eles são fenômenos que resultam de processos naturais ou artificiais, se são monumentos da natureza ou construções feitas pelo homem. Por fim, em terceiro lugar, ao escavar os sambaquis, ao revolvê-los verticalmente, deve-se atentar para os seus solos de ocupação com os seus artefatos, para as diferentes estratigrafias com os seus vestígios. Analisar, neste passo, os registros arqueológicos em suas respectivas camadas para verificá-las em sua primitividade ascendente ou em sua civilização decrescente. Perceber nas camadas sobrepostas se os vestígios arqueológicos são refinados ou toscos, se pertencem a “raças” civilizadas ou primitivas. Identificar, de outro lado, as camadas estratigráficas em que “raças primitivas ou civilizadas” depositaram seus artefatos para calcular a idade dos diferentes solos de ocupação – calcular portanto o tempo transcorrido desde a primeira colonização do “Brasil”, assinalá-la num calendário, assentá-la numa cronologia .

Não basta mais, conforme procedia a Arqueologia nobiliárquica, esperar somente pela escavação do lavrador, não basta mais o achado fortuito de artefatos, não basta mais solicitar aos sócios de boa vontade “científica” a remessa de seus achados casuais, não basta mais contar com os recursos do cofre público para comprar coleções arqueológicas e etnográficas, sobretudo não basta mais notificar a existência de sítios, como o fez Varnhagen, e não escavá-los. É preciso, agora, escavar para recuperar os restos de “raças primitivas” e as “reliquias” de civilização, escavar para se estabelecer a origem dos sítios arqueológicos e dos indígenas, a genealogia dos primeiros monumentos e povos que ocuparam o espaço geográfico que “hoje é do Brasil”.

Assim é que, com esta série de regras que surgiram com a Geologia e as escavações estratigráficas, Lund será reativado pela Arqueologia pós 1870. As “lições” do “sábio dinamarquês” foram ouvidas pela Arqueologia nobiliárquica no que se referiu à antigüidade do “continente brasileiro” e do homem de Lagoa Santa, foram ouvidas no tocante ao uso dos fósseis para demarcar as fronteiras geopolíticas. Mas a Arqueologia nobiliárquica, contudo, não fez das escavações, como o fizera Lund, uma técnica para se chegar aos fósseis e aos vestígios arqueológicos, uma técnica para datá-los e fixar a antigüidade do espaço e das “raças primitivas” no registro geológico. A reativação de Lund, porém, decorre de uma questão mais incisiva. Ora, o enunciado evolucionista de Lund – a natureza sempre “procede do imperfeito para o perfeito” – não vingou, pelo menos até Gonçalves Dias, nas práticas arqueológica e etnográfica do IHGB. A lógica imperante era a de um tempo escatológico e involutivo, cujas proposições, derivadas de Cuvier e von Martius, anunciavam a idéia de uma civilização indígena perdida que, num determinado período, sofreu uma súbita ruptura e degenerou; uma civilização outrora civilizada que decaiu em função de um repentino abalo sísmico, de alguma calamidade ditada pelas normas da natureza ou pela vontade divina; uma raça anteriormente desenvolvida com laços de sociabilidade e regras de Direito mais polidas, mas que contudo descambou, devido às ininterruptas guerras pela posse do território e as contínuas miscigenações, para a antropofagia, para uma infantil velhice, para a minoridade intelectual. Se a Arqueologia nobiliárquica reteve algo de Lund nesta lógica involutiva, foi o seu postulado de que “as raças” primitivas eram estacionárias e inertes, entes fossilizados no tempo, refratários à civilização, seres dos quais não se poderia esperar muito progresso nas artes e nas indústrias. Mas não sua proposição, formulada a partir da cultura material e das medidas

frenológicas dos crânios de Lagoa Santa, de que os indígenas não são mongóis degenerados.

Lund será reativado sobretudo porque, como justificou Augusto Emílio Zaluar, ele foi o primeiro, no Brasil, que realizou uma Arqueologia do Primitivo, uma Arqueologia da raça americana. A prática arqueológica, agora, ressignificará as teses de Lund para usá-las como aportes para o poligenismo; escavará não para buscar, nos vestígios, os signos desbotados do Segundo Adão ou os afrescos esmaecidos de fenícios degenerados, mas sim as ferramentas da “Pedra Lascada”, o crânio do homem primitivo, os sinais, como diria, mais tarde, Euclides da Cunha (1866-1909), do “*homo americanus*” (Cunha: 1982 [1902], 49)⁷⁶. Isto não significa, no entanto, que o monogenismo tenha desaparecido do horizonte conceitual da Arqueologia do Primitivo, nem tampouco a idéia de degeneração, de uma primitividade ascendente, conforme sugeriu João Barbosa Rodrigues. Mas, agora, é necessário verificá-la na escavação, atestá-la na análise descritivo-tipológica dos artefatos arqueológicos, é necessário não considerá-la como um dado *a priori*, como um axioma da História Natural do homem americano, e sim constató-la no interior de uma determinada fatia estratigráfica de um sítio arqueológico, comparando-a com os outros solos de ocupação do mesmo sítio onde porventura houver artefatos com um grau mais avançado de civilização. A degeneração não existe mais se isolada dos contextos geológico e arqueológico de um sítio – o sítio arqueológico, agora, arquiva uma sucessão temporal, uma seqüência de estágios e transformações, uma linha evolutiva onde se pode trilhar os momentos vividos pelo ancestral acarcaico do homem civilizado, a raça primitiva, que

⁷⁶ - Lembremo-nos de que Euclides da Cunha, para firmar a tese do *homo americanus*, a “América como centro de criação desligado do grande viveiro da Ásia Central”, citou a “profunda elaboração paleontológica de Wilhelm Lund” (Cunha: 1986 [1902], 45).

eventualmente degenerou, fossilizou-se na primitividade ou alcançou, em lenta aceleração, formas simples de civilização.

A estas transformações epistemológicas, a estes textos de transição, correspondem transformações institucionais. Assim, olhando-se para o IHGB, vê-se que, a partir de 1873, intelectuais informados pelos enunciados biológico-evolucionistas e pelas técnicas de escavação estratigráfica, tais como José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) e Ladislau Neto (1838-1894), passam a ocupar a seção de Etnografia e Arqueologia do Instituto⁷⁷. Ladislau Neto, inclusive, dividirá suas incumbências profissionais entre a direção do Museu Nacional e os cargos na seção de Etnografia e Arqueologia do IHGB, conquanto, nesta última instituição, onde permaneceu até o final do Império, não tenha publicado artigos, mas somente alguns pareceres sobre textos e admissão de sócios⁷⁸. De outro lado, nestes anos em que fissuras se infiltravam, cada vez mais, por entre as estruturas do centralista Estado Imperial, o IHGB montou projetos de amplo escopo. Assim, em 1876, Carlos Weyprecht e Wilzek intentaram criar estações metereológicas situadas em pontos estratégicos de onde se poderia medir as invariantes dos fenômenos naturais dos trópicos, latitudes de onde se poderia registrar os mecanismos, ritmos e ciclos da natureza “brasileira”⁷⁹. Ciência para dominar a natureza⁸⁰, ciência para dominar as populações. A criação das estações metereológicas, plantadas em locais táticos, seriam relevantes, também, para os estudos antropológicos, paleontológicos e arqueológicos, conforme

⁷⁷ - Cf. Sessão da Assembléia Geral em 20 de dezembro de 1873. **RIHGB**, (36): 608, 1873; Sessão da Assembléia Geral em 21 de setembro de 1874. **RIHGB**, (37): 450, 1874; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1875. **RIHGB**, (38): 385, 1875; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1876. **RIHGB**, (39): 462, 1876.

⁷⁸ - Cf. Pareceres. **RIHGB**, (34): 361-64, 1871; Notícia. **RIHGB**, (34): 378-80, 1871; 13ª Sessão em 5 de dezembro de 1873. **RIHGB**, (36): 604, 1873.

⁷⁹ - Cf. 9ª Sessão em 15 de dezembro de 1876. **RIHGB**, (39): 403-26, 1876.

asseveraram os intelectuais do IHGB. Alargar as Humanidades em múltiplas visões e falas. Daí, em 1877, a formulação do *Plano para se Escrever a História, Geografia, Etnografia e Estatística de cada uma das partes do Império*⁸¹, que apontou para a tarefa de se reunir cargas de empiricidade para dar seguimento à organização de um saber geoestratégico sobre o Brasil. Conhecer melhor as províncias, e assim favorecer a unidade física e administrativa do Império, interiorizar a civilização.

Olhando-se, desta vez, para o outro bastião acadêmico da Monarquia, o Museu Nacional, vê-se a reorganização da instituição, em 1876⁸², que, a partir de então, foi subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os estudos em História Natural destinaram-se, assim, às aplicações possíveis na “agricultura, indústrias e artes”⁸³. Por outra, o Museu Nacional, também ele, encaminhava-se para a constituição de uma “Ciência do Estado”, para a formulação de um saber vinculado aos interesses geoestratégicos do Império. Nesta reformulação, modificaram-se, Ladislau Neto à frente, os estatutos da instituição, mudaram-se os nomes de suas seções, rearticularam-se saberes, englobando-os em variados domínios. Criou-se uma seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia Animal; outra vinculada aos estudos de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; por fim, uma terceira seção, que deveria fazer pesquisas em Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral⁸⁴. Ora, divididas desta maneira, as seções foram intermediadas pelo conceito de seleção natural. Propunham-se a recobrir a evolução das “atuais” espécies animal e vegetal na série indefinidamente aberta pelas heranças

⁸⁰ Lembro ao leitor que, desde Bacon, as Ciências Naturais foram colocadas à serviço do domínio técnico da vida por meio da previsão e da verificação (Adorno e Horkheimer: 1996; Horkheimer: 1970, pgs. 15 e segs.; Weber: 1993, 33-45; Scheller: 1986, 7-8).

⁸¹ - Cf. 3ª Sessão em 18 de maio de 1877. **RIHGB**, (40): 437-39, 1877.

⁸² - O processo de reformulação do Museu Nacional pode ser acompanhado, em riqueza de detalhes, em Lopes (1997: 158-204).

⁸³ - Cf. Decreto n. 6. 116 de 9 de fevereiro de 1876. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 1876.

hereditárias transmitidas por ancestrais primitivos que prevaleceram graças aos seus esforços de adaptação às mudanças do meio ambiente. Este é o sentido de se dispor da ciência das configurações primitivas, a Paleontologia, em cada seção do Museu; esta é a razão de se perfilhá-la ao lado da Botânica, da Zoologia, da Mineralogia – a evolução das espécies deveria ser entendida na longa duração em que se transformaram a natureza e as espécies, nos largos períodos filtrados pelos organismos primitivos que melhor lutaram pela sobrevivência e transmitiram seus traços hereditários fortalecidos. Um projeto acadêmico, pois, nutrido pelo Evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882)⁸⁵, onde a sucessão das gerações e espécies não teria sido bruscamente interrompida, como queria Lyell⁸⁶, por nenhum cataclismo, por nenhuma repentina subversão geral da ordem do mundo (Darwin: s/d [1859], 373).

Com isso, as noções de um tempo involutivo e do índio degenerado é modificada, no Museu Nacional, pela idéia de um tempo assinalado, em sua linearidade, não por uma ruptura repentina com uma antiga civilização mediterrânica, mas sim pela continuidade ou descontinuidade entre fases de evolução e etapas de primitividade. Tratava-se, assim, de entender o índio como objeto naturalizado e simbólico, isto é, compreender as modalidades de interação entre os registros de primitividade ou de civilização apresentados pelos vestígios arqueológicos, a evolução antropológica de sua raça na trajetória temporal que o levou de uma condição animal para uma condição social. Daí a Antropologia, neste contexto, ligar-se a uma seção de Zoologia e Paleontologia Animal – o índio pertence a

⁸⁴ - Cf. Decreto n. 6. 116 de 9 de fevereiro de 1876. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 1876.

⁸⁵ - Darwin foi, inclusive, um dos sócios correspondentes do Museu Nacional. Cf. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 1876.

⁸⁶ - Note-se que a teoria da seleção natural de Darwin, pelo menos do ponto de vista geológico, foi formulada, em grande medida, pela leitura dos *Principles* de Lyell. Assim o diz Darwin: "... Quem ler a grande obra de Sir Charles Lyell sobre os princípios de geologia, à qual os futuros historiadores atribuirão, com justo título,

uma “raça primitiva”, quase animal, que pode ser analisada, em suas lentas transformações ou estagnações, por meio dos testemunhos fósseis e dos artefatos arqueológicos; que pode ser analisada, de outro lado, por meio da Antropologia, da observação, *in situ*, dos instintos e costumes das “raças” ainda vivas. Daí, por outro lado – para perfazer-se o caminho que vai do animal para o social, do primitivo para o civilizado – , a criação, no Museu Nacional, de uma seção anexa de Arqueologia, dirigida por Ladislau Neto, que pretendia, com o passar do tempo, transformá-la num Museu Arqueológico e Etnográfico independente (Lopes: 1997, 160; 174).

O ano de 1876, com a reformulação do Museu Nacional e o novo perfil da seção de Arqueologia e Etnografia do IHGB, consolidou, neste passo, a transformação das práticas arqueológicas e etnográficas. As pesquisas efetuadas por estas duas instituições, a partir de então, seguirão a linha de ruptura dos textos de transição, nortearão as escavações estratigráficas com enunciados biológico-evolucionistas, refugarão as hipóteses bíblicas e mediterrânicas, “as elocubrações dos antropólogos improvisados”. Vejamos em maiores detalhes, contudo, como se organizam epistemologicamente, neste momento, os textos arqueológicos e etnográficos do IHGB e do Museu Nacional.

O texto de abertura dos *Arquivos do Museu Nacional* é uma carta de Ladislau Neto a Charles Wiener (Neto: 1876, 2 pgs.). Nela o Diretor do Museu incumba o naturalista de escavar alguns sambaquis de Santa Catarina. Informa-o de suas conclusões sobre a origem dos sambaquis, por ele escavados, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Para Ladislau Neto, os sambaquis são “colunas artificiais”, montes de conchas acumuladas pelos índios onde há, de permeio com espinhas de peixes, fragmentos de “louça primitiva”, “vestígios

uma revolução nas ciências naturais, sem reconhecer a prodigiosa duração dos períodos decorridos, *pode fechar aqui este volume...*” (Darwin: *s/d* [1859], 236) – grifos e tradução minha.

de ignição” e artefatos de pedra, idênticos aos das “tribus do interior” do Brasil. Os sambaquis brasileiros, semelhantes aos da Dinamarca e aos da América do Norte, continham também esqueletos “inhumados em épocas diversas” em suas pilhas estratigráficas. Os depósitos com seus respectivos vestígios foram formados, de acordo com o Diretor, pelas “tribus” do interior do Rio Grande do Sul, que fugiam do minuíano do inverno para acolherem-se na amenidade do litoral, onde entregavam-se à pesca. Observações etnográficas confirmam esta hipótese sobre a origem dos sambaquis, pois as “tribus” sertanejas do Espírito Santo e do Paraná, “ainda hoje”, costumam acender suas fogueiras noturnas nos locais que escolhem para as grandes pescas de inverno, em tudo iguais àquelas de “seus antepassados”. Os indígenas dos sambaquis, desse modo, eram impelidos pelo meio ambiente em sua luta pela sobrevivência; encontraram na vida nômade, na migração, um modo para se adaptarem às condições climáticas; suas ferramentas e “louças” rudimentares, indicadores de seus esforços para explorar a natureza, não os livraram, contudo, da vida primitiva, não deram lugar a sociedades civilizadas. Pode-se constatá-lo etnograficamente, vendo-se as “tribus” sertanejas presas aos mesmos hábitos e costumes seculares.

Os resultados das pesquisas de Charles Wiener sobre os sambaquis de Santa Catarina foram prontamente publicados. Em seu relatório, o naturalista visou explicar, como queria Ladislau Netto, a origem e a finalidade dos sambaquis, sem o que nada se saberia dos “últimos restos d’um ramo da família humana” (1876: 4). Ora, para bem conhecer os sambaquis deve-se, em primeiro lugar, contextualizá-los no espaço, situá-los topograficamente, medi-los em suas formas e dimensões. Procedendo assim, Wiener concluiu que os sambaquis, à época de sua formação, foram “ilhotas sólidas” em meio aos mangues, pequenas ilhas situadas nos “terrenos esponjosos” relativamente afastados da

costa catarinense (1876: 7). Os extintos índios ocuparam durante séculos uma região pantanosa, sujeita à inundações periódicas, não muito apropriada à sobrevivência. Os vestígios dos sambaquis, portanto, registrariam, como “informação ethnographica”, a extensão da vitalidade do homem primitivo ante a influência impositiva da natureza, frente à constrição por ela exercida nos domínios físico, intelectual e social dos ancestrais indígenas. Afinal, os costumes humanos nada mais são do que o comentário “d’esta lei” de adaptação às premências da natureza (1876: 7).

Medir os sambaquis, topografá-los, contextualizá-los no espaço para poder, também, classificá-los em suas formas primitivas. Tarefa levada à cabo por meio de uma *geometria dos sambaquis*. Assim, cortando-lhes verticalmente, verifica-se que eles são totalmente irregulares – os de Sanhaçu, Luiz Alves e os do Rio Cachoeiras, por exemplo, descrevem parábolas, hipérbolas, aproximam-se perifericamente do círculo. Tal irregularidade geométrica, conquanto impeça a determinação exata das formas originais dos sambaquis, de suas “linhas arquitetônicas” primitivas, possibilita, contudo, classificá-los em três categorias distintas: os sambaquis pouco extensos e pouco elevados, cuja finalidade era a de servir como baluartes ou tricheiras; os sambaquis irregulares em formato de colinas, apoiados nos contrafortes de montanhas ou rochedos; por fim, última categoria, os sambaquis com regularidade um pouco mais definida (1876: 8-9).

Em segundo lugar, para bem conhecer os sambaquis, deve-se examinar as disposições interiores de seus materiais. Escavando-os, atravessando-lhes verticalmente, os “massiços conchyológicos” de Santa Catarina apresentam uma série de “sepulturas paralelas”, um conjunto arqueológico constituído por sepultamentos e vestígios ósseos (1876: 11). As camadas que se destacam uma das outras, “com bastante nitidez”, mostram fatias horizontais onde as conchas se misturam com areia e restos de carvão, materiais de

ignição sopitados aqui e acolá nos sambaquis. De maneira que, seguindo-se as disposições materiais dos sambaquis, pode-se classificá-los, mais uma vez, em três categorias: a primeira compreende os sambaquis com camadas irregulares de carvão, cinza e areia, bem como aqueles divididos unicamente por estratos horizontais de carvão; a segunda, são os sambaquis que contém “túmulos”; última categoria, os sambaquis que não têm divisão interior, blocos inteiriços de conchas e sedimentos.

Por fim, os sambaquis só serão bem conhecidos se se fazer, desta vez, uma *geometria dos artefatos* que os compõem. Deve-se descrevê-los precisamente, ajuntando à descrição (como queria Rath), senão fotografias, ao menos desenhos dos artefatos; deve-se fazer uma geometria ilustrada dos artefatos para se conhecer suas propriedades, formas, medidas, modelos e funções. Para avaliar-se, em suma, como os artefatos, esparsos nas diferentes camadas dos sambaquis, podem ser primitivos, pouco eficazes para os trabalhos a que se destinam, ou então, de outro lado, caprichosamente confeccionados, resultado da “arte aplicada à indústria”, instrumentos polidos feitos pelo “artista indio” (1876: 14). Assim, Wiener, dentre os artefatos que descreve (pilões e cerâmicas), caracteriza três modelos de machados – cilindros com base oval semelhantes aos ferros de uma plaina, paralelepípedos com paralelogramos em suas bases e com extremidades muito afiadas, machados com ângulos suprimidos cuja função era a de quebrar frutos (1876: 13). Há, portanto, machados que são como plainas, cujas formas, bem conformadas e modeladas, são precisas e adequadas para suas funções; há, de outro lado, machados toscos, sem ângulos definidos, cuja função era somente a de partir frutos.

Ora, estes exercícios geométrico-classificatórios são pontos de partida para deduções sobre a “ethnographia em geral”, isto é, deduções acerca da idade dos sambaquis e dos costumes daqueles que “deixaram os vestígios de sua existencia” (1876: 15). Assim,

inicialmente, pode-se deduzir uma tríplice origem para os sambaquis – os naturais, constituídos geologicamente, massas compactas de sedimentos e conchas; segunda dedução, os sambaquis seriam produtos da “indolencia humana”, sambaquis simultaneamente artificiais e naturais, resultado de ações geológicas e de homens primitivos que não removiam os restos de suas refeições, sambaquis com formas variáveis e geometricamente irregulares; por último, os sambaquis seriam obras da “paciencia do homem”, verdadeiros “monumentos archeologicos”, sambaquis unicamente artificiais, pensados como um meio para se chegar a um fim, diques e trincheiras para enfrentar as enchentes naturais e bem habitar os pântanos tropicais (1876: 15-16).

Nos sambaquis dos indolentes provavelmente havia, devido ao forte calor provocado pelo sol, pelas fogueiras e pelo “grande numero de habitantes” e moluscos, um mau cheiro que tornava a “atmosfera insuportável” (1876: 16). Cheiro nauseante, e também ausência de túmulos, de corpos inteiros enterrados, enquanto que, em contraposição, há uma profusão de ossadas humanas incompletas, fragmentadas, desbaratadas na vasta superficie destas colinas semi-artificiais. Tudo indica que os ossos humanos são, como os moluscos, restos de refeições, pois é provável que a carne humana era “mais apreciada do que qualquer outro alimento” (1876: 17). Certamente este “povo primitivo” não se regulava por “leis sociaes”; não pode havê-las entre um povo que vê no seu semelhante somente um “objecto de allimentação”, que vive no meio do lixo e não se protege devidamente dos focos de paludismo das regiões pantanosas (1876: 18). Nos monumentos arqueológicos, em contraste, não há ossos humanos desconjuntados, não há vestígios antropofágicos. O povo dos sambaquis monumentais não era antropófago, não enterrava seus mortos no meio do lixo, ali os túmulos são visíveis, há uma memória sepulcral, respeita-se a individualidade

física. Nestes monumentos primitivos o povo engatinhava para o progresso e a civilização. O “bípede carnívoro” tornava-se homem (1876: 18).

Antropófagos e arquitetos de sambaquis, contudo, foram coetâneos. Se ambos tivessem se desenvolvido simultaneamente, se os homens tivessem, num determinado momento, substituído os bípedes carnívoros, seria possível estabelecer uma idade relativa para os sambaquis. Bastaria observar, nos sambaquis, os vestígios que mostrassem sinais de antropófagos ou de construtores de diques. Os primeiros seriam mais antigos, os segundos mais recentes. Não é possível, contudo, datá-los por critérios etnográficos, porquanto os sambaquis, por mais próximos que se situem, podem provir de “tribos” diferentes que coabitaram a mesma paisagem pantanosa; erguidos sobre o mesmo “terreno esponjoso”, os sambaquis indolentes e os sambaquis monumentos foram contemporâneos, conviveram no mesmo tempo, mas cada qual em seu ritmo próprio de primitividade – uns sob a batuta das leis sociais, outros regidos pela animalidade antropofágica (1876: 18). A única maneira possível, por ora, para se datar um sambaqui, é observando-se a distância que o separa do litoral; quanto mais afastado, mais antigo. Critério de datação, portanto, geológico. Somente estudos ulteriores permitirão uma datação absoluta, embora, desde já, pode-se dizer que os sambaquis têm dois ou três séculos, época em que o “aborígene do Brasil estava na “idade da pedra” (1876: 19).

Mas já é possível, no entanto, comparar-se a Arqueologia brasileira com a Arqueologia do Velho Mundo. Ora, conquanto os índios “brasileiros” estivessem e estejam na Idade da Pedra, não se pode aplicar, na Arqueologia brasileira, ou mesmo na Arqueologia Americana como um todo, a divisão temporal que cinde a Pré-História do Velho Mundo: os períodos da pedra polida e o da pedra lascada. O Brasil não viveu a era da pedra lascada, ingressou diretamente na pedra polida. A análise geológica dos artefatos o

revela. Nos sambaquis, seja nos indolentes ou nos monumentais, a natureza da matéria-prima utilizada para a fabricação de ferramentas – pedras basálticas em forma de paralelepípedos, pedras com conformação xistosa e superfícies geometricamente definidas e cristalizadas, pedras naturalmente desbastadas – permitiram que o homem primitivo as afiasse de um lado, não lascando-as, mas sim gastando-as. Assim, neste processo de afiar e gastar pedras cuja matéria-prima era naturalmente apropriada para o polimento, e não para o lascamento, obtinham-se machados e pilões de sílex e quartizito, “obras primitivas dos índios”, totalmente alisados. De modo que, na América, a julgar pelos sambaquis, o período da “pedra polida precedeu por muito tempo o da pedra lascada” (1876: 20). As primeiras manifestações humanas, no Velho e no Novo Mundo, são, de fato, diferentes – enquanto lá uma anarquia antropofágica foi substituída por alianças mais civilizadas, aqui elas conviveram; enquanto lá ferramentas lascadas refinaram-se pelo trabalho, aqui matérias-primas geologicamente propícias fizeram o homem galgar etapas tecnológico-evolutivas. São estas experiências diferenciadas, são estes caminhos ao mesmo tempo opostos e comuns trilhados pela Evolução da Humanidade, que tornam o “humilde sambaqui” tão importante quanto as pirâmides do Egito, o crânio de um cacique tão importante quanto a múmia de um faraó (1876: 20).

Escavações no sul, escavações no Norte. Domingos Soares Ferreira Pena, não sem dialogar com Wiener, teceu, em duas cartas-relatório publicadas pelo Museu Nacional, considerações sobre os sambaquis do Pará (Pena: 1876; 1877). Na primeira, nota-se que o naturalista viajante do Museu Nacional, ao pesquisar os sambaquis instalados nas regiões “pantanosas e sombrias” (1876: 87) da costa oriental do Pará, também fez uma geometria dos sambaquis, medindo-os, topografando-os, cartografando-os; além disso, Ferreira Pena, preocupado com as pesquisas a serem feitas pelos futuros pesquisadores, informou sobre o

estado de conservação dos sambaquis, sobretudo aqueles que serviram e serviam à indústria do cal. Escavou-os e, ato contínuo, registrou as principais ocorrências arqueológicas – ossos humanos, artefatos líticos e cerâmicos –, descrevendo-as e localizando-as em suas camadas estratigráficas (1876: 87-94).

Suas avaliações etnográficas e cálculos sobre a idade dos sambaquis, no entanto, questionam, em parte, as proposições de Wiener. De fato, os fatores geológicos e humanos que produziram os sambaquis são os mesmos no sul e no norte; do mesmo modo, devido à ação do clima, os sambaquis, nos dois extremos do país, estão derruídos, o que impede a apreensão de suas formas primitivas (1876: 93-94). Mas, não é certo dizer-se que inexistiam leis sociais entre os sambaqueiros antropófagos, pois, pelo menos no Pará e no Amazonas, eles não “viam em seu semelhante somente um objecto de alimentação”; é verdade, sim, que comiam carne humana, mas somente em rituais específicos, destinados a satisfazer “seu excessivo odio e extraordinario espirito de vingança (1876: 95). Por outra, a antropofagia resultava de uma norma social, de uma regra de guerra: comia-se unicamente a carne dos inimigos (1876: 95).

Quanto à idade dos sambaquis, não é certo que tenham, pelo menos os do Pará, dois ou três séculos. Baseando-se em fatos históricos, pode-se lançar uma outra hipótese. É provável que os índios dos sambaquis da costa oriental do Pará provenham de “tribus selvagens do Peru”. Fugindo do domínio Inca, “malocas rebeldes”, perseguidas, teriam se postado, algumas, nas margens do Amazonas superior, outras, nas confluências do Madeira e Tapajós. A idade dos sambaquis “paraenses”, portanto, corresponderia à época da consolidação da “Monarquia dos Incas no Perú” (1876: 97). Entre os rebeldes malocados estariam os Muras, os Mundurucús e os Tapajós, índios com costumes “grosseiros e brutaes e character audacioso”, mas não obstante peritos na navegação dos igarapés e lagos

(1876: 96-97). Os índios dos sambaquis seriam selvagens sem noção de agricultura, vivendo exclusivamente da caça; erigiam suas malocas temporárias durante o verão, quando desciam o litoral acompanhando o “decrecente das águas” e a imigração dos animais; índios, portanto, que imigravam como o faziam os animais, índios “malacófagos” que sepultavam seus mortos, conforme costume geral entre os selvagens, “no meio das conchas amontoadas e o mais perto possível da rede em que dormia o pae, mãe, irmão, filho ou mulher do falecido’ (1876: 96). Costume repugnante, mas explicável do ponto de vista etnográfico, pois representa veneração e amizade ao ente próximo (1876: 96).

Em sua segunda carta-relatório, Ferreira Pena propõe um conceito classificatório para os sambaquis da Ilha de Marajó. Poder-se-ia chamá-los de *cerâmios* – como os *mounds* norte-americanos e as antigas olarias dos gregos, este conceito referiria-se aos jazigos onde repousam os homens “distintos” em sua “tribo”; ao mesmo tempo, referiria-se a uma unidade de produção de artefatos cerâmicos de fino acabamento, toda a sorte de utensílios, ídolos e urnas funerárias (1877: 47-49). Os cerâmios, em sua funcionalidade específica, possibilitam inferências sobre normas de organização social, porquanto estes jazigos serviam como residência aos vivos e cemitério para os mortos, não para toda a “tribo”, e sim unicamente aos chefes e aos seus parentes. Na “republica dos povos” de Marajó, há uma nítida distinção de classe, pois a “classe superior jamais se confundia com a inferior” (1877: 61).

Além de postular este conceito, Ferreira Pena, como na carta-relatório anterior, continua a fazer uma geometria dos sambaquis e a informar sobre o estado de conservação destes sítios (1877: 49-54). Realiza, também, uma geometria dos artefatos cerâmicos, medindo-os, localizando-os nas camadas estratigráficas, analisando-os em seus processos de confecção – escolha da matéria-prima, formas e funções. Acresce a esta geometria dos

“vasos” cerâmicos o exame de seus significados simbólicos. Assim, as urnas de Marajó apresentam símbolos sexuais, rostos com cores emblemáticas, o vermelho da realeza, o amarelo do sol; mostram fileiras regulares, dúplices e tríplexes, pequena série de turrículos que, antes de serem meros ornatos, contam a idade do falecido (1877: 56-57). Análise simbólica, mas também paralelos etnográficos. Os rostos desenhados nas urnas representam olhos horizontais e nariz longo, próprios do antigo “tipo mexicano” (1877: 55); outras urnas, por sua vez, estampam vestidos, o que recorda o costume dos gregos de cobrirem com ricas vestes os corpos dos mortos pertencentes às altas classes sociais (1877: 57).

Por fim, Ferreira Pena disserta sobre a origem da “raça americana”, a origem dos construtores dos cerâmios, que não remeteria, de modo algum, à “influencia de qualquer raça extra-americana” (1877: 62). Por outra, os construtores dos cerâmios não são “filhos de Odim”, como queria João Barbosa Rodrigues, a quem Ferreira Pena, no final de seu relatório, critica asperamente, corrigindo-o em suas descrições dos artefatos cerâmicos de Marajó – descrições baseadas não no que ele manuseou e olhou de perto, mas unicamente em fotografias adulteradas (1877: 73-76). Por outra, para se falar sobre a origem da “raça americana, não bastam somente fotografias, não bastam análises apressadas (1877: 75). É preciso dispor-se de um corpo maior de dados, é preciso analisar os artefatos, escavar e comparar sítios arqueológicos.

Ora, neste sentido, as pesquisas de J. W. Foster sobre os *mounds* norte-americanos demonstram que a América foi povoada não por asiáticos, mas por uma raça “puramente americana” (1877: 62). Hipótese que se pode verificar também nas pesquisas de Lund – “venerável auctoridade, o patriarca da anthropologia brasileira” - , as quais enfatizam a presença de uma raça autóctone vivendo no planalto central de Minas Gerais. Raça autóctone que, longe de ser mongól, aparece nos ídolos descritos por Charles Frederich

Hartt (1840-1878), nos crânios encontrados nos sambaquis da costa marítima, nos cerâmios de Maracá e das Guianas, nos *mounds* dos Estados Unidos, nas figuras humanas esculpidas nos monumentos “mexicanos”, nos artefatos de Marajó, nos crânios analisados por João Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto (1877: 62-63).

E Ferreira Pena avança com sua hipótese poligenista, agora valendo-se não somente dos sítios e dados arqueológicos e antropológicos, mas também de uma hermenêutica filológico-textual. A raça primitiva do Brasil, pode-se confirmar isto em documentos históricos e filológicos, falava uma língua (Língua Geral) cujos vestígios se acham por todo o continente americano, uma língua uniforme e com uma mesma estrutura de formas gramaticais (1877: 63). A origem desta língua que cobriu tão ampla extensão geográfica talvez possa ser atribuída aos Caraibas, raça que imigrou do Sul do Brasil, onde nasceu, foi estabelecer-se na Flórida e no Vale do Mississipi, e mais tarde ocupou a América Central e o México, onde edificou grandes monumentos e introduziu uma grande civilização (1877: 64). Neste caminho imigratório, os Caraibas dominaram provavelmente todo o baixo Amazonas e a foz do grande rio. Assim, a “raça mais nobre e mais empreendedora da América” construiu os cerâmios do Pará, habitaram a Ilha de Marajó e ali fabricaram “ricos exemplares de louça”, urnas, ídolos e vasos (1877: 66). Estas cerâmicas civilizadas, contudo, estariam depositadas nas *camadas inferiores* dos cerâmios de Marajó; os descendentes imediatos dos Caraibas, os Aruans, ocupando as *camadas superiores* destes cerâmios, confeccionaram, contudo, artefatos grosseiros, vasos cerâmicos primitivos. Há, portanto – e nisto Ferreira Pena concorda com Barbosa Rodrigues – uma “civilização retrocedente” (1877: 66), uma primitividade cada vez mais ascendente, gerações que se sucediam e iam, por motivos ainda não sabidos, degenerando gradualmente, grafando em seus artefatos feições cada vez mais primitivas (1877: 66).

Para Ferreira Pena, portanto, houve origens diferenciadas para os sambaquis do Pará. Os da costa oriental foram ocupadas por povos “brutaes”, rebotalho expulso pelos Incas; os sambaquis da Ilha de Marajó, em contraposição, foram ocupados por uma raça empreendedora, mas que, no curso do tempo, retrocedeu, degenerou-se, tornou-se mais primitiva. Ferreira Pena, assim, ressignifica, de algum modo, a hipótese aventada pelo IHGB desde 1839, segundo a qual haveria um vínculo entre as civilizações meso-americanas e os indígenas “brasileiros”. Tal vínculo, contudo, partiu do Brasil, dos Caraíbas que se originaram no sul do País, de uma raça autóctone que saiu, como queria Lund, “do mesmo tronco que teve seu berço no planalto Central de Minas Gerais” (1877: 64). O naturalista viajante do Museu Nacional, neste passo, estabelece uma ontologia da Nação – o Brasil seria não só o mais antigo continente, mas também o berço das civilizações meso-americanas, ele mesmo tendo em suas matas, enfiçada em suas raízes pré-históricas, uma pequena ilha de civilização, a Ilha de Marajó.

Ora, esta hipótese é formulada em outros textos, igualmente baseada em escavações estratigráficas, numa geometria dos artefatos e numa hermenêutica filológico-textual. Assim, Antonio Manoel Gonçalves Tocantins (1836-1905) publicou no IHGB, em 1876, um artigo sobre suas pesquisas na Ilha de Marajó. Para ele, a “raça” que confeccionou as relíquias de Marajó descendia dos Incas, que migraram do norte, via Andes, para o Amazonas (1876: 62). No mesmo passo, Ladislau Neto, em um longo ensaio sobre a coleção de tembetás do Museu Nacional, também admitiu esta mesma origem incaica para as “relíquias” de marajó, conquanto, monogenista, pensasse que o rasto civilizador deveria ser buscado na Ásia. Para o Diretor do Museu, reconhecidas as afinidades estruturais entre as línguas asiáticas e americanas, admitidas as similitudes simbólicas entre os artefatos e monumentos americanos e asiáticos, não seria difícil ver Cusco sob o aspecto de uma

cidade mongólica, ver os símbolos dinásticos de Manco Capac nos primorosos artefatos cerâmicos de Marajó (1877: 149-163).

A Arqueologia do Primitivo, portanto, retoma hipóteses da Arqueologia nobiliárquica. A descendência dos indígenas, mais especificamente dos Tupis, ligada a uma imigração via Américas do Norte e Central, os Tupis como pertencentes ao mesmo tronco filológico-cultural dos Caraíbas e andinos, já fora argumentada, sob outro regime discursivo, por Varnhagen e Gonçalves Dias; no sentido contrário, uma imigração do sul para o norte, do Paraguai e sul do Brasil para o restante da América, também fora sugerida por von Martius. Trata-se, pois, das mesmas hipóteses, mas a partir de dois tipos de discurso. Dois tipos de discurso presididos por regras diferenciadas, mas que, contudo, emergem dos mesmos mecanismos de poder – a fabricação de uma ontologia da Nação e do Brasil, capaz tanto de recuperar um indígena antigo e “culto” para a identidade nacional, quanto de pontuar e margear o espaço geopolítico do país com testemunhos arqueológicos. Fabricação, portanto, de uma identidade cartográfica e histórica, plantada na antigüidade, corporificada em vestígios de civilização.

Do mesmo modo, a Arqueologia do Primitivo continuará a funcionar em meio às engrenagens de uma geoestratégia – interiorização da civilização, civilização das populações indígenas. Daí a discussão, tanto em Ferreira Pena quanto em Wiener, do problema da Aliança e da Antropofagia, problema esse que serviu de gabarito de inteligibilidade para a Arqueologia e a Etnografia. Assim, o banquete antropofágico é a suspensão das “leis sociais”, é a própria ausência de regras e do Direito, é a mais funda primitividade, é a raça “bípede carnívora”, cujos vestígios, observados nos sambaquis, não poderiam deixar de refletir rudeza, ineficácia, tirocínio. O banquete antropofágico impregna as modarias primitivas com mau cheiro, delas evolvem a fragância de costumes repugnantes,

pois os homens, ainda que por uma questão de veneração e respeito, são enterrados no meio do lixo, entre as conchas, cobertos de cinzas e carvão. O banquete antropofágico, com suas contínuas libações, só poderia acontecer em moradias cujos contornos são geometricamente irregulares, sem “linhas arquitetônicas”, moradias de indolentes, de raças que desconhecem a agricultura, que migram como animais, que seguem o curso decrescente das águas e fogem das asperezas do clima. O banquete antropofágico resulta das normas da guerra, satisfazem os apetites do corpo para nutrir os da alma, os móveis mais poderosos do espírito, a vingança e o ódio. A dissolução da antropofagia, por sua vez, instaura as “leis sociais”. O respeito pelos vivos e pelos mortos se dá quando as raças deixam de engatinhar e caminham para a civilização. Constróem então moradias para enfrentar as fragosidades da natureza, o paludismo das regiões pantanosas e sombrias, moradias geometricamente regulares, diques, trincheiras e cemitérios, espaços divididos e funcionais. Surge a Aliança, e com ela as diferenciações de classe, as circulações simbólicas nos vestígios de civilização, vasos decorados, urnas que lembram costumes gregos.

O binômio aliança e antropofagia, assim, orienta questões geoestratégicas. Ora, como civilizar populações cujos ancestrais, embora tenham convivido lado a lado com raças semi-civilizadas, permaneceram primitivas? Como civilizar populações que possuíam, nas camadas inferiores de suas moradias, relíquias de civilização, e no entanto, pelo que se revela nas camadas superiores destas mesmas moradias, ascenderam em primitividade? Como estabelecer uma aliança com estas populações se, como se vê pelo seu passado, elas montaram no território nacional somente uma pequena ilha de civilização em meio a várias “ilhotas sólidas” e primitivas, raças que aqui apareceram somente para deixar suas relíquias no solo mais arcaico do Pará, escolhendo a superfície dos vales andinos para erigir seus monumentos? Como fundar um contrato social com populações primitivas,

populações que perderam, pelo menos no Norte, as técnicas da arte aplicada à indústria? Como fundar pactos políticos com populações que, desde sua imigração dos planaltos mineiros para o restante da América, durante séculos portanto, permanecem estacionárias, primitivas, atadas a costumes e hábitos antigos, amarradas no primeiro degrau de ascensão rumo à civilização? A Arqueologia do Primitivo, diante destas questões geoestratégicas, continuou a examinar o indígena como objeto simbólico, continuou a categorizá-lo em seus graus de primitividade e civilização, para assim melhor apreendê-lo como objeto econômico, como sujeito a ser civilizado, como elemento potencial para interiorizar a civilização.

Este é o sentido de se praticar uma geometria dos artefatos indígenas, além do objetivo mais explícito de se forjar uma memória museológica, de se colecionar vestígios de civilização. Tarefa a que se entregou Charles Hartt, que em dois artigos descreveu coleções de artefatos do Museu Nacional: tangas cerâmicas da Ilha de Marajó (1876a) e machados de divesos grupos indígenas do território nacional (1876b). Suas análises, seguidas de ilustrações, se padronizaram pelos mesmos moldes de Wiener e Ferreira Pena. Assim, Hartt, inicialmente manuseando as tangas de Marajó, descreveu-as como exemplares de contorno triangular, sendo uma das superfícies convexa e ornamentada, e a outra côncava. Todas as tangas têm formas, medidas e tamanho pouco diferenciados. Suas três extremidades, arredondadas, perfazem uma distância de 1/2-3/4 polegadas; há pequenas incisões em seus ângulos inferiores e superiores, destinados à passagem de um fio por meio do qual ela era presa ao corpo. Uma argila “muito fina” foi usada para confeccioná-las; postas ao fogo, adquiriram, em seu interior, tonalidades escuras, pretas e vermelhas. As superfícies das tangas são polidas e duras, esmaltadas com argila branca ou vermelha, adornadas com “figuras compostas de linhas rectas”, matizes pardo-escuras,

“engenhosamente emmaranhados”, “traçadas por mão firme e artística”, podendo-se compará-las com as produções dos antigos oleiros gregos. Levando-se tudo isso em conta, a ornamentação, a manufatura delicada e a superfície convexa, não há dúvida de que as tangas serviam ao uso das mulheres indígenas (1876a: 22-23).

Quanto aos machados, todos têm um corpo largo em forma de crescente, um gume ao longo da frente convexa, ligados a um cabo por meio de um punho estreito. Assemelham-se a uma faca de seleiro. Variam, contudo, em suas formas e dimensões, seu corpo é alto e reforçado, ou então delgado como uma picareta. Os punhos, vez por outra, apresentam uma elipse achatada em seu lado transversal; podem também ser biconvexos com beiras afiadas. Em geral não se alargam muito em suas extremidades, e possuem, de cada lado, um apêndice embotado e mal definido, onde se amarravam a um cabo. A qualidade da matéria-prima empregada para manufaturá-los variava entre o diodorito, o calcáreo, o gnaiss e o pórfiro, cujas superfícies eram polidas e alizadas por meio do atrito. Há, por fim, duas espécies de machado. Os machados de combate, pesados e munidos de um gume afiado que os tornam armas muito eficazes; e os leves, finos e frágeis, pouco resistentes, os quais, ao lado de alguns da categoria anterior, são insígnias de autoridade, “não destinadas a uso real”. O desbastamento dos lados dos machados de combate, se os faz perder um tanto de força e eficácia, aumenta no entanto sua beleza, daí advindo a perpetuação de sua forma, de ordinário mais elegante do que a do machado celta (1876b: 45-47).

A geometria dos artefatos servia, como se pode ver pelas descrições de Hartt, para mensurar-se a capacidade artística e industrial dos “extintos” indígenas. Mensurava-se a pertinência da escolha da matéria-prima, os processos de confecção e decoração, a precisão dos artefatos. Mensurava-se, também, as funções de uso e as funções simbólicas dos

artefatos. Assim, as tangas de Marajó, feitas por mãos peritas e artistas, possuíam delicadeza tal que só poderiam ser reservadas ao uso feminino; suas ornamentações, de tão belas, pareciam ter saído de uma olaria grega. Os machados, fabricados com matéria-prima adequada, são fortes, bem polidos e afiados, precisos para o combate, para a função de guerra; ou, então, os machados são leves, frágeis e mais belos do que aqueles dos celtas, precisos para a função de poder, como signos de autoridade. Trata-se, portanto, de uma análise dos graus de civilização e indústria dos indígenas, análise ao mesmo tempo econômica e cultural. Ora, a Arqueologia nobiliárquica reunia e colecionava artefatos para medir-se os usos, costumes e a capacidade industrial dos indígenas, contudo ela não praticava, como a Arqueologia do Primitivo, os exercícios de classificação tipológica e a descrição geométrica dos artefatos, ela não dispunha propriamente de uma técnica descritiva dos artefatos para se auferir o potencial do indígena para a civilização e a indústria. Colecionava, mas não descrevia. De outro lado, para a Arqueologia do Primitivo, as “semelhanças” entre as tangas marajoaras e os vasos gregos, entre os machados indígenas e os machados celtas, não valem, por si só, como provas de que civilizações mediterrânicas estiveram na América; são mencionadas, isto sim, como paralelos etnográficos, como procedimentos comparativos por meio dos quais a capacidade artística e industrial dos indígenas é examinada. A geometria dos artefatos possibilitava, assim, tanto a montagem de uma memória sobre as primeiras civilizações do “Brasil”, quanto de um saber sobre a aptidão e potencial do indígena para o trabalho.

Os graus de civilização e primitividade dos indígenas, contudo, foram avaliados também por meio de um outro saber – a Antropologia Física. É verdade que a Arqueologia nobiliárquica ressaltou freqüentemente a importância dos estudos frenológicos, e até mesmo os utilizou. Tudo começou com Lund e suas medições craniométricas pelo sistema

de Prichard; as instruções etnográficas de Manoel de Araújo Porto Alegre para a Comissão Científica de Exploração recomendaram o uso dos postulados de Franz Joseph Gall; a obra de Samuel George Morton (1779-1851) – *Crania Americana* (1839) – foi recebida pelo IHGB em 1843⁸⁷, sendo inclusive comentada elogiosamente por Januário da Cunha Barbosa (1843: 10). Contudo, foi somente a partir de 1876, com as publicações, pelo Museu Nacional, das *Contribuições para o Estudo Antropológico das raças indígenas do Brasil*, escritas por João Batista Lacerda (1846-1915) e Rodrigues Peixoto, que a Antropologia Física foi instituída como uma prática regular, como uma técnica de avaliação dos indígenas. Antes disso, a literatura frenológica servia à caracterização racial dos indígenas, mas não se queria proceder como “cientista” ou fazer-se uma “fisiologia geral” dos povos aborígenes, conforme afirmou Gonçalves Dias. Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto, por sua vez, dispuseram não só de literatura frenológica, mas também das coleções de crânios e esqueletos que vinham sendo angariadas, por Ladislau Neto, desde 1875, para o Museu Nacional (Lopes: 1997, 107-108).

O primeiro artigo de Batista Lacerda versava sobre a conformação dentária das “raças aborígenes”. Analisando a coleção de crânios do Museu Nacional – que incluía um exemplar “boliviano” – e as estampas da *Crania Americana* de Morton, o “anthropologista” brasileiro pretendia estudar comparativamente as raças indígenas, estabelecer elementos para caracterizá-las em suas diferenças étnicas e lançar hipóteses sobre sua origem. Estudos que ele classificou como atinentes à Antropologia, à Anatomia comparada e à Arqueologia (1876: 77-79). Assim, medindo e comparando a morfologia dentária dos crânios analisados, Batista Lacerda sublinhou uma constante “no systema odonthographico das antigas e modernas raças da America” (1876: 80), isto é, os indígenas do Brasil, Bolívia, Peru,

⁸⁷ - Cf. 115ª Sessão em 11 de novembro de 1843. *RIHGB*, (5): 535, 1843.

México e Estados Unidos, teriam, nos caninos, incisivos e molares, uma conformação inteiramente plana, perfeitamente polida, como se fora produzida artificialmente (1876: 81). A lisura e polidez dos dentes não se atribuiria, contudo, a fatores mecânicos; não foram a dieta alimentar, os atritos causados pela mastigação, que constituíram a conformação odontológica da raça americana, pois ela se encontra, inclusive, em crânios de crianças – em dentes, portanto, nada gastos. Trata-se, na verdade, de uma disposição “natural e congênita”, de uma inferioridade étnica, pois, percorrendo-se as coleções do Museu Nacional, os crânios de Lagoa Santa e as estampas de Morton, vê-se logo um certo cunho de “animalidade impresso na dentadura dos craneos americanos” (1876: 82). Em conclusão, a conformação geral dos dentes americanos endossam as provas, reconhecidas pelos antropólogos americanos, que certificam a unidade do “typo ethnico para os povos que habitaram antigamente e habitam ainda hoje as vastas regiões do Novo Mundo” (1876: 83).

Haveria, pois, um caráter distintivo da raça americana. Idéia que é reforçada no artigo escrito, ainda no primeiro volume dos *Arquivos*, por Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto. Os autores mediram, servindo-se dos recursos craniométricos de Paul Broca, seis crânios de Botocudos; um crânio de Macaé (RJ); um crânio da Ilha do Governador (RJ); um exemplar de Lagoa Santa, enviado por Lund, ao IHGB, em 1845; e por fim, um crânio do Ceará, proveniente da Comissão Científica de Exploração, que fora remetido, ao Museu Nacional, por Guilherme Söch Capanema. Coleção pequena, mas que não obstante possibilitou uma minuciosa descrição dos crânios e a feitura de um quadro comparativo das principais medidas craniométricas (1876: 50-70), por meio do qual os autores teceram algumas generalizações.

Em primeiro lugar, a “raça primitiva” do Brasil era e é dolicocefala. Esta constante craniométrica é acentuada, em seu tipo geral, nos Botocudos, raça primitiva por excelência,

“pura”, sem nenhum cruzamento racial. Os Botocudos, assim, pela sua pequena capacidade craniana devem ser colocados ao lado dos Neo-Caledônios e dos aborígenes Australianos, ou seja, entre as raças mais inferiores intelectualmente – suas aptidões intelectuais, limitadas, tornariam inútil qualquer esforço para trazê-los à civilização (1876: 72). Ora, o tipo primitivo, o Botocudo, apresenta a mesma depressão na testa, a mesma inclinação na frente, que se encontram nos crânios de Lagoa Santa e do Ceará, nos Esquimós e nos Patagônios. Os Botocudos, contudo, têm uma dolicocefalia superior à dos Esquimós e Patagônios, e no decurso dos séculos, esta raça primitiva continua pré-histórica, não subiu um grau em sua capacidade intelectual (1876: 73). Em segundo lugar, há uma raça mais desenvolvida, segundo se notam nos crânios Tamoios da Ilha do Governador e de Macaé, uma raça modificada por cruzamentos, já um pouco distante intelectualmente dos Botocudos. Há, pois, duas “raças atuais” no Brasil, uma primitiva, “pré-histórica”, representada pelos Botocudos; outra que chegou as primeiras etapas da Evolução, tipo cruzado, representada pelos Tamoios (1876: 72).

Por fim, ante a esta conformação doliocéfala comum, ante a semelhante depressão da testa entre os crânios dos Botocudos, o de Lagoa Santa, o do Ceará, dos Esquimós e dos Patagônios, pode concluir-se que o “Índio americano é um produto do solo americano!” (1876: 74). Constata-se, pois, uma unidade racial entre os indígenas americanos. Ora, a hipótese poligênica vem sendo confirmada não só pelas obras de Morton e seus seguidores, mas também pela Geologia de Charles Lyell (1876: 74). Há que levá-la em consideração, sobretudo no Brasil, onde as pesquisas de Lund mostram que a formação geológica do Novo Mundo, iniciada no planalto central de Minas Gerais, precedeu à formação do Velho Mundo; que o homem aqui coabitou, há 3.000 anos atrás, com uma megafauna extinta (1876: 54; 74). É possível, pois, que a América, mais especificamente o Brasil, tenha sido

“um dos centros de criação” da humanidade (1876: 65). Berço de criação, o Brasil teria embalado, na Pré-História, uma raça infantil, primata, muito próxima dos orangotangos (1876: 50), os Botocudos, que posteriormente se miscigenou com povos vindos da Ásia, dando lugar a raças adolescentes, primitivos um pouco mais humanos – a tipos que, longe de serem evanescentes, ainda vivem entre as populações indígenas do Brasil (1876: 75).

Por meio da Antropologia Física, portanto, Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto firmam a unidade racial do gênero americano e, neste passo, descrevem uma ontologia do Brasil – retomando Lund, os autores mostram que, no planalto central de Minas Gerais, o continente mais antigo do planeta, raças primitivas já habitavam há três mil anos atrás. Antiguidade do espaço, antiguidade do homem. O Brasil já existia na Pré-História, foi ele o solo onde se gerou o protótipo da Evolução que se propagou por toda a América. De outro lado, mensurando as medidas craniométricas, medidas pautadas, como se pretendia, pela exatidão matemática, pela objetividade numérica da “sciencia”⁸⁸, a Antropologia Física, assim como a geometria dos artefatos, postulou as invariantes das formas inscritas numa raça, as constantes isomorfas de primitividade que podiam ser isoladas em propriedades comuns, as medidas precisas dos registros de civilização de uma etnia. Fazendo-o, a Antropologia Física, na esteira de Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto, forneceu uma hipótese sobre quem seria a raça primitiva do Brasil, raça antropóide, parente do orangotango; forneceu, ainda, uma hipótese sobre as raças cruzadas que teriam se apartado do primata, caminhado para uma condição mais social, escalado uma fase da evolução. Os números do crânio correspondiam às medidas da alma, da inteligência, da evolução; as medidas da alma e da inteligência, por sua vez, correspondiam às medidas congênicas da

“atual” população indígena do Brasil, dos ancestrais primitivos das populações que ora ocupam o território “brasileiro” ainda a ser explorado e colonizado. Os números craniométricos, pois, são números políticos, podem legitimar uma exclusão ou inclusão na identidade nacional, orientar uma geoestratégia, justificar uma política indigenista. Os números revelam um Botocudo orangotango – não para opô-lo a um Tupi rousseauiano, símbolo da identidade nacional, mas sim para saber “exatamente” se ele serve ou não para o trabalho. Números políticos, e não meramente simbólicos. Tanto mais se se levar em conta que, neste momento, conforme declaram Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto (1876: 49), os Botocudos estavam aldeados no Norte de Minas Gerais, sendo educados, com dinheiro público, sob a batuta de missionários.

As relações entre geoestratégia, Arqueologia e Etnografia, neste período, aparecem mais claramente nos escritos de José Vieira Couto de Magalhães⁸⁹. Seu artigo *Ensaio de Antropologia*, publicado pelo IHGB em 1873, foi reescrito, a pedido do Imperador D. Pedro II, para figurar na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876. Surgiu, assim, *O Selvagem* (1935 [1876]), livro eminentemente político, que deveria representar o Brasil diante das nações civilizadas da Europa e da América do Norte, dando-lhes uma imagem e um texto sobre o país e seus indígenas⁹⁰. Livro eminentemente político, pois pretendia fundar um plano de civilização das populações indígenas, uma tática para amansar os selvagens.

⁸⁸ - Para uma crítica implosiva desta pretensa objetividade da frenologia, Cf. Gould (1981), que mostra, ao longo de seu livro, o quanto elas seguiam padrões pré-concebidos, redundando em falsas medidas do homem-*the mismeasure of man*.

⁸⁹ - Intelectual produtivo, os trabalhos de José Vieira Couto de Magalhães eram freqüentemente lidos e comentados nas reuniões do IHGB. Cf. 4ª Sessão em 25 de julho de 1873. **RIHGB**, (36): 563, 1873; 5ª Sessão em 7 de junho de 1876. **RIHGB**, (39): 377-86, 1876; 8ª Sessão em 18 de agosto de 1876. **RIHGB**, (39): 400, 1876. Para uma outra leitura da obra de Couto de Magalhães, Cf. Maria Helena T. P. Machado (1997).

⁹⁰ - Valho-me da terceira edição desta obra, organizada pelo sobrinho do autor.

O General José Vieira Couto de Magalhães, Barão de Corumbá, presidiu, entre 1863 e 1868, as províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, o que lhe facultou a oportunidade de contactar grupos indígenas, escavar sítios arqueológicos e fazer pesquisas etnográficas e lingüísticas. Pesquisas crivadas pela visão monogenista do Barão antropólogo, segundo a qual as raças humanas escalonaram-se evolutivamente em quatro troncos distintos: o primeiro na ordem da criação seria o negro, que apareceu no fim da época terciária; o segundo a raça amarela; depois, o tronco vermelho; por último, o tronco branco, ápice da evolução (1935 [1876]: 49-50). A raça vermelha não seria, como queriam Batista Lacerda e Ferreira Pena, um “produto do solo americano”, mas sim seres emanados do Criador, uma raça de imigrantes, povos vindos da Ásia que atravessaram os chapadões dos Andes, estabelecendo-se, posteriormente, nas planícies americanas e no Brasil (1935 [1876]: 51).

Os selvagens teriam colonizado o Brasil depois que transpuseram, durante suas sucessivas imigrações, o primeiro período de civilização, a idade da Pedra Lascada (1935 [1876]: 71). Uma raça instalada, portanto, no segundo degrau da Evolução, na idade da Pedra Polida. Daí inexistirem, nos sítios arqueológicos do Pará e do Mato Grosso, ou mesmo no Museu Nacional, instrumentos de pedra lascada (1935 [1876]: 70); daí, também, os selvagens do Brasil deterem os rudimentos da agricultura, possuindo, inclusive, algumas “intuições de química” – adubagem do solo, extração de princípios das plantas para a medicina e a alimentação. Eram povos que haviam saído da “infância”, conhecedores das propriedades industriais e culinárias do fogo, mas que, contudo, não fundiam metais, nem tampouco eram pastores, porquanto seu nível tecnológico estava adstrito a uma fase iniludível da evolução humana, a idade da Pedra Polida (1935 [1876]: 56-77). Povos, sem dúvida, semi-civilizados, conforme mostra a Filologia comparada. No intercurso das imigrações pela Ásia Central, cruzamentos com raças arianas se cumpriram, pois radicais e

estruturas gramaticais do sânscrito se insinuam, modificadas, no Quíchua. Povos, sem dúvida, semi-civilizados. Povos muito primitivos, imersos na Era da Pedra Lascada, não expandiriam uma língua, o Tupi, por tamanha amplidão geográfica, desde o Paraguai até o Amazonas, não realizariam, numa palavra, a maior diáspora lingüística da Terra (1935 [1876]: 88-95).

Povos semi-civilizados que, no transcurso de sua imigração, deixaram seus testemunhos nas matas brasileiras. Nas províncias de Mato Grosso, Pará e Amazonas, existem aterros, construções erguidas acima do nível do solo, habitações elevadas cuja finalidade era a de vencer as enchentes periódicas. Construíram-se, com efeito, “pequenos mediterrâneos” amazônicos durante as estações de chuva. Pequenas ilhas artificiais, muitas das quais representando jacarés, onde, nas camadas geológicas mais antigas, se acham urnas funerárias grosseiras, enquanto que, em contraste, nos seus níveis superiores e médios, aparecem artefatos cerâmicos mais elaborados em sua estrutura. Civilização crescente, portanto. Ora, esses aterros são contemporâneos do povoamento destas regiões, há neles estratigrafias de diferentes fases de civilizações, fisionomias de estados evolutivos diferenciados se esboçam em suas camadas (1935 [1876]: 71-73). Tais aterros seriam os únicos monumentos dos indígenas do Brasil, além de um “forte circular de terra” na Ilha de Marajó (1935 [1876]: 78). Não adiantaria, portanto, procurar-se grandes monumentos arqueológicos à sombra das florestas brasileiras, como sugerira von Martius e se obstinara o cônego Benigno.

Ora, o povoamento do Brasil, calculado a partir do estado de civilização inscrito nas estratigrafias destes aterros, efetuou-se mais ou menos há cem mil anos atrás (1935 [1876]: 82). O período geológico a que correspondem, no Brasil, os vestígios humanos, não é muito antigo, como quer Emmanuel Liais (1826-1900), que em seu *Climats, Geologie, Faune et*

Geographie Botanique du Brésil (1872), disse tê-los localizado em depósitos calcários quaternários de várias regiões (1935 [1876]: 78-79). É certo que a sentença de Cuvier sobre a improbabilidade de se achar fósseis humanos em estratos geológicos antigos foi refutada pelas obras de Darwin e Charles Lyell (1935 [1876]: 80). Mas, no caso do Brasil, os artefatos e fósseis estão incravados em jazidas calcáreas cujas camadas estão revolvidas, sendo impossível determinar-lhes a idade (1935 [1876]: 81). Diante desta impossibilidade, deve-se admitir que o povoamento do Brasil ocorreu por volta de cem mil anos atrás, e não há três mil, como postulara Lund. De todo modo, neste terreno da antigüidade do homem no Brasil não se têm certezas, somente hipóteses firmadas em vestígios lingüísticos e arqueológicos. Seria preciso, assim, coligir mais testemunhos arqueológicos, tornar mais ricas as coleções do Museu Nacional, reunir urnas funerárias, crânios e cerâmicas, e olvidar-se as famosas e controversas múmias egípcias (1935 [1876]: 107).

Os indígenas, portanto, têm um passado semi-civilizado e, como tal, possuem, nos dias de hoje, uma certa perícia artística e industrial. Eles não degeneraram. E podem evoluir, sair da idade da Pedra Polida. Diluídos nos atuais cruzamentos que se processaram e se processam no Brasil, resultaram no caipira, no caboré e no gaúcho. Cruzamentos benéficos e revigoradores, geraram raças fortes, propícias para trabalhar nos trópicos (1935 [1876]: 123-133). Conforme já asseverou Armand de Quatrefages (1810-1892), a mestiçagem não degenera a raça (1935 [1876]: 134). Deve-se, pois, catequizar os indígenas, integrá-los à população brasileira, aproveitá-los como elementos para a interiorização da civilização. Ora, esta vontade de catequizar os indígenas, de torná-los civilizados, de filtrar-lhes o sangue para purificá-lo e infundi-lo nas veias de uma nova raça, foi firmada, pelo Barão antropólogo, já no seu romance *Guaianásés* (1902), publicado em 1859. Neste “conto histórico” ambientado na São Paulo do século XVI, há não só um mito de fundação

da cidade paulista, mas também a heroificação do índio, a celebração da ação catequizadora dos jesuítas, a deploração da escravização indígena conduzida pelos colonizadores.

Um projeto geoestratégico detalhadamente definido, contudo, surgiu em 1875, na *Memória sobre as Colônias Militares, Nacionais e Indígenas* (1875). O ex-presidente das províncias de Mato Grosso, Goiás e Pará, neste texto, disserta sobre o recém projeto de reformulação das Colônias Militares – Lei 2.277 de 24 de maio de 1873 –, que “caíram em ruína” durante a Guerra do Paraguai (1875: 5). Para reestruturá-las, Couto de Magalhães, ele mesmo um fundador de Presídios e Colônias Militares na região do Araguaia, propôs que se lhes consagrassem dois fins – o primeiro, militar, seria, de um lado, o de garantir as comunicações entre as províncias do Império; proteger, de outro lado, as populações das regiões interiores dos ataques e ameaças dos selvagens; o segundo, econômico, seria o de promover a ocupação dos terrenos despovoados, a indústria das terras centrais, a riqueza e o progresso da Nação (1875: 3). As Colônias Militares, subordinadas aos Ministérios da Guerra e da Agricultura, favoreceriam a concentração de população nos pontos que interessavam à defesa do país, a utilização do solo da pátria para a agricultura e a criação de gado (1875: 6-18). Economia Política das Colônias Militares: povoar o solo, incrementar a riqueza do interior, assegurar a integridade física do Estado.

Trocando em miúdos, os Presídios e Colônias Militares, para Couto de Magalhães, deveriam impedir que os espanhóis adulterassem os limites das fronteiras nacionais; bloquear as “excursões dos selvagens contra nossas populações”; criar núcleos de população ao longo dos sertões, justamente nos locais estratégicos para ligar o “centro do governo” com as “extremidades” do Império” (1875: 14). Núcleos de população majoritariamente formados por indígenas, pelas raças semi-civilizadas, que evoluiriam se “soldados intérpretes”, convocados pelo Ministério da Guerra, se infiltrassem pelos sertões,

ao lado de um médico e de um padre, para catequizá-los e civilizá-los. O General antropólogo queria que os soldados, dominando a língua Tupi, arrebanhassem as populações indígenas para os limites estreitos das Colônias Militares, para dentro de seus muros. Somente assim o povoamento e a civilização do interior seriam iniciadas (1875: 45-47). As populações indígenas aprenderiam, se se tivesse paciência, o português, como já ia acontecendo no Colégio Santa Isabel, fundado, em 1871, por Couto de Magalhães. Indígenas falando a língua pátria, a língua da unidade nacional, seria vantajoso, “de um incalculável resultado para o futuro”, sobretudo nas fronteiras do “Amapá, do Equador, Venezuela, Peru e Paraguai” (1875: 49).

Não se deve escravizar os indígenas, conforme já se pregava em *Os Guainás* (1902 [1859]), mas pode-se, muito bem, civilizá-los e colonizá-los por meio do Exército. Imperialismo interno. Ora, para os que ponderam “que não se coloniza com o exército, basta olhar para as experiências inglesas na Índia, as dos russos na Ásia e as dos franceses na Argélia” (1875:12). Tempo virá em que o Brasil, como nas colônias russas, francesas e inglesas, construirá estradas de ferro nos desertos (1875: 14). E essa linha tática do pensamento geoestratégico de Couto de Magalhães continua a ser sublinhada em *O Selvagem*. Para o General antropólogo, o Brasil não deveria seguir os exemplos da Argentina, do Chile, Peru e Bolívia, que por descuidarem da civilização de seus selvagens, perderam enormes recursos com a mobilização de exércitos para contê-los em seus furiosos ataques (1935 [1876]: 8-9); nem tampouco pautar-se pela “política” indigenista dos Estados Unidos (*the good Indian was the dead Indian*), a política do extermínio (1935 [1876]: 129-130). Evitar o imposto do sangue indígena como tributo para o povoamento do interior do Brasil, tal foi a tarefa a que se entregou o General antropólogo.

Em boa medida, Couto de Magalhães retoma os projetos de civilização indígena de José Bonifácio e Januário da Cunha Barbosa – a mesma ênfase no estudo das línguas indígenas, na miscigenação, no trabalho diário, no registro controlado das almas e das produções. O General antropólogo, contudo, explicita melhor os objetivos principais de uma boa política indigenista. Em primeiro lugar, o de conquistar duas terças partes do território brasileiro, que não podiam ainda ser pacificamente povoados devido à presença dos indígenas e, assim, assegurar as fronteiras com as bacias do Prata e do Amazonas, do Rios Negro e Branco. Noutros termos, assegurar a ocupação de fronteiras vitais para a unidade política e física do Império e, por conseguinte, abrir estradas para as comunicações com o Peru, a Bolívia e as Guianas Francesas e Holandesas (1935 [1876]: 23-35). Concentrados nas Colônias Militares, os indígenas ajudariam a povoar o território nacional e, num futuro próximo, o Brasil estaria trilhado por estradas de ferro que ligariam o Amazonas ao Rio de Janeiro; formar-se-ia um “*T* colossal”, um *T* vincado por vias férreas, cuja linha horizontal cortaria o sentido longitudinal Nordeste-norte, e a linha vertical o sentido Norte-Sul (1935 [1876]: 208).

Em segundo lugar, os indígenas, civilizados por meio do soldado ou missionário intérprete, representariam, sempre de acordo com o General antropólogo, mais de um milhão de braços aclimatados e úteis às indústrias agropecuárias, extrativas e de transportes. Os braços indígenas seriam mais adequados para interiorizar a civilização, a única raça apta para desbravar e povoar as terras virgens da Nação, prepará-las para a futura chegada dos imigrantes estrangeiros. Concentrados nas Colônias Militares do Norte do Brasil, do Amazonas, do Pará e Tocantins, a raça indígena seria a predecessora natural da raça branca, a importação de colonos estrangeiros, a princípio, serviria somente para as terras já habitadas pela civilização Imperial, mais especificamente, o litoral brasileiro.

Habitar o Norte, povoá-lo e trabalhá-lo com os indígenas, os semeadores da civilização nos territórios inóspitos e selvagens. Germinados e frutificados os preceitos de civilização, restaria misturar o sangue indígena ao sangue do colono estrangeiro, miscigená-los e, neste passo, fortalecer a disposição congênita da futura mão-de-obra operária do Brasil (1935 [1876]: 23-35). Do Norte viria uma raça forte, aclimatada, trabalhadora. Afinal, não se pode esperar que a raça branca conserve “sua superioridade sem esses cruzamentos providenciaes”. (1935 [1876]: 137). Do contrário, como nas cidades do litoral, os brancos que forem para o Norte gerarão apenas descendentes “magros e nervosos” (1935 [1876]: 137). Se cedo ou tarde os indígenas, por uma “lei de seleção natural” (1935 [1876]: 137), desaparecerão, “devemos” ser previdentes, “confundindo parte de seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades necessárias para resistirmos á acção deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil” (1935 [1876]: 137). Deste modo, em breve, uma raça antes de tudo forte, bravos filhos da civilização das selvas, herdeiros robustecidos do I-Juca-Pirama, “descendo do Norte”, revigorariam os mestiços “raqúuticos e neurastênicos do litoral” (Cunha: 1982 [1902]: 81).

Ora, *O Selvagem* é justamente um preparatório para a efetivação das Colônias Militares, para conquista pacífica do território nacional, para a reconfiguração biológica da população brasileira, para a criação de uma metarraça. É um grande “Manual” sobre os selvagens, a ser lido pelos soldados e missionários que interiorizariam a civilização, que auxiliariam o povoamento dos Sertões. Daí a divisão da obra. A segunda parte contém um Curso de Língua Geral dos indígenas, o Tupi, por meio do qual poder-se-ia criar um corpo de intérpretes, capacitando-os para os contatos a serem realizados com os selvagens afim de se trazê-los para as Colônias Militares, ensinar-lhes o português, a ler e a escrever, ministrar-lhes adequadamente os ofícios. O aprendizado do Tupi, portanto, serviria tanto

para as técnicas de persuasão – seduzir os índios para o convívio civilizacional na Colônias Militares – , quanto para as técnicas disciplinares – domesticar os índios por meio do trabalho e da leitura, amansá-los através da pedagogia da agropecuária, da oficina e da escola. A primeira parte, por sua vez, fornece aos soldados colonizadores o universo cultural dos indígenas, sua origem, religião, os grupos que dominam a agricultura e o fogo e os que não dominam, relações de parentesco, lendas e mitologias. Em suma, a pedagogia necessária ao comércio de uma alteridade vantajosa, que facilitaria os contatos, ensinando aos soldados e aos missionários o *como* e o *por quê* dos comportamentos indígenas, sua capacidade de civilização e aprendizado, suas inclinações morais e psicológicas.

Ora, tal dimensão geoestratégica da Arqueologia Imperial, longe de encerrar-se no passado, parece nos dizer muito sobre as idéias e embates que, no presente, forjam nossa identidade nacional.

Conclusão

Arqueologia e Geoestratégia

“... Essa conjectura sobre o Guarani, do crítico da *Gazzeta Musicale*, frustrado porque o selvagem maestro brasileiro não fez uma ópera selvagem, esquece uma premissa básica: a partir do momento em que escreve uma ópera, um artista selvagem deixa, como artista, de ser selvagem. Antiteticamente, Carlos Gomes quer ser reconhecido como grande músico, sem seu país e no ‘mundo civilizado’; tornar-se um artista europeu é o caminho mais rápido e seguro de satisfazer o seu desejo...”
(Fonseca: 1994, 109)

“... O único favor que nos devem fazer os índios é deixarem de comer a carne humana”
(José Bonifácio de Andrada e Silva: 2000, 72)

A Arqueologia nobiliárquica, no final do século XIX e início do XX, foi alvo de ironias literárias e críticas positivistas. Machado de Assis (1839-1908), em dois de seus contos, descreve personagens delirantes, símiles desbotados de *O Alienista*, personagens que caminham sobre a corda bamba da razão, que despencam para a loucura, comparando-os com o cônego Benigno e sua busca da cidade abandonada⁹¹. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, para quem a Arqueologia e a Etnologia de seu tempo dispunham de “conceito crítico brilhante” (Cunha: 1982 [1902]: 49), não deixou passar em branco as “fantasias arqueológicas” ligadas à cidade perdida da Bahia, nem tampouco a “meia-ciência” das versificadas pesquisas etnográficas de Gonçalves Dias⁹². As diatribes de Silvio Romero (1851-1914), por outro lado, atingiram o Diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto (1838-

⁹¹ - Assim Machado o diz: “... Ah! impagável. Quer saber do que mais? Tinha lido o cônego Benigno, e resolveu ir logo ao sertão da Bahia, procurar a cidade misteriosa. Expôs-me o plano, descreveu-me a arquitetura provável da cidade, os templos, os ritos (...)”. *O Anel de Polícrates*, In: Machado de Assis (1986 [1882]: 239). Em outro conto: “... O pai nascera com o amor do enigmático, do obscuro e do anseado; morreu quando aparelhava uma expedição para ir à Bahia descobrir a cidade abandonada ...”. *Manuscrito de um Sacristão*, In: Machado de Assis (1986 [1884]: 545).

⁹² - Assim Euclides da Cunha o diz: “... Como quer que seja, estas rápidas considerações explicam as disparidades de vistas que reinam entre os nossos antropólogos (...) Ora a despeito da grave influência destas, e não a negamos, elas foram entre nós levadas ao exagero, determinando a irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estereis (...). Outros dão maiores largas aos devaneios (...) E arquitetam fantasias que caem ao mais breve choque da crítica; devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas, porque invadem a ciência na vibração rítmica dos versos de Gonçalves Dias...” (Cunha: 1982 [1902], 51). Sobre a cidade abandonada: “... São vulgares naquele trato dos sertões esses aspectos originais da terra. As lendas das ‘cidades encantadas’, na Bahia, que têm conseguido dar à fantasia

1894). Em 1872, Ladislau Neto recebeu, por intermédio do IHGB, uma correspondência assinada por Joaquim Alves da Costa (uma espécie de “precursor” de Katini), na qual figuravam cópias de “caracteres gráficos”. Traduziu-os, concluindo que eram inscrições fenícias. Escreveu para Ernest Renan (1823-1892), comunicando-lhe os resultados de sua “fascinante descoberta”. Constatando, posteriormente, que as inscrições eram apócrifas, retratou-se com o sábio europeu e esclareceu os pormenores do engodo semítico para a imprensa local e internacional⁹³. Mais tarde, em suas *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira* (Neto: 1885), síntese histórica inaugural da disciplina no país, Ladislau Neto estabeleceu uma série de quadros filológico-comparativos entre os grafismos da cerâmica marajoara e as escritas chinesa, egípcia e mexicana. Silvio Romero, furibundo, criticou-o acidamente através da imprensa, lembrando ao público o caso da inscrição apócrifa:

“... O director do Museu Nacional, em suas longas e massudíssimas Investigações sobre a Archeologia Brasileira, deixando de lado o trilho do bom senso, perdeu-se em divagações nocivas e cahiu na verbagem facil de certo scientificismo ao alcanca hoje até dos caixeiros de confeitarias... N’esse andar de beduinismo anthropologico, ele nem formulou hypothese nova sobre a origem do homem americano, nem fortaleceu nenhuma das doutrinas conhecidas (...). Em vez de limitar-se a descrever o material archeologico sujeito a sua analyse, fornecendo assim aos sabios europeus subsidios para comparações futuras, Ladisláu, acoroçoado por não sei que maligno demonio, entrou em hypnotizar-nos em chinez e egipcio, como já d’antes nos embasbacara em phenicio! (...)”.

(Romero: 1886, 5).

Tais críticas “científicas” e ironias literárias foram possíveis porque, depois de 1876, a *Arqueologia do Primitivo*, com mensurações geométricas de artefatos e sítios arqueológicos, sua craniometria e caracterizações evolucionistas dos grupos indígenas, substituiu definitivamente a *Arqueologia nobiliárquica*. Assim é que a expedição do cônego

dos matutos o complemento de sérias indagações de homens estudiosos, originando pesquisas que fora descabido lembrar, não têm outra origem...” (Cunha: 1982 [1902], 183).

⁹³ - Cf. 9^ª Sessão em 13 de setembro de 1872. **RIHGB**, (35): 567, 1872; 12^ª Sessão em 21 de novembro de 1873. **RIHGB**, (36): 599, 1873. Cf., também, a bem documentada análise de Langer (2000: 81-88).

Benigno tornou-se signo de insanidade, a cidade abandonada e as pesquisas etnográficas de Gonçalves Dias viraram devaneios fantasiosos, os paralelos filológicos traçados entre as cerâmicas marajoaras e os alfabetos de “grandes civilizações” se transformaram em hipóteses maliciosamente sopradas por demônios. Essa fortuna crítica do final do século XIX e início do XX, essa visão de uma “Arqueologia do fantástico”, vigente sobretudo durante o I Reinado, não pecou tão logo enunciada. Encontramo-la ainda em meados do século XX, na *Introdução à Antropologia Brasileira* (1943), de Artur Ramos, onde ele identifica as hipóteses bíblicas e mediterrânicas sobre o povoamento do Brasil como míticas, fantasiosas, produtos de uma prática especulativa, pré-científica, em oposição àquela, mais científica, da virada dos anos 1870 (Ramos: 1943, 27-43). Avaliação, aliás, já anteriormente firmada na *Introdução à Arqueologia Brasileira*, de Angyone Costa, que classifica como “material suspeito” a procura de cidades abandonadas e as comparações feitas, no Império, entre grafismos indígenas e civilizações mediterrânicas (Costa: 1980 [1935], 95-106).

Não se trata, claro está, de querer que os analistas anteriores a nós pensassem segundo os nossos critérios. Mas também não é o caso de se pressupor que um saber é uma espécie de maturação orgânica, modelos simples que avançam no tempo e dão lugar a modelos mais sistematizados em conceitos e métodos. Proceder assim seria não só repetir o que já disseram Angyone Costa e Artur Ramos, mas seria, pior ainda, repetir o viés de leitura do próprio período que analisamos. Afinal, é um ponto de vista evolucionista achar-se que um saber é uma unidade discursiva linear em desenvolvimento e progresso, uma unidade que sofre rupturas por fases e eleva um plano conceitual inicial a um plano superior de reflexão. Pelo contrário, as Arqueologias nobiliárquica e do primitivo são tipos diferenciados de discurso, cada qual com suas respectivas regras de formação.

Ambas as Arqueologias, contudo, engrenaram-se aos mesmos mecanismos de poder. Tanto a Arqueologia nobiliárquica quanto a Arqueologia do Primitivo, pelo menos até 1877, foram reguladas por uma geoestratégia, tanto uma quanto a outra construíram discursivamente a entidade política chamada “Brasil”. E é justamente a construção desta entidade “Brasil” o que nos permite encetar um diálogo de nosso presente com o passado, um diálogo de nosso presente como um dos momentos capitais, o Império, em que se formulou nossa identidade física e social. A perspectiva histórica, sobretudo quando se reporta à fabricação de identidades, de regiões, de Nações, é sempre política; ela sempre libera, ainda que tacitamente, a memória dos conflitos e dominações. Identidades físicas e sociais são fronteiras artificiais – fronteiras físicas, resultado de um ato jurídico de delimitação do espaço, apoiadas, muitas vezes, em classificações pretensamente naturais, produzem, na verdade, identidades políticas e margens culturais arbitrariamente impostas; fronteiras étnicas, resultado de um ato de categorização, elas instituem uma realidade, são ficções heurísticas eficazes, impõem maneiras de ser, consagram limites culturais, uma visão e divisão do mundo social.

Assim, a Arqueologia nobiliárquica, durante suas “viagens arqueológicas”, não só buscou vestígios, mas também visou cartografar o espaço, descobrir suas riquezas minerais, topografar rios e montanhas, esmiuçar aquilo a que era conceituado como a antítese da civilização, das regiões povoadas e industriosas, o deserto. É o que se nota, por exemplo, nas justificativas do IHGB à expedição do cônego Benigno. Faziam-se a Etnografia e a Arqueologia dos povos degenerados, mas aproveitava-se a ocasião, como propôs Manuel de Araújo Porto Alegre em suas *Instruções* para a Comissão do Ceará, para também computar estatisticamente o número das populações indígenas intocadas nas matas, o número das produções e das deficiências administrativas das províncias. Conhecer as

populações indígenas e, a par e passo, organizar um saber capaz de promover a unidade física e política do território, capaz de interiorizar a civilização. De outro lado, colecionava-se “objetos archeológicos” não somente para rastrear-lhes as possíveis feições civilizadas cobertas pelo limo das florestas tropicais, as minúsculas réstias de luz sombreadas pelas formas bárbaras dos artefatos, mas também para demarcar o espaço, para materializar as fronteiras da Nação, para circunscrever as raias geopolíticas do país, legitimar a continentalidade do Brasil. Interiorização da civilização, interiorização de uma identidade geográfica.

A Arqueologia do Primitivo, por sua vez, não somente buscou os registros de primitividade e civilização nos artefatos espalhados pelas camadas estratigráficas dos sambaquis, mas também lastrou a antigüidade do espaço “Brasil”. Contrapondo-se à Arqueologia nobiliárquica, a Arqueologia do Primitivo não se limitou a ancorar datações em documentos históricos e lingüísticos, foi além de uma hermenêutica filológico-textual, revolveu os sambaquis e aterros, compulsou suas camadas, cortou-as verticalmente para melhor fixar-lhes a temporalidade horizontal, para calcular o tempo transcorrido desde que os artefatos e o lixo dos “antepassados” primitivos foram nelas despejados. As “atuais” lindes geopolíticas do Estado, neste passo, serviram como ponto de partida para se pensar as rotas de imigração dos primitivos indígenas, populações que ocuparam, “há dois ou três séculos”, ou então há “cem mil anos atrás”, o continente brasileiro. Como a Arqueologia nobiliárquica, a Arqueologia do primitivo lançou hipóteses sobre o povoamento do Brasil, e, fazendo-o, modulou o Brasil numa fôrma ontológica. O continente “mais antigo do planeta”, fulcro das civilizações americanas, germinado por uma raça primitiva que se expandiu dos planaltos mineiros para as cordilheiras andinas; o Brasil, povoado desde a Pré-História, fertilizado com a “raça” original da América, ponto seminal da História

americana, região onde a linhagem da Evolução gerou pequenas ilhas de civilização. E os indígenas, conquanto primitivos ou semi-civilizados, garantiriam, por outro lado, a “atual” demarcação geopolítica do país, agora esteada arqueologicamente. Cercados nos muros das Colônias Militares, falando português, eles, ao mesmo tempo, interiorizariam a civilização e guardariam as fronteiras nacionais; cercados nos muros das Colônias Militares, eles formariam núcleos de povoamento no país, núcleos de colonização que, uma vez postados em locais estratégicos, assentes nas linhas táticas de um grande “T”, uniriam o litoral e o Rio da Prata ao Amazonas, riscariam na Carta do Império os ângulos das longitudes e latitudes do país. O Brasil não deveria ser o Chile do Atlântico.

A identidade social de tão amplo continente, as cores da auto-imagem do território político que seria o “árbitro do Novo Mundo”, tampouco deveria ser pintada com as tintas degeneradas dos indígenas. Assim, a Arqueologia Nobiliárquica inclinou-se para um passado epopéico, um *Epos* arqueológico que daria à História indígena a envergadura de um clássico universal, uma espécie de *Iliada* e *Odisséia*. Os Tupis, assim, a exemplo dos gregos de Homero, teriam tomado de assalto uma Tróia tropical, encarniçando-se com sub-raças e maltas inferiores; teriam partido do Norte, do Caribe, viagem em que, pela primeira vez, conquistou-se o Brasil; ao contrário de Ulisses, contudo, a peripécia dos boreais Tupis não fora um retorno à pátria, nem ao menos uma descoberta primeva, mas o marco histórico da primeira expansão lingüística e cultural de dominação do solo brasileiro, expansão imperial cujos continuadores e herdeiros seriam a “atual” elite do Império. Um passado monumental para o presente de um país continental. O significado da palavra Brasil, o conteúdo abstrato de sua continentalidade, de suas pujantes florestas semi-povoadas, de suas riquezas ocultas, deveria, pois, tornar-se conceito, adquirir uma

materialidade tangível, tanto na forma de artefatos rudimentares, quanto na forma de soberbos monumentos e cidades.

Se a Arqueologia do primitivo não invalidou totalmente esta epopéia Tupi, não obstante compôs uma outra interpretação para o passado dos grupos indígenas. Após Gonçalves Dias, o ancestral “nobre” e mediterrânico dos indígenas “brasileiros” tornou-se um arqueológico presente de grego. Uma brincadeira ou armadilha apócrifas, ao estilo de Katini ou de Joaquim Alves da Costa. Descartada a possibilidade de existirem monumentos gloriosos em solo pátrio, o indígena, pois, ganha o estatuto de primitivo, laço primordial da Evolução americana. Assim, o Botocudo transforma-se não no avesso daquele que foi alçado, pela Literatura indigenista, à símbolo da identidade nacional, o Tupi, mas simplesmente na raça primitiva, habitante primeiro da América. O Botocudo torna-se a prova de que o Brasil foi um dos celeiros da criação da Humanidade. Dolicocéfalo, o Botocudo tem os traços distintivos que acoplam a unidade racial do continente americano, é a prova que valida as proposições de Lund, mostra que o Brasil, continente mais antigo do planeta, foi fecundado por uma raça pré-histórica originária, raça infantil, congelada no tempo evolutivo, próxima ao orangotango, fóssil vivo, habitante de um deserto onde a civilização não vicejou. E, do outro lado da moeda, raça a partir da qual se formaram, em meio à concuspiscente miscigenação com povos asiáticos, raças adolescentes, cujos perfis um pouco mais humanizados se confundiram com silhuetas ainda primatas. Os Tupis, por sua vez, tenham vindo eles do Norte ou do Sul, são meramente uma raça que galgou, no transcurso de longas migrações e miscigenações, uma condição mais social, afixando-se num degrau um pouco mais avançado da Evolução, a Idade da Pedra Polida. Tupis e Botocudos não são a verdade antinômica da identidade nacional. Seus diferentes graus de Evolução, para a Arqueologia do Primitivo, importam menos como seleção dos que devem

ou não figurar na identidade histórica da Nação, e mais como seleção daqueles que podem ser trazidos à civilização – isto é, daqueles que podem ser melhor aproveitados como sucedâneos à mão-de-obra escrava, daqueles com melhor potencial para fomentar o progresso material do Império, daqueles cuja compleição física e hereditária melhor favoreceriam a recomposição biológica da população brasileira.

Arqueologia e Geoestratégia. Equação cujos valores reúnem não só uma ontologia físico-social da Nação, mas também o domínio de um biopoder, de uma assunção do poder pela vida das populações indígenas. Um biopoder que se exerce em torno ao binômio território-população, e cujo gabarito de inteligibilidade é o problema da aliança e da antropofagia. De modo que a população indígena é aquela que deve ser catequizada pela oração católica e pelo léxico português, domesticada pelo trabalho, miscigenada com os “brancos”. Deve ser civilizada, mas que se relegue os adultos, em sua maioria perdidos para a civilização, e que se eduque as crianças, em cujas almas ainda imaculadas de selvageria se poderá inculcar o cristianismo e regras de civilidade. Que se mensure, ademais, os seus corpos e sua inteligência, que se decalque a anatomia de uma raça por meio da heliografia, para assim melhor medir, não sem dispensar o auxílio do dinamômetro, sua força física e intelectual. Só então se poderá selecionar os mais aptos para o trabalho, para engrossar as fileiras hierarquizadas da civilização imperial, para pactuar politicamente com as elites do Império. Quando isto não for possível, que se use da “força”, que não se evite o “choque” da civilização com a barbárie, que legitimamente se declare guerra aos degenerados; ou então, de um modo mais suave, que se oriente sua franca degeneração para os benefícios propósitos sociais do Estado Imperial, para a interiorização da civilização.

Direito de declarar a guerra, Direito de miscigenar. Afinal, a Arqueologia do Primitivo comprova-o, os antepassados das populações indígenas habitavam moradias

mefíticas, se lambuzavam com a carne de seus semelhantes, aos quais nem ao menos homenageavam com rituais condignos de enterramento. Desconheciam, grosso modo, a agricultura, o trabalho metódico e regular, viviam pilhando os recursos naturais. Numa palavra, túbias eram as suas regras de aliança social. Mas, em alguns casos, mesmo estando há centenas de anos na Idade da Pedra Polida, possuem sangue perfectível, podendo-se misturá-lo ao civilizado sangue dos imigrantes estrangeiros. E, se cercados nos muros das Colônias militares, tais populações, graças aos seus anticorpos hereditariamente transmitidos ao longo da secular luta pela sobrevivência contra uma Natureza inóspita, seriam as reservas biológicas para os futuros cruzamentos com os “brancos”, para a formação de uma nova “raça”, uma metarraça brasileira, uma população nacional regenerada, futura mão-de-obra operária das terras centrais e do Norte do país. As Colônias militares, campos de trabalho e de civilização, são também laboratórios de cruzamentos raciais, lugar onde congenitamente se formaria uma população robustecida para enfrentar o clima inter-tropical. Numa palavra, pode-se dizê-lo, as Colônias Militares são núcleos de biocolonização.

Ora, as Arqueologias nobiliárquica e do primitivo intentaram, cada uma a seu modo, contruir uma idéia de Brasil que, sem dúvida, serve-nos para dialogarmos com o nosso presente. Assim, nos dias que correm, veicula-se, nos discursos oficiais e na grande mídia, a idéia de que o Brasil, gigante continental cheio de bonomia, é um caldeirão de mistura de raças. O paraíso, grande éden sem serpente e sem conflitos, onde as etnias, reunidas numa pletora folclórica e festiva que se estende do Oiapoque ao Chuí, se confraternizam, anulam suas diferenças e formam o *ethos* brasileiro. Idéia lastrada em obras como *Raízes do Brasil*, onde se pode ler que “nossa revolução democrática”, a despeito de nosso personalismo exagerado, de nosso apego bizantino aos livros e nossa oligarquia aristocrática, ainda

vingará, dentre outros fatores, graças à “relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor” (Holanda: 1994 [1936], 139). É essa interpretação que, em circulações reiteradas na grande mídia, incute na população o mito da democracia racial, do povo pacífico, luso e católico. Interpretação que ganha força ainda maior, numa certa leitura, num certo viés da obra de Gilberto Freyre. Autor que, falando a partir do Nordeste brasileiro, tece uma História indivisa, um espaço e um tempo ininterruptos, sem dispersão, com poucas feridas e cicatrizes, tendo apenas uma unidade profunda, em meio a qual, dos subterrâneos teleológicos da História, brota uma tradição ligada ao presente, um grande rizoma em que se ramifica a formação racial do povo brasileiro – sua cor morena, seu caráter dionisíaco, seus gestos e gostos.

A acreditar-se em Hobsbawm, vivemos numa época em que o presente é veloz em sua continuidade, um presente que destrói o passado e os mecanismos sociais que ligam nossas experiências às das gerações pretéritas (Hobsbawm: 1995, 13). Se é verdade que toda memória histórica exige não somente o erro, mas também o apagamento e a ocultação, compreende-se que, ainda hoje, se pinte o Brasil como o gigante da democracia racial, que se elimine do presente o tratamento tradicional dado aos indígenas por nossa historiografia. Assim, Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial* (2000), originalmente publicado em 1911, ainda reproduzia enunciados correntes das Arqueologias nobiliárquica e do Primitivo – os indígenas vivendo em guerras e fissiparidades permanentes, incapazes de domesticar animais de grande porte, de inteligência cooperativa e ação incorporada, regozijando-se no ritual antropofágico (Abreu: 2000 [1911], 39-41). Ainda em 1911, Oliveira Lima, em suas conferências na Sorbonne, lembrou aos franceses, para rejeitá-las como “trevas de fábulas”, as hipóteses de povoamento da Arqueologia nobiliárquica (Lima: 2000 [1911], 44). Com maior vigor, repudiou a idealização romântica do “indígena

brasileiro”, pois, convenhamos, a “mistura de raças aborígenes não possuem afinal nenhuma influência sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira” (Lima: 2000 [1911], 45).

Mas o que o presente histórico destrói ou elide é, sobretudo, a porção daquelas interpretações que justamente mais embasaram o nosso mito da democracia racial. De maneira que, em Sérgio Buarque de Holanda, ouve-se o eco longínquo do francês de Oliveira Lima, pois os indígenas, assim como os negros, se aglutinaram à “plasticidade social” dos portugueses, foram “matéria que se sujeitou mal ou bem” a um domínio “brando e mole”, em que “nem o contato e a mistura de raças” apagou a alma comum de nossa nacionalidade essencialmente ibérica (Holanda: 1994 [1936]:11 e 22). Do mesmo modo, em Gilberto Freyre, vê-se que os indígenas ofereceram aos portugueses uma resistência de “vegetal”, em oposição àquela que encontraram os espanhóis ante as culturas maias, astecas e incas, feita de “bronze”. É que os indígenas, no Brasil, pertenciam a uma das populações mais “rasteiras do continente”, eram “bandos de crianças grandes”, uma cultura ainda “verde e incipiente, ainda na primeira dentição” (Freyre: 1946 [1933], 204). Híbrida desde o início, a sociedade brasileira, para Gilberto Freyre, se constituiu “harmoniosamente quanto às relações de raça” (Freyre: 1946 [1933], 206), mas não obstante só aproveitou dos indígenas muito pouco para a formação da família patriarcal brasileira. Aos homens, somente o papel de desbravar os sertões; às mulheres, unicamente as funções sexuais, higiênicas e alimentícias – as cunhãs temperaram o gosto dos portugueses com seu mingau e mandioca cozidos em panelas de barro, lhes ensinaram o banho diário e, por considerações priápicas, juntaram-se a eles, satisfeitas (Freyre: 1946 [1933], pgs 207 e segs).

O Brasil, de algum modo, sempre se recusa a ser definido. Afinal, as identidades se constituem não apenas por aquilo a que se defende e com quem se quer estar, mas principalmente por quem se é contra ou está manifestamente contrário àquele com quem se está – o Outro (*otherness*, diz-se no jargão dos modernos estudos de identidades), um inimigo declarado, um grande rival da civilização, um grupo a que se tem como degenerado, fossilizado, primitivo, canibal; um grupo que pouca resistência opôs à fusão inicial do que viria a ser o Brasil, resistência de vegetal, matéria disforme que facilmente se conformou aos anelos do conquistador português. A impressão que se tem, ao se estudar a História do Brasil, ao se fazer a História de um saber que, em seus enunciados, modulou uma ontologia da Nação, é que só se consegue definir o Brasil por meio daquilo que tradicionalmente se excluiu. Por meio da compreensão de que, durante o Império, as Arqueologias nobiliárquica e do primitivo quiseram reter o indígena, primeiro, como um ente “nobre”, acomodável à genealogia de uma Nação civilizada, e, depois, como um ente primitivo, somente em casos específicos recuperável para a História da Nação e para a civilização; por meio da compreensão de que, durante o Império, um saber, como a Arqueologia, tenha visto o indígena como raça a ser transformada pelo trabalho, modificada pela disciplina das Colônias Militares, como elemento propício à regeneração genética da população brasileira, podemos entender como, ainda hoje, somos uma Nação que se quer “branca”, uma Nação que legitima suas distâncias e exclusões sociais em nome de um projeto de “modernidade” sempre voltado para o futuro, lugar onde, utopia continuamente renovada, nossa “plasticidade social” não mais rejeitará suas profundas clivagens, nossa democracia racial finalmente prosperará, acrescentará à nossa tolerância entre “raças” uma melhor igualdade jurídica e econômica. Diante disso, compreende-se perfeitamente que guardemos na Memória Nacional parte das interpretações de Gilberto Freyre e Sérgio

Buarque de Holanda, mas que apaguemos, em contrapartida, a Arqueologia Imperial e toda a carga de suas visões e projetos racistas. Lembramos do poeta Gonçalves Dias, dos versos imortalizados de *I-Juca Pirama e Deprecação*; esquecemos o etnógrafo Gonçalves Dias, os enunciados que recomendavam o “choque” da civilização com a barbárie ou o direcionamento desejável da degeneração indígena.

Mas a História é uma memorialista profissional. Ela existe para lembrar o que preferimos esquecer, para rememorar aquilo que os discursos oficiais e a grande mídia se esforçam por elidir. Assim, como segundo ponto deste diálogo entre nosso presente e nosso passado, podemos lembrar que em torno das fronteiras brasileiras – das fronteiras que a Arqueologia Imperial procurou fixar os limites com marcos fósseis e arqueológicos – ainda se processam as lutas pelo domínio de seu território, em nome do qual os indígenas continuam a ser excluídos e exterminados. A festa identitária de Comemoração dos 500 anos do Brasil mostrou de sobejo qual é o lugar dos índios na identidade nacional, estes “outros brasileiros” que, durante a Marcha Indígena 2000, foram tratados a cassetetes e bombas de “efeito moral”. Tratamento que nos dá uma vívida ilustração das razões por que os indígenas, de Norte a Sul, se confundem com os camponeses sem terra, lutam pela demarcação de seus territórios, e rejeitam, ato contínuo, a tutela da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (Chaim: 2000).

É que nossa “democracia racial”, ao longo dos anos, não deixou de possuir seguidores de Varnhagen e José Vieira Couto de Magalhães. Assim, em 1896, uma corajosa professora primária, Leolinda Daltro, partiu do Rio de Janeiro em direção à Goiás, onde permaneceu até 1908, no intuito de catequizar e domesticar os indígenas da região, de civilizá-los. Suas memórias, livro hoje raro e esquecido, contém, além de uma compilação de documentos escritos (cartas e transcrições de artigos de jornais), uma série de fotografias

que eternizam o sonho de Vieira Couto – Guaranis, Cherentes, Caraós, Guajajaras e Bororós vivendo na comunhão de uma mesma “aldeia”, em casas de alvenaria, vestidos à *belle époque*, fiando e tecendo, posando com livros à mão, educandos da professora Leolinda Daltro aprendendo a falar e a escrever o português. Não por acaso, o livro é dedicado a José Vieira Couto de Magalhães, “estadista de largo descortino”, que deu o “primeiro passo para a catechese dos índios” (Daltro: 1920, p. XII). Mas, enquanto Leolinda Daltro, de volta ao Rio de Janeiro, participava da recém fundada *Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil* (1908), Hermann von Ihering (1850-1930), Diretor do Museu Paulista, propunha, em artigo publicado em 1911, a criação, no Brasil, de uma instituição similar ao *Bureau of American Ethnology*⁹⁴. Espelhando-se no exemplo dos Estados Unidos, von Ihering acreditava que tal instituição, ligada ao Estado, encaminharia, por meio do conhecimento positivo dos indígenas, soluções práticas para a incorporação dos braços silvícolas na colonização dos territórios paulistas ainda inexplorados. Do contrário, não haveria outra solução senão exterminá-los, e assim assegurar a marcha ascendente da civilização do interior livrando-se dos “índios bravios” (Ihering: 1911).

Se von Ihering, com seu evolucionismo, lembra-nos a proposta de Varnhagen, os anos 1990, preparando-nos para um novo século, apresentam outras correlações, não menos surpreendentes. Não faz muito tempo, numa conferência sobre política indigenista pronunciada para o Exército, o decano cientista político, ex-ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Collor, e ex-conselheiro de Fernando Henrique Cardoso à campanha presidencial de 1994, o Dr. Hélio Jaguaribe, declarou que o “destino histórico do índio brasileiro”, que infelizmente ainda vive em pleno Neolítico, “é deixar de ser índio e se tornar um cidadão brasileiro (Jaguaribe: 1994, 3). Ora, também Vieira Couto, outro

⁹⁴ - Sobre o Bureau of American Ethnology, Cf. Trigger (1990: 125-126).

cientista e estadista, declarara, também através de um crivo evolucionista, que a “pobre raça aborigene, (...), pela inflexível lei da seleção natural, ha de estar daqui a alguns annos perdida e confundida dentro da nacionalidade brasileira” (Couto de Magalhães: 1935 [1876], 213). Curiosa permanência a se observar, ao longo da História do Brasil, essa tentativa de se juntar o velho ao novo, de modo a que as rupturas sejam evitadas. O discurso oficial e a grande mídia, com seus reiterados apelos pela idéia de uma democracia racial, parecem declamar, em surdina, uma paráfrase de José Bonifácio – o único favor que nos devem fazer os índios é o de se contentarem com as terras que lhes damos.

Acervos Consultados

Arquivo Nacional - Rio de Janeiro.
Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro.
Biblioteca do IEL-Unicamp, Setor de Obras Raras - Campinas
Biblioteca Central-Unicamp, Setor de Obras Raras - Campinas
Biblioteca do MAE-USP - São Paulo
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Rio de Janeiro

Fontes (Literatura Oitocentista)

RIHGB: 1, 1839-1877
Museu Nacional: 1-2, 1876-1877
Ensaio de Ciência: 1, 1876

ALEGRE, Manoel de Araujo Porto & BARBOSA, Januário da Cunha.
 1839. Relatório sobre a Inscrição da Gávea. **RIHGB**, (1): 98-103.

ALEGRE, Manoel de Araujo Porto.
 1841. Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense. **RIHGB**, (3): 547-557.
 1856. Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem. **RIHGB**, (19): 68-74.

ALEMÃO, Francisco Freire.
 1856. Seção Botânica. **RIHGB**, (19): 43-44.

ALENCAR, José de
 S/D [1865]. **Iracema**. São Paulo: Solimões.
 S/D [1874]. **Ubirajara**. São Paulo: Solimões.
 S/D. **Crônicas Escolhidas**. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de.
 2000 [1823]. Apontamentos para os Índios bravos do Império do Brasil. In: **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, p. 47-79.

ASSIS, Machado de.
 1986 [1882]. O Anel de Polícrates. In: *Papéis Avulsos. Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol II, p. 237-241.
 1986 [1884]. Manuscrito de um Sacristão. In: *Histórias sem Data. Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol II, p. 544-547.

BATISTA de OLIVEIRA, Cândido.
 1856. Seção Astronômica e Geográfica. **RIHGB**, (19): 62-68.

BARBOSA, Januário da Cunha.
 1839a. Lembrança: Do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, (1): 141-143.

1839b. Discurso. **RIHGB**, (1): 10-21.

1839c. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira. **RIHGB**, (1): 159-169.

1839d. Advertência. **RIHGB**, (1): 193-200

1840a. Relatório do Secretário Perpétuo. **RIHGB**, (2): 13-33.

1840b. Qual seria hoje o melhor sistema para colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos jesuítas, fundando na propagação do cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais? **RIHGB**, (2): 3-18.

1841. Relatório dos trabalhos do Instituto no terceiro ano social. **RIHGB**, (3): 521-37, 1841.

1843. Relatório lido no ato de solenizar-se o 5º Aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, (5): 4-30.

BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz.

1856. Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil. **RIHGB**, (21): 33-91.

CAPANEMA, Guilherme Söch.

1856. Seção Geológica e Mineralógica. **RIHGB**, (19): 44-49.

1865. Parecer sobre as Investigações do Sr. Conde La Hure nos sambaquis. **RIHGB**, (28): 283-284.

1876. Os Sambaquis. **Ensaios de Ciência**, (1): 81-89.

CARVALHO E CUNHA, Benigno José de.

1841. Memória sobre a situação da cidade abandonada, que se diz descoberta nos sertões do Brasil pro certos aventureiros em 1753, na conformidade da Relação por eles escrita, e publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1839, e segundo as observações por mim feitas, e informações que colhi aqui e na minha viagem a Valença em 4 de fevereiro do corrente ano de 1841. **RIHGB**, (3): 197-203.

1842. Carta escrita ao primeiro secretário perpétuo do Instituto pelo sócio correspondente o Sr. cônego Benigno José de Carvalho e Cunha. **RIHGB**, (4): 399-402.

1844. Correspondências. **RIHGB**, (6): 326-329.

1845. Ofício do Sr. Benigno ao Exm. Presidente da Bahia, o Sr. Tenente General Andrea, sobre a cidade abandona que há três anos procura no sertão desta província. **RIHGB**, (7): 102-105.

CLAUSSEN, Pedro

1839. Carta de Pedro Claussen ao cônego Januário da Cunha Barbosa referindo-se a sua viagem até Matosinhos, na Província de Minas Gerais, onde foi copiar as pinturas de Índios e remetendo quatro desenhos e informações sobre os mesmos. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1839. **IHGB**, lata 138, doc. 48.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira.

1873. Ensaio de Antropologia. **RIHGB**, (36): 359-516.

1875. **Memória sobre as Colônias Militares, Nacionais e Indígenas**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma.

1902 [1859]. **Os Guayanás**. São Paulo: Tipografia Espíndola, Siqueira e Companhia.

1935 [1876]. **O Selvagem**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

DARWIN, Charles.

S/D [1859]. **The Origin of Species**. New York: The Modern Library.

DIAS, Gonçalves.

1853. Exames nos Arquivos dos Mosteiros e das Repartições Públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. **RIHGB**, (16): 377-391.

1855. Amazonas. **RIHGB**, (18): 5-66

1867. Brasil e Oceania. **RIHGB**, (30): 5-271.

1965. Dicionário da Língua Tupi: também chamada Língua Geral dos indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: São José.

1997. **Poemas**. São Paulo: Publifolha.

ERVEN, Jacob van

1845. Carta de Jacob van Erven oferecendo uma coleção de fósseis encontrados em terreno conhecido como lavras de ouro de Santa Rita de Cantagalo; e agradecendo ao Instituto o título de sócio correspondente que lhe conferiu o IHGB. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1845. **IHGB**, lata 138, pasta 55.

FIGUEIRAS, Caetano Alves de Souza.

1856. Reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brasil em Geral. **RIHGB**, (19): 328-424.

FILHO, José de Saldanha da Gama.

1866. Parecer sobre o trabalho do Sr. Conde de La Hure. **RIHGB**, (29): 155-121.

GUIMARÃES, José da Silva.

1844. Sobre os usos, costumes e linguagem dos Apicás. **RIHGB**, (6): 305-325.

HARTT, Charles Frederick.

1876a. Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 45-53.

1876b. Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 21-25.

JOMARD, M.

1847. Notícia sobre os Botocudos. **RIHGB**, (9): 107-113.

LACERDA, João Batista.

1876. Contribuições para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 77-83.

LACERDA, João Batista; PEIXOTO, Rodrigues.

1876. Contribuições para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas do Brasil: os Botocudos. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 47-75.

LAGOS, Manuel Ferreira

1840. Notícia sobre a obra intitulada *Antiquitates Americanae, Scriptores Septentrionales: Rerum Ante-Columbianarum in America*. **RIHGB**, (2): 202-207.

1844. Relatório dos Trabalhos do Instituto no sexto ano acadêmico. **RIHGB**, (6): 1844.

1849. Relatório dos Trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico. **RIHGB**, (11): 89-147.

1856. Seção Zoológica. **RIHGB**, (19): 50-61.

LA HURE, Conde de.

1865. Considerations Sommaires sur L'Origine des Amas de Coquillages de la Côte du Brésil. Dona Francisca (SC), 10. 02. 1865. **IHGB**, lata 15, pasta 9 (manuscrito).

1866. Penedos de diodoritos do vale Paraíba do Sul. **RIHGB**, (29): 422-29.

LIAIS, Emmanuel.

1872. **Climats, Geologie, Faune et Geographie Botanique du Brésil**. Paris: Garnier.

LISBOA, Bento da Silva e MONCORVO, J. D. de Ataíde

1839. Juízo sobre a obra intitulada *Histoire des Relations Commerciales sur la France et le Brésil*, por Horace Say. **RIHGB**, (1): 320-326.

LUND, Peter Wilhelm

1842. Carta Escrita de Lagoa Santa (Minas Gerais), ao Sr. 1º Secretário do Instituto, pelo sócio honorário Sr. Dr. Lund. **RIHGB**, (4): 80-87.

1844. Carta do Dr. Lund, escrita de Lagoa Santa (Minas Gerais) a 21 de abril de 1844. **RIHGB**, (6): 334-342.

1950 [1844]. Notícia sobre as Ossadas Humanas Fósseis Achadas numa Caverna do Brasil. In: **Memórias sobre a Paleontologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

1845. Carta do Dr. Lund ao Secretário Manoel Ferreira Lagos, comunicando a remessa de uma coleção de ossos humanos fósseis, inclusive o famoso crânio. Lagoa Santa, 28 de junho de 1845. **IHGB**, lata 177, doc. 40.

LYELL, Charles.

1990 [1833]. **Principles of Geology**. Chicago: University of Chicago.

MACHADO, João da Silva (Barão de Antonina)

1847. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivaby, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Sr. Barão de Antonina. **RIHGB**, (9): 17-42.

1848. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato-Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo Sr. João Henrique Elliot. **RIHGB**, (10): 153-177.

1856. Vocabulário dos Índios Cayuás. **RIHGB**, (19): 448-474.

MACEDO, Joaquim Manoel de.

1852. Relatório do 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico por ocasião das comemorações do aniversário da Instituição. **RIHGB**, (15): 480-512.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de

1848. A Balaiada. **RIHGB**, (10): 149-57.

1856. **A Confederação dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Dois de Dezembro de Paula Brito – Impressor da Casa Imperial.

1860. Os Índigenas do Brasil perante à História. **RIHGB**, (23): 3-63.

MARTIUS, K. P. von

1844. Como se Deve Escrever a História do Brasil. **RIHGB**, (6): 389-411.

1905 [1838]. *Etnografia Americana: O Passado e o Futuro do Homem Americano*. **RIHGSP**, (9): 534-62.

1907 [1832]. O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil. **RIHGSP**, (11): 20-82.

MATOS, José da Cunha.

1839. Breve Notícia sobre a Criação de um Instituto Histórico e Geográfico. **RIHGB**, (1): 5-8

MATTOS, João Wilkens.

1856. Alguns Esclarecimentos sobre as Missões da Província do Amazonas. **RIHGB**, (19): 124-130.

NETO, Ladislau.

1876. Carta a Charles Wiener. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 1-2.

1877. Apontamentos sobre os Tembetás. **Arquivos do Museu Nacional**, (2): 105-163.

1885. Investigações sobre a Arqueologia Brasileira. **Arquivos do Museu Nacional**, (6): 257-553.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de

1842. Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil? **RIHGB**, (4): 168-201.

1844. Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única divindade, ou se a sua religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na imortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribos? No caso da afirmativa, em que diferencavam eles entre si? **RIHGB**, (6): 133-155.

1846. Notícia Raciocinada sobre as aldeias de Índios da Província de São Paulo, desde o seu começo até a atualidade. **RIHGB**, (8): 204-250.

PENA, Domingos Soares Ferreira.

1876. Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 85-99.

1877. Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará. **Arquivos do Museu Nacional**, (2): 47-76.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes

1839a. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das idéias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. **RIHGB**, (1): 77-97.

1839b. Discurso do Presidente. **RIHGB**, (1): 207-271.

1842. Discurso do Presidente. **RIHGB**, (4): 1-4.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes.

1866. Parecer sobre a memória do Conde de La Hure, relativa às inscrições achadas na ruínas de uma cidade incógnita nos sertões da Bahia. **RIHGB**, (29): 373-390.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva

1841. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil. **RIHGB**, (3): 149-157.

1846. Carta de Rodrigo de Souza da Silva Pontes referindo-se à compra de uma caixa de ossos fósseis pertencente a Joaquim Chicoli. Montevidéo, 25 de junho de 1846. **IHGB**, lata 177, pasta 54.

PONTES, R. S. da Silva & VIANA, C. J. Araujo

1839. Juízo sobre a História do Brasil (publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constâncio). **RIHGB**, (1): 103-108.

PRADO, Francisco Rodrigues do

1839 [1795]. Índios Cavaleiros ou Nação Guaicuru. **RIHGB**, (1): 25-57.

RAFN, Carl Christian.

1840. Memória sobre o Descobrimento da América no Século Décimo. (Tradução: Manoel Ferreira Lagos). **RIHGB**, (2): 208-234.

1845. Museu de Antigüidades Americanas, fundando em Copenhagen pela Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sob proposta de seu secretário, membro do Instituto. (Tradução: Manoel Ferreira Lagos). **RIHGB**, (7): 94-101, 1845.

RATH, Carl.

1871. Notícia Etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio universal. **RIHGB**, (34): 287-292.

REBELLO, José Silvestre.

1839. Quais são as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que habitavam as províncias litorais do Brasil: se entre essas causas se deve enumerar a expulsão dos jesuítas, que pareciam melhor saber o sistema de civilizar os indígenas? **IHGB**, lata 45, doc. 16.

1840. Discurso sobre a Palavra Brasil. **RIHGB**, (2):622-27.

1841. Qual era a forma porque os jesuítas administravam as povoações de Índios que estavam a seu cargo? **IHGB**, lata 45, doc. 41.

RIBEIRO, Duarte da Ponte; SIGAUD; VILARDEBO.

1846. Explicação das estampas que representam os ossos remetidos pelo Sr. van Erven. **RIHGB**, (7): 518-24.

RODRIGUES, João Barbosa.

1876a. Antigüidades do Amazonas. **Ensaio de Ciência**, (1): 93-125.

1876b. Antigüidades do Amazonas: arte cerâmica. **Ensaio de Ciência**, (2): 3-23.

RODRIGUES, Manoel Oliveira.

1848. Novos Indícios sobre da existência de uma povoação abandonada no interior da província. **RIHGB**, (10): 363-73

ROMERO, Sílvio.

1886. O Sr. Ladisláu Netto e a Archeologia Brasileira. **Suplemento Crítico da Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 25 de março de 1886, p. 5-9.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e

1849. Dissertação Histórica, Etnográfica e Política. **RIHGB**, (12): 143-257.

SILVA, Antonio Vaz da.

1845. Carta de Antonio Vaz da Silva ao cônego Januário da Cunha Barbosa, comunicando a remessa de armas e instrumentos domésticos dos extintos índios, especialmente um arco de madeira muito antigo. Sabará, 20 de março de 1845. **IHGB**, lata 177, doc. 45.

SOUZA e SILVA, Joaquim Norberto de

1854. Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro. **RIHGB**, (17): 109-552.

TOCANTINS, Antonio Manoel Gonçalves.

1876. Arqueologia: Relíquias de uma grande tribo extinta. **RIHGB**, (39): 51-64.

TUGGIA, Rafael.

1856. Mapas dos Índios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Teresa Cristina no Rio Tocantins. **RIHGB**, (19): 199-124.

VARNHAGEN, F. A.

1841. Sobre a Necessidade do Estudo e Ensino das Línguas Indígenas do Brasil. **RIHGB**, (3): 53-63.

1849. Etnografia Indígena: Línguas, Emigrações e Arqueologia – Padrão de Mármore dos Primeiros Descobridores. **RIHGB**, (11): 366-376.

1851. Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes; escrita por ordem do Ex. Sr. Conselheiro José Paulino Soares de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estangeiros. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1851. **IHGB**, lata 340, pasta 6.

1975 [1854]. **História Geral do Brasil**. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos.

VELLOSO, José Maria da Conceição

1868. Biografia: Cuvier. **RIHGB**, (31): 18-35.

WARDEN.

1843. Investigações sobre as povoações primitivas da América, publicada na obra intitulada – Antigüidades Mexicanas – 3 Vol., Paris, 1834. (Tradução: Januário da Cunha Barbosa). **RIHGB**, (5): 199-219.

WIENER, Charles.

1876. Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. **Arquivos do Museu Nacional**, (1): 3-20.

ZALUAR, Augusto Emílio

1994 [1875]. **O Doutor Benignus**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de.

2000 [1911]. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Publifolha.

ACCIOLY, H.

1938. **Limites do Brasil: A Fronteira do Brasil com o Paraguai**. São Paulo: Nacional.

ACUTO, F. A.

1999. Paisajes cambiantes: la dominación Inka en el valle Calchaquí Norte (Argentina). In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNY, I. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. **Revista do MAE**, Suplemento 3: p. 143-160.

ADORNO, T. e HORKHEIMER

1996. O Conceito de Iluminismo. In: **Adorno**. São Paulo: Abril Cultural (Col. "Os Pensadores"), p. 17-64.

ALLEN, S. J.

1998. A "Cultural Mosaic" at Palmares? Grappling with the Historical Archaeology of a seventeenth-Century Brazilian Quilombo. In: FUNARI, P. P. A. (org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH, p. 141-178.

ALMEIDA, R. H. de.

1997. **O Diretório dos Índios**. Brasília: Editora da UNB.

- ARRUDA, G.
1998. Todos os Caminhos levam ao Brasil? In: FUNARI, P. P. A. (org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH, p. 107-140.
- ASAD, T.
1973. **Anthropology and the Colonial Encounter**. London: Ithaca Press.
1994. Ethnographic Representation, Statistics and Modern Power. **Social Research**, (61): 1, 55-88.
- AZEVEDO, F.
1956. **As Ciências no Brasil**. II vol. São Paulo: Melhoramentos.
- AZEVEDO, T.
1989. O Pensamento Antropológico. **Revista do Pensamento Brasileiro**, (1): 1, 62-67.
- BACHELARD, G.
1996. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BALDUS, Herbert.
1968. Introdução. In: **Spix e Martius. Viagem pelo Brasil (1871-1820)**. São Paulo: Melhoramentos, p. 5-14.
- BANDINELLI, R. B.
1994. A História da Arte como Interpretação Histórica da Forma. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, (1): 227-240.
- BARAM, U.
1999. Clay Tobacco Pipes and Coffee Cup Sherds in The Archaeology of the Middle East: Artifacts of Social Tensions from the Ottoman Past. **Internacional Journal of Historical Archaeology**, 3 (3): 137-151.
- BARRETO, M. V.
1992. História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, (8): 203-293.
- BARRETO, C.
1998. Brazilian Archaeology from a Brazilian Perspective. **Antiquity**, (72): 573-581.
1999. Arqueologia Brasileira: Uma perspectiva histórica e comparada. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*. **Revista do MAE**, Suplemento 3: : 201-212.
1999/2000. A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve História da Arqueologia no Brasil. **Revista da USP**, (44): 32-51.
- BENJAMIN, Walter.
1991 [1940]. Teses sobre Filosofia da História. In: KOTHE, F. R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, p. 153-164.
- BERNAL, I
1980. **A History of Mexican Archaeology**. New York: Thames and Hudson.
- BLANCKAERT, C.

1993. Buffon and the Natural History of Man: writing History and the “foundational myth of Anthropology. **History of the Human Sciences**, (6): 1, 13-50.

BOURDIEU, P.

1998. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CALLARI, C. R.

2001. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, (21): 40, 59-83.

CANETTI, E.

1995. **Massa e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras.

CANGUILHEM, G.

1979. **Le Normal et Pathologique**. Paris: Presses Universitaires de France.

CAROL, A.

1995. **Histoire de L'Eugénisme en France**. Paris: Éditions du Seuil.

CARROL, L.

1999. Could've Been a Contender: The Making and Breaking of “China” in the Ottoman Empire. **Internacional Journal of Historical Archaeology**, 3 (3): 177-190.

CARVALHO, J. M. de

1981. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Brasília: Editora da UNB.

1988. **Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro/São Paulo: Iuperj/Vértice.

CHAIM, C.

2000. Índios querem liberdade e dispensam tutela da Funai. **Folha de São Paulo**, 12 de novembro de 2000, p. 5-6.

CHAMPION, T. C.

1991. Theoretical Archaeology in Britain. In: HODDER, I. (ed.). **Archaeological Theory in Europe**. London: Routledge, p. 129-160.

CHAPMAN, W. R.

1985. Arranging Ethnology: A. H. L. Pitt Rivers and the Typological Tradition. In: STOCKING, G. W. **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. Wisconsin: The University of Wisconsin, 15-47.

COSTA, A.

1980 [1935]. **Introdução à Arqueologia Brasileira**. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL.

COSTA, J. C.

1967. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CUNHA, Euclides da.

1982 [1902]. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, M.C. da.

1992. Política Indigenista no Século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 133-154.

DALTRO, Leolinda.

1920. **Da Catechese dos índios do Brasil: Notícias e documentos para a Historia (1896-1911)**. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Orsina da Fonseca.

DANIEL, G. (ed.)

1950. **A Hundred Years of Archeology**. London: Duckworth.

1970. **The First Civilizations: The Archaeology of their Origins**. New York: Apollo Editions.

1981. **Towards a History of Archaeology**. London: Thames and Hudson.

DANTES, Maria Amélia M. (org.).

2001. **Espaços da Ciência no Brasil (1880-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

DÍAZ-ANDREU, M. and CHAMPION, T. (eds.).

1996. Nationalism and Archaeology in Europe: an Introduccion. In: DÍAZ-ANDREU, M. and CHAMPION, T. **Nationalism and Archaeology in Europe**. London: UCL Press, p. 1-23.

DÍAZ-ANDREU, M.

1994. La Arqueología en Espanã en los Siglos XIX y XX: Una Visión de Síntesis. **O Arqueólogo Português**, (4): 11/12, p. 189-209.

1996. Constructing Identities through Culture: The past in the forging of Europe. In: GAMBLE, C. and JONES, S. **Cultural Identity and Archaeology**. London: Routledge, p. 48-61.

1999. Nacionalismo y Arqueología: Del Viejo al Nuevo Mundo. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNY, I. *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul*. **Revista do Mae**, Suplemento 3: 161-180.

DUCHET, M.

1984. **Antropología e Historia en el siglo de las Luces**. México: Siglo Ventiuno editores.

EDLEY, M. A. and JOHANSON, D. C.

1996. **Lucy: Os Primórdios da Humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ELIAS, N.

1994. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FAORO, R.

2000. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Globo/Publifolha, II Vol.

FERREIRA, L. M.

1999. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). **Revista de História Regional**, (4): 1, 9-36.

FERRI, M. G. e MOTOYAMA, S. (orgs.)

1979/1981. **História das Ciências no Brasil**. III vol. São Paulo: Edusp

FIGUTI, L.

1999. Economia e Alimentação na Pré-História do litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, M. C. **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. p. 197-203.

FILHO, João Pacheco de Oliveira.

1987. Os atalhos da magia: Reflexões sobre o relato dos naturalistas viajantes na Etnografia indígena. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, (3): 2, 155-188.

FONSECA, R.

1994. **O Selvagem da Ópera**. São Paulo: Companhia das Letras.

FOUCAULT, M.

1986. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária

1987. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes.

1988. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal.

1992. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes

1994a. La Gouvernamentalité. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, p. 635-656.

1994b. Bio-Histoire et Biopolitique. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, p. 95-97.

1994c. Sécurité, Territoire et Population. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, p. 719-723.

1994d. Naissance de la Biopolitique. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, p. 818-825.

1994e. La Naissance de la Médecine Sociale. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, p. 207-228.

1994f. La Politique de la Santé au XVIII siècle. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, p. 13-27.

1994g. Cours du 14 janvier 1976. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard. Vol III, p. 175-189.

1994h. Non au Sexe Roi. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, Vol III, p. 256-269.

1998. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

1999. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.

2001. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes.

FRAGOSO, J. L. & SILVA, F. C. T. da

1990. A Política no Império e no Início da República Velha: Dos barões aos coronéis. In: LINHARES, M. Y. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, p. 177-209.

FREUD, S.

1997. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago.

FREYRE, Gilberto.

1946 [1933]. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

FUNARI, P. P. A.

1989. Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks. **World Archaeological Bulletin**, (3): 60-68.

1991. Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a Crossroads. **World Archaeological Bulletin**, (5): 123-132.

1994. Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, (1): 23-41.

1995. Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil. In: UCKO, P. (ed.). **Theory in Archaeology: A World Perspective**. London: Routledge, p. 237-250.

1998. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano. In: **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH, p. 7-34.

1999a. Brazilian Archaeology: A Reappraisal. In: POLITIS, G. and ALBERTI, B. (eds.). **Archaeology in Latin American**. London: Routledge, p. 16-37.

1999b. Linguística e Arqueologia. **Delta**, (15): 1, 161-176.

2000. *Western Influences in Archaeological Thought in Brazil. Second International Meeting on Archaeological Theory in South America*. Olavarria, Argentina, 13 p.

GASPAR, M. D.

1999. Os Ocupantes Pré-Históricos do Litoral Brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 159-169.

GOULD, S. J.

1981. **The Mismeasure of Man**. New York: W. W. Norton.

GUIMARÃES, M. L. S.

1988. Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, (1): 5-21.

1989. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857): Fazendo a História Nacional. In: Weheling, A. (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias Filosóficas e Sociais e Estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: IHGB, p. 32-42.

HABER, A.

1999/2000. Caspinchango, la ruptura metafísica y la cuestión colonial en la Arqueología sudamericana: el caso del noroeste argentino. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. (orgs.) *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*. **Revista do MAE**, Suplemento 3: 129-142.

HEGEL, G. W. F.

1996. Introdução à História da Filosofia. In: **Hegel**. São Paulo: Abril Cultural (Col. "Os Pensadores").

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.).

2001. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access.

HERBERT, T.

1995. Observações para uma Teoria Geral das Ideologias. **Rua**, (1): 63-89.

HINSLEY, C. M.

1985. From Shell-Heaps to Stelae: Early Anthropology at the Peabody Museum. In: STOCKING, G. W. **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. Wisconsin: The University Wisconsin, 49-74.

HODDER, I.

1982. **Symbols in Action**. London: Cambridge U. P.

1992. **Theory and Practice in Archaeology**. London: Routledge.

HOLANDA, Sérgio Buarque de.

1994 [193]. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

HORKHEIMER, M.

1970. **Origens da Filosofia Burguesa da História**. Lisboa: Editorial Presença.

HORSMAN, R.

1981. **Race and Manifest Destiny**. Cambridge: Harvard U. P.

IHERING, Hermann von.

1911. A Questão dos Índios no Brasil. **Revista do Museu Paulista**, (8): 112-140.

JAGUARIBE, Hélio.

1994. O Jardim Zoológico dos Neolíticos. **Folha de São Paulo**, 2 de fevereiro de 1994, p.3

JONES, S.

1997. **The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and the Present**. London: Routledge.

1999. Historical Categories and Praxis of Identity: The Interpretation of Ethnicity in Historical Archaeology. In: FUNARI, P. P. A.; HALL, M.; JONES, S. (eds.). **Historical Archaeology: Back from the Edge**. London: Routledge, p. 219-232.

JÚNIOR, J. R.

1988. O Brasil Monárquico em face das Repúblicas Americanas. In: MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 146-161.

KALPAGAM, U.

2000. The Colonial State and Statistical Knowledge. **History of the Human Sciences**, 13 (2): 37-55.

KARRASCH, M.

1992. Catequese e Cativoiro: Política Indigenista em Goiás (1780-1889). In: Cunha, M. C. da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 397-412.

KOYRÉ, A.

1973. **Études d'Histoire de la Pensée Scientifique**. Paris: Gallimard.

KRISTIANSEN, K.

1981. A Social History of Danish Archaeology (1805-1975). In: DANIEL, G. (ed.). **Towards a History of Archaeology**. London: Thames and Hudson, p. 20-44.

KUHN, T.

1992. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva

LACAPRA, D.

1985a. **History and Criticism**. Ithaca: Cornell U. P.

1985b. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, D & KAPLAN, S (eds.). **Modern European Intellectual History: Reappraisal and New Perspectives**. Ithaca: Cornell U. P., p. 47-85.

LACOSTE, I.

1993. **A Geografia, isto serve, antes de mais nada, para fazer a Guerra**. Campinas: Papirus.

LAMING-EMPERAIRE, A.

1979. Mission Archéologique Franco-Brésiliennes en Lagoa Santa, Minas Gerais, Brésil. **Revista de Pré-História**, (1): 53-89.

LANGER, J.

1998. Enigmas Arqueológicos e Civilizações Perdidas no Brasil Novecentista. **Anos 90**, (9): 165-185.

2000. **Ruínas e Mitos: A Arqueologia no Brasil Império**. Curitiba/UFPR (Tese de doutoramento).

LAPLANTINE, F.

1993. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Melhoramentos.

LARAZZI, M.

1999. Objetos viajeros e imágenes espaciales: las relaciones de intercambio y la producción del espacio social. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. **Revista do MAE**, Suplemento 3: 371-386.

LEFEBVRE, H.

1991. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell.

LEITE, D. M.

1969. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira.

LESSA, C. (org.)

1961. **Francisco Adolfo Varnhagen: Correspondência Ativa**. Rio de Janeiro: INL/MEC.

LEVEAU, P.

2000. Le Paysage aux Époques Historiques: un document archéologique. **Annales**, 55 (3): 555-582.

LÉVI-STRAUSS, C.

1989. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus.

LIMA, Oliveira.

2000 [1911]. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Toopbooks/Publifolha.

LISBOA, Karen Macknow.

1997. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp.

LOPES, M. M.

1997. **O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: Os Museus e as Ciências Naturais no Século XIX**. São Paulo: Hucitec.

MACHADO, M. H. P. T.

1997. Para uma História da Sensibilidade – Couto de Magalhães e a trajetória privada de um personagem público do Império. **Revista Eclética**, (2): 12-23.

MAGNOLI, D.

1997. **O Corpo da Pátria: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Moderna.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R.

1994. Discurso e Ideologia: Bases para uma Pesquisa. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de Leitura**. Campinas: Editora da Unicamp.

- MALTHUS, T. R.
1967 [1798]. **An Essay on the Principle of Population**. London: Everyman's.
- MARX, K.
S/D [1853a]. O Domínio Britânico na Índia. In: **Karl Marx, Friedrich Engels: Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 286-291.
S/D [1853b]. Futuros Resultados do Domínio Britânico na Índia. In: **Karl Marx, Friedrich Engels: Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, p. 292-297.
- MARX, A. W.
1998. **Making Race and Nation: a comparison of the United States, South Africa and Brazil**. Cambridge: Cambridge U. P.
- MATTOS, I. R. de
1990. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec.
- MCGUIRRE, R.
1992a. Archaeology and the first americans. **American Anthropologist**, (94): 816-36.
1992b. **A Marxist Archaeology**. San Diego: Academic Press.
1999. A Arqueologia como Ação Política: o Projeto de Guerra do Carvão do Colorado. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. **Revista do MAE**, Suplemento 3: 387-397.
- MEGGERS, B.
1985. Advances in Brazilian Archaeology (1935-1985). **American Antiquity**, (50): 364-373.
- MESKELL, L.
2001. **The Intersections of Identity and Politics in Archaeology**. Department of Anthropology. New York, Columbia University, 35p. (forthcoming).
- MICELI, S.
1989. **História das Ciências Sociais no Brasil**. III vol. São Paulo: Idesp.
- MILES, R.
1989. **Racism**. London: Routledge.
- MOBERG, C. A.
1968. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa: Edições 70.
- MONTEIRO, J. M.
1996. As Raças Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, p. 15-21.
- MROZOWSKI, S.
1999. Colonization and the Commodification of Nature. **International Journal of Historical Archaeology**, 3 (3): 131-200.
- NEVES, W.; ZANINI, M. C.; MUNFORD, D.; PUCCIARELLI, H. M.
1997. O Povoamento da América à luz da Morfologia Craniana. **Revista da USP**, (34): 96-105.

NIETZSCHE, F. W.

1996 [1874]. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida. In: **Nietzsche**. São Paulo: Abril Cultural (Col. "Os Pensadores"), p. 273-289.

ORSER, C. E.

1999. A Teoria de Rede e a Arqueologia Histórica moderna. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. **Revista do MAE**, Suplemento 3: 87-102.

OYUELA-CAYCEDO, A.

1994. **History of Latin American Archaeology**. World-Wide Archaeology Series. Avebury: Aldershot.

PAIM, A.

1967. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo.

PALLESTRINI, L.; MORAIS, J. L. de.

1982. **Arqueologia Pré-Histórica Brasileira**. São Paulo: USP/Museu Paulista.

PATTERSON, T.

1989. History and post-processual Archaeologies. **Man**, (24): 550-556.

1997. **Inventing Western Civilization**. New York: Monthly Review Press.

PERRONE-MOISÉS, B.

1992. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. C. da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 115-132.

PIÑÓN, A.

2000. **La Arqueología y la Construcción de la Identidad en Brasil: el caso del los orígenes del hombre en Brasil**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Dissertação de Mestrado).

PISTONE, S.

1992. Imperialismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (eds.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, p. 611-621.

PODGORNÝ, I.

2001. **El Argentino Despertar de las Faunas y de las Gentes Prehistóricas**. Buenos Aires: Libros del Rojas/Universidad de Buenos Aires (Col. Fragmentos de una Memoria).

POLITIS, G. and ALBERTI, B. (eds.)

1999. **Archaeology in Latin American**. London: Routledge.

PORTO ALEGRE, M. S.

1986. O Brasil Descobre os Sertões: A Expedição Científica de 1859 ao Ceará. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, p. 200-216.

POPPER, K.

1968. **The Logic of Scientific Discovery**. London: Hutchington.

POPPINO, R. E.

1953. A Century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **The Hispanic American Historical Review**, 33 (2): 307-32.

PROUS, A.

1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da UNB.

RAMOS, Artur.

1943. **Introdução à Antropologia Brasileira: as culturas não européias**. Rio de Janeiro: Coleção de Estudos brasileiros da CEB.

REMESSAL, J; AGUILERA, A.; PONS, L.

2000. **Comisión de Antigüedades de la Real Academia de la Historia: Cataluña, Catálogo e Índices**. Madrid: Real Academia de la Historia.

RENFREW, C.

1993. An interview with Colin Renfrew. **Current Anthropology**, (34): 71-82.

ROBERTSHAW, P.

1990. **A History of African Archaeology**. London: James Currey.

RODRIGUES, J. H. de

1978. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **A Pesquisa Histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 37-40.

SAID, E. W.

1978. **Orientalism**. New York: Penguin Books.

SCHELLER, M.

1986. **Visão Filosófica do Mundo**. SP: Perspectiva, 1986.

SCHWARCZ, L. M.

1993. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: companhia das Letras.

1998. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras.

SHENNAN, S.

2000. Population, Culture History, and Dynamics of Culture Change. **Current Anthropology**, 41 (5): 2-34.

SOARES, T.

1972. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

SODRÉ, N. W.

1982. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Difel.

1989. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, A. M. de

1991. História da Arqueologia Brasileira. **Instituto Anchieta de Pesquisas: Antropologia**, (46): 11-157.

SPENCER-WOOD, S. M.

1999. The formation of ethnic-American identities: Jewish communities in Boston. In: FUNARI, P. P. A.; HALL, M. ; JONES, S. **Historical Archaeology: Back from the Edge**. London: Routledge, p. 284-307.

STEPAN, N.

1981. **Beginnings of Brazilian Science: Oswaldo Cruz, medical research and Policy (1880-1920)**. New York: Science History.

STOCKING, G. W.

1983. The Ethnographer's Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski. In: STOCKING, W (ed.). **Observers, Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork**. Wisconsin. University Wisconsin Press, p. 70-120.

1985. Philanthropoids and Vanishing Cultures: Rockefeller Funding and the end of the Museum Era. In: STOCKING, G. W (ed.). **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, p. 112-145.

THOMAS, J.

1999. A Materialidade e o Social. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. (orgs.). *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica da América do Sul*. **Revista do MAE**, Suplemento 3: 15-20.

TRIGGER, B. G.

1980. Archaeology and the Image of the American Indian. **Antiquity**, (45): 4, 662-75.

1984. Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. **Man**, (19): 355-370.

1985. Writing the History of Archaeology: A Survey of Trends. In: STOCKING, George W (ed.). **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. Wisconsin. University of Wisconsin Press, p. 218-235.

1990. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge: Cambridge U. P.

VICO, G. B.

1988. *Scienza Nuova*. In: MORA, J. F. **Visões da História**. Porto: Rés.

ZARANKIN, A.

1999. Arqueología de la Arquitectura: Another brick in the Wall. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*. **Revista do MAE**, Suplemento 3: 119-128.

WEBER, M.

1993. **Ciência e Política: Duas Vocações**. SP: Cultrix.

WEHELING, A. (org.)

1989. **Origens do IHGB: Idéias Filosóficas e Sociais e Estrutura de Poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: IHGB

WILLIAMSON, T.

1999. Gardens, Legitimation and Resistance. **International Journal of Historical Archaeology**, 3 (1): 37-52.

WOOD, J. J.; POWELL, S.

1993. An Ethos for Archaeological Practice. **Human Organization**, (52): 405-423.

WOLF, E.

1982. **Europe and the People Without History**. Berkeley: University of California Press.